

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NÁDIA OLIVEIRA VIZOTTO RIBEIRO

ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIAL
**O COTIDIANO DOS MORADORES EM UM CONJUNTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA**

JUIZ DE FORA

2015

NÁDIA OLIVEIRA VIZOTTO RIBEIRO

ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIAL

**O COTIDIANO DOS MORADORES EM UM CONJUNTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Diversidade e Fronteiras Conceituais, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rogéria Campos de Almeida Dutra.

JUIZ DE FORA

2015

NÁDIA OLIVEIRA VIZOTTO RIBEIRO

ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIAL

**O COTIDIANO DOS MORADORES EM UM CONJUNTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Diversidade e Fronteiras Conceituais, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 21 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA

ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA

Universidade Federal de Juiz de Fora

AMANDA CHAVES PINHEIRO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

ALEXANDRE BARBOSA PEREIRA

Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã, que durante toda a minha vida apoiaram cada decisão tomada por mim, me incentivando nos estudos e nunca deixando que eu desanimasse. Na maioria das vezes, acreditaram em mim mais do que eu mesma. Todo o esforço despendido para a realização desse trabalho é uma forma de fazer jus ao apoio que me deram e continuam me dando para que eu trace meu caminho profissional. Serei eternamente grata por tudo que fazem por mim.

Ao Teo, por ter compreendido durante esses dois anos minhas ausências e angústias e ficar ao meu lado em todos os momentos, sendo além de um namorado um grande amigo.

A toda minha família e amigos, que mesmo a distância estava na torcida para que eu vencesse mais essa etapa.

Aos colegas de Mestrado, pela troca de conhecimento e experiências, além de boas risadas e momentos de descontração. Em especial Leonardo e Daniela, sempre dispostos a me ouvir e contribuir para a pesquisa.

A Rogéria, minha orientadora, pelo conhecimento e experiência compartilhada.

A Universidade Federal de Juiz de Fora e a CAPES, por tornarem esse trabalho possível.

A todos os moradores do conjunto habitacional Nova Germânia, pela receptividade e disponibilidade em compartilhar seu modo de vida. Sem eles com certeza essa pesquisa não seria possível.

Muito obrigada a todos, sem vocês essa caminhada teria sido muito mais árdua.

Dedico esta dissertação a todos que fizeram parte em algum momento de minha trajetória, em especial minha mãe, meu pai, minha irmã e minha avó.

RESUMO

O espaço urbano se caracteriza como um território apropriado pelos indivíduos que vivem na cidade. Esta apropriação, contudo, varia de acordo com a inserção de grupos e classes na estrutura social, resultando na hierarquização dos lugares e na segregação espacial. No intuito de controlar o uso diferencial do território urbano, o Estado brasileiro, ao longo da história, vem implementando políticas habitacionais diversas, nas quais o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, tem se destacado. As análises já produzidas sobre as políticas habitacionais no Brasil trazem severas críticas sobre a eficácia dessas medidas, particularmente em relação às classes populares, mesmo sendo identificado neste segmento a razão do déficit habitacional brasileiro. O Programa Minha Casa Minha Vida representa avanços em relação às políticas habitacionais anteriores, mas ainda reproduz tendências que comprometem sua efetividade. Ao eleger como tema o Conjunto Habitacional Nova Germânia, em Juiz de Fora, este trabalho pretende dar visibilidade ao cotidiano de seus moradores, problematizando a relação dos beneficiados pelo Programa com o espaço urbano que agora fazem parte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada na observação participante, de forma a destacar as formas de vida e as trajetórias desta população. Ao enfatizar a perspectiva dos moradores, esta pesquisa espera poder contribuir com a reflexão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como para a discussão de como a questão habitacional está sendo tratada no país.

Palavras-chave: Cidade. Segregação espacial. Políticas habitacionais. Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

The urban space is characterized as a territory appropriated by individuals living in the city. This appropriation, however, changes depending of the inclusion of groups and classes in the social structure, resulting in the hierarchy of places and spatial segregation. With the intention to control the differential use of urban territory, the Brazilian state, throughout history, has been implementing some housing policies, in which the Minha Casa Minha Vida, released in March 2009 by the Federal Government, has excelled. The analysis ever produced about housing policies in Brazil bring severe criticism about the efficacy of these measures, particularly in relation to the working class, even though this segment identified the reason of Brazilian housing deficit. The Programa Minha Casa Minha Vida represents advances over previous housing policies, but still plays trends that compromise its effectiveness. To elect as its theme the social housing Nova Germânia, in Juiz de Fora, this paper hopes to give visibility to the daily lives of its residents, seeking to render problematic the relationship of beneficiary from the program with the urban space that they are part now. It is a qualitative research, based on participant observation, in order to highlight the forms of life and the paths of this population. Emphasizing the perspective of the residents, this research hopes to contribute to the reflection about the Programa Minha Casa Minha Vida, as well as to discuss how the housing issue is being treated in the country.

Keywords: City. Spatial segregation. Housing policies. Programa Minha Casa Minha Vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Parte das casas que compõem o conjunto habitacional Nova Germânia ..	37
Figura 2 - Mapa de Juiz de Fora	38
Figura 3 – Foto via satélite do conjunto habitacional Nova Germânia(áreadestacada)	38
Figura 4 - Evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores.....	71
Figura 5 - Evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores.....	71
Figura 6 – Evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores.....	71
Figura 7 – Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora Flávio Cheker no dia do evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores	74
Figura 8 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que sofreram alterações estruturais, realizadas pelos próprios moradores	92
Figura 9 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que sofreram alterações estruturais, realizadas pelos próprios moradores	92
Figura 10 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que vendem produtos ou serviços	99
Figura 11 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que vendem produtos ou serviços	99
Figura 12 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que vendem produtos ou serviços	99
Figura 13 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que vendem produtos ou serviços	99

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia Estaduail de Habitação
CRAS	Centro de Referência de Assistência
EMCASA	Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
OGU	Orçamento Geral da União
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEDS	Secretaria de Estado e Defesa Social
TTS	Trabalho Técnico Social
UAP	Unidade de Atenção Primária à Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS	17
1.1 A Antropologia no Brasil.....	25
1.1.1 A Antropologia Urbana no Brasil.....	27
1.2 Pesquisando nas cidades: a observação participante e a etnografia.....	29
1.3 Os conceitos de espaço e território no desenvolvimento das pesquisas urbanas.....	33
CAPÍTULO 2 - SEGREGAÇÃO ESPACIAL: UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS HABITACIONAIS	39
2.1 As políticas habitacionais no Brasil	46
2.1.1 A Fundação da Casa Popular (FCP) e o Banco Nacional da Habitação (BNH).....	48
2.1.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	50
2.1.2.1 O Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora	57
2.2 A política de remoção de favelas e a construção de conjuntos habitacionais: uma análise crítica	60
2.2.1 As deficiências do Programa Minha Casa Minha Vida aplicadas ao conjunto habitacional Nova Germânia	66
CAPÍTULO 3 - NOVA GERMÂNIA: UMA ETNOGRAFIA DO COTIDIANO DOS HABITANTES DO CONJUNTO HABITACIONAL	69
3.1 Associação de moradores: mediação e arena política.....	74
3.2 Classe perigosa: a violência como produtora de estigmas	82
3.3 As novas estruturas residenciais e seus significados	89
3.4 As práticas de distorção das regras do Programa Minha Casa Minha Vida	94
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

A cidade se tornou, com o passar dos anos, o espaço principal de vivência das sociedades modernas, envolvendo a vida de seus moradores em diferentes aspectos, sendo o local de trabalho, de lazer, de morada etc. Para as Ciências Sociais, a complexidade de fenômenos que ocorrem nas cidades contribuiu para a elaboração de uma série de investigações que procuram tratar das especificidades desse espaço geográfico e social. Da mesma forma, a divisão do território urbano em diferentes regiões, e no caso em particular os bairros, foi objeto de reflexão de campos diversostais como a Geografia, a História ou a Arquitetura. Contudo, os bairros não devem ser tomados como unidades de análise independentes e/ou autossuficientes, pelo contrário, devem estar sempre vinculados ao contexto mais amplo no qual está inserido, no caso, a cidade. Os moradores de determinado bairro são participantes da vida da cidade, e por isso, são influenciados por ela, da mesma maneira que a influenciam.

O reconhecimento de um determinado bairro e seus limites pode ser dado através de duas dimensões distintas: a objetiva, identificado por órgãos oficiais – como a Prefeitura de determinada cidade – e também pela subjetiva, descrita pela própria população, através de suas identificações e pertencimentos. Conceituar o espaço que delimitamos como nosso objeto de estudo demonstrou-se uma tarefa árdua, por encontrarmos diversas versões e denominações para uma mesma localidade. Para os moradores do conjunto habitacional Nova Germânica, localizado na cidade de Juiz de Fora e objeto de estudo do presente trabalho, este espaço é reconhecido como um bairro. Para a Prefeitura de Juiz de Fora, contudo, o Nova Germânia ainda é um loteamento. Já na mídia local, o Nova Germânia é reconhecido como condomínio, conjunto habitacional ou bairro, demonstrando-se assim a dificuldade de definição deste espaço de moradia, em grande parte devido a seu processo de constituição.

O bairro Nova Germânia está localizado na Região Oeste de Juiz de Fora/MG, próximo aos bairros São Pedro, Caiçaras, Borboleta e Monte Castelo. É composto por um conjunto habitacional de casas populares entregues a seus moradores em 2011 através do Programa Minha casa, Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal

em parceria com a Caixa Econômica Federal(CEF) e com a Prefeitura de Juiz de Fora. Trata-se de uma população de baixa renda, advinda dos mais diversos lugares da cidade, e que passa por inúmeras dificuldades relacionadas à infraestrutura das residências e da região onde moram. Foram exatamente esses problemas enfrentados pelos moradores desse conjunto habitacional que me chamaram a atenção inicial, além do fato da grande visibilidade que lhe conferia a mídia local como espaço de violência.

De maneira geral, o presente trabalho tem como objetivo conhecer o modo de vida das classes populares urbanas, em particular dos moradores do conjunto habitacional Nova Germânia, visando compreender de que maneira essa população tem se relacionado/identificado com esse novo espaço de vivência. Considera-se que a pesquisa contribua sobremaneira para as discussões teóricas de temas importantes nas Ciências Sociais tais como segregação espacial, habitação popular e violência. O foco nas formas e condições de vida destes moradores contribui também para a reflexão acerca da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida e da questão habitacional em nossa sociedade, cujo déficit de moradias constitui-se problema crônico, objeto de diferentes políticas públicas ao longo de nossa história.

Ao dar início à presente pesquisa me deparei com alguns desafios característicos daqueles que desejam realizar uma investigação qualitativa focada na etnografia, sobretudo no que se refere à inserção no campo. A primeira dificuldade se apresentou no momento em que decidi como estratégia de aproximação desta realidade, identificar conhecidos que poderiam me abrir as portas para a possível entrada no campo, isto é, com os moradores ou pessoas que estariam relacionadas ao condomínio Nova Germânia. Percebi que minha rede de relações não contava com nenhuma dessas pessoas, e por isso a demora em conseguir adentrar nesta comunidade. Alba Zaluar(1985) atribui a esta dificuldade, também vivenciada por ela durante sua pesquisa no conjunto habitacional Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro, como reflexo da separação e distância entre as classes sociais presente em nossa sociedade. De acordo com a autora, há uma poderosa e invisível hierarquia que nos afasta das camadas populares espacialmente e socialmente, tornando o contato com essa população como algo "impuro" ou mesmo um tabu. Além disso, Zaluar ressalta o pré-conceito em relação

à pobreza e aos pobres, construído principalmente pela mídia, que apresentam estes locais como ambiente impossível de qualquer convívio social. A consciência deste processo de estigmatização dos pobres, contudo, não impediu seu receio e insegurança em relação à sua inserção neste campo: "Desconhecemos o que lá se passa, embora nossa fértil imaginação o faça, desde logo, um antro de banditismo, violência, sujeira, imoralidade, promiscuidade, etc." (ZALUAR, 1985, p. 12).

O mesmo medo que afetou Alba Zaluar foi sentido por mim; não o medo das pessoas e dos pobres, mas o medo da violência que infelizmente assombra a parcela menos favorecida das populações urbanas brasileiras residentes em redutos à margem do poder de proteção e vigilância das instituições públicas. Medo este que se afirmava cada vez que conversava com alguém sobre meu interesse em estudar o conjunto habitacional Nova Germânia, sempre seguido por certas expressões, como: "*você deve ir com um colete a prova de balas para lá*", "*que coragem a sua!*" etc. Há também um medo do desconhecido, a incerteza do que iria encontrar, fruto de meu completo estranhamento em relação à esta realidade. De qualquer forma, a etnografia requer o esforço do pesquisador em se inserir, mesmo que isso não seja uma tarefa fácil. No início da pesquisa o etnógrafo é apenas um "observador não-participante" (FOOTE WHITE, 2005, p. 318), com o passar do tempo os sujeitos passam a confiar e a se acostumar com sua presença em campo, o que possibilita que ele participe de fato daquela realidade e passe a compreender as relações e as estruturas que ali se configuram. Para isso, a interação pesquisador/pesquisado é fundamental: "As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado." (VALLADARES, 2007, p. 154).

É essa interação que busquei, com o intuito de compreender aquela realidade social. Para isso, é necessário o despertar da sensibilidade do pesquisador: o seu "olhar". De acordo com Laplantine (2002), ver e olhar não são as mesmas coisas: ver está relacionado ao imediato, àquilo que enxergamos e que não interpretamos; já o ato de olhar significa ir além da evidência, é questionar e buscar a significação por trás daquilo que está sendo visto. Em suas próprias palavras, Laplantine (2002, p. 20) define: "Olhar consiste numa reiteração daquilo que se encontra diante de nós e a visibilidade, enquanto forma primeira de conhecimento, afeta-nos ao mesmo

tempo em que nos sentimos afetados por aquilo que (a) percebemos.”. É dessa forma, portanto, que superei os desafios metodológicos apresentados aqui e desenvolvi uma pesquisa etnográfica nos moldes antropológicos em atenção a seu objetivo fundamental, ou seja, de conhecer e, sobretudo, compreender as formas de interação, as escolhas, dramas e desafios vivenciados pelos moradores do Nova Germânia.

Frente às dificuldades com os “contatos”, apesar de residir e trabalhar - leciono em uma escola estadual que acolhe alguns estudantes desta localidade - em um bairro vizinho, a forma de inserção que se mostrou possível para o desenvolvimento desta pesquisa foi por intermédio da EMCASA¹ (Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora). Através de visitas realizadas a essa instituição municipal, obtive o contato de dois membros da Associação de Moradores do Nova Germânia, e assim consegui ter acesso àqueles que se tornariam meus primeiros informantes. Por intermédio deles, conheci outros moradores do conjunto habitacional e assim, aos poucos, passei a ser uma pessoa familiar na localidade, facilitando assim o contato e a realização de entrevistas não estruturadas com a rede de moradores envolvidos na Associação. Ainda assim faltava, a meus olhos, a apreensão do cotidiano daquela comunidade, pois as visitas ao bairro em horários e dias diferenciados e os trajetos realizados por mim nas ruas do bairro não estavam surtindo efeito desejado, pois raros eram os momentos em que podia se verificar a ocupação das ruas e calçadas pelos moradores. Decidi, então, que deveria me inserir em alguma residência, e pedi à Bruna², que na ocasião era a informante mais próxima a mim, se ela poderia encontrar algum morador que cederia um cômodo, para que eu pudesse me hospedar por algum tempo. Em janeiro de 2015, fui então apresentada a Fabiana, uma moradora, que aceitou minha presença em sua casa, convivendo com ela e seus filhos. Essa estadia durou quinze dias, e apesar da ideia inicial ser, de fato, dormir na residência e viver por lá durante esses dias como uma moradora, isso não foi possível. Na verdade, essa impossibilidade não foi imposta por Fabiana, que se mostrou muito receptiva e solidária em me ajudar, mas sim por certa inquietude da minha parte em atrapalhar a rotina dela e de sua família. Dessa forma, eu chegava ao Nova Germânia bem cedo, por volta de sete horas da manhã,

¹ Órgão municipal responsável pela execução de ações voltadas para inibir o déficit habitacional do município, e que é responsável também pelo Programa “Minha casa, minha vida” em Juiz de Fora.

² Todos os nomes citados na presente pesquisa são fictícios, visando a preservação dos mesmos.

e passava todo o dia por lá, andando pelo bairro e conversando com os moradores, voltando à minha residência no período da noite. Essa estadia foi, de fato, fundamental para os dados da pesquisa, pois a partir dela, me tornei uma pessoa familiar, e muitos acreditavam que eu era também outra moradora, o que fez com que aumentassem a confiança em mim. Além disso, minhas percepções se aguçaram, pois questões que antes não haviam me despertado curiosidade e atenção mostraram-se urgentes, e assim demonstraram a necessidade de serem trabalhadas ao longo da pesquisa.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, de forma a compor uma linha de desenvolvimento de apresentação de temas e dados da realidade que cumpra com o objetivo proposto. No primeiro capítulo iremos abordar a questão da cidade como objeto de reflexão das Ciências Sociais, dando ênfase particular ao desenvolvimento da Antropologia Urbana no Brasil. Ainda nesta primeira etapa, conceitos como o de espaço e território também serão discutidos, pois se relacionam com as questões que serão apresentadas ao longo da pesquisa, além de serem frequentemente utilizados pela Antropologia Urbana em suas análises sobre a cidade. O Capítulo 2 tratará da questão da segregação espacial, isto é, como as classes sociais acessam e se apoderam do espaço da cidade de formas distintas. Como resultado desse uso diferencial do território urbano, temos o fenômeno da favela como bastante representativo, e que também terá uma análise nesse tópico. Ainda no segundo capítulo, faremos uma breve retrospectiva das principais políticas habitacionais do Brasil, assim como a apresentação do processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora. Por fim, o terceiro e último capítulo da pesquisa, trata fundamentalmente das apreensões e informações que a inserção no loteamento propiciou e que se demonstraram como as questões principais a serem tratadas dentro daquela realidade.

Sem dúvida, o trabalho de campo oferece ao antropólogo uma oportunidade incrível para se conhecer melhor o universo pelo qual está se debruçando. Após esse período de inserção e aprendizado, período este que pode ser curto ou longo – no meu caso, durou aproximadamente um ano – o que paira na cabeça do pesquisador não é mais as dúvidas que ele carregava consigo quando iniciou a pesquisa, mas sim de que maneira todos os dados colhidos em campo - como os relatos do nativo, os insights que ele obteve a partir da observação do cotidiano de

seu objeto etc - serão trabalhados e organizados para traduzir ao leitor, da melhor maneira possível, as apreensões e conclusões que são fruto desse árduo e importante método de pesquisa.

Neste caso, a análise situacional, método criado pela Escola de Manchester e que será explicitado no primeiro capítulo do presente trabalho, serviu como grande inspiração na maneira como irei descrever as informações do campo. Desta forma, relatarei uma situação social específica observada e vivenciada por mim enquanto pesquisadora do bairro – um evento realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora no conjunto habitacional Nova Germânia -, e em seguida aprofundarei a análise de alguns temas e tópicos, que me chamaram a atenção a partir do evento que será descrito, e que considero fundamental para entender a estrutura e a dinâmica do condomínio Nova Germânia. Em resumo, este evento servirá como ponto de partida para algumas inferências que julgo necessárias para a compreensão do cotidiano do bairro, assim como fez Max Gluckman em seu trabalho sobre a Zululândia Moderna (1987). Na pesquisa de Gluckman, o evento norteador escolhido pelo autor para o entendimento da estrutura social da Zululândia foi a inauguração de uma ponte naquela região. Contudo, enquanto para a Escola de Manchester o método de análise situacional e as informações recolhidas no trabalho de campo têm como objetivo demonstrar que a questão do conflito é algo inerente à estrutura social de diversas sociedades, para o desenvolvimento do presente trabalho este não será o foco principal, apesar de inevitavelmente presente.

CAPÍTULO 1 –A ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Os primeiros estudos antropológicos, que datam do fim do século XIX, procuravam entender a diversidade de costumes entre os povos, principalmente entre a sociedade ocidental e os considerados “primitivos”. Desta forma, a Antropologia por muito tempo se constituiu como uma disciplina científica que tinha como objeto característico as sociedades “simples” e consideradas exóticas, isto é, colônias, grupos indígenas e rurais, minorias sociais etc. Contudo, as transformações históricas e sociais, derivadas fundamentalmente da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo, acabaram por atingir inclusive essas sociedades, transformando as colônias em estados-nação, colocando os índios e as populações rurais em contato com o “progresso” urbano, e as minorias sociais expostas à cultura dominante, por exemplo. As transformações sofridas a partir destes eventos foram profundas e modificaram a vida social das cidades e dos indivíduos que a habitam. Um novo cenário é criado - com sujeitos, identidades e características diferentes - tornando-se um grande desafio teórico para as Ciências Sociais como um todo. Esta realidade, então, se torna um estímulo à renovação da Antropologia, que passa a lidar com novos objetos de pesquisa inseridos no contexto da sociedade do próprio pesquisador. Assim, os povos “primitivos” deixaram de ser o único objeto da Antropologia, pois os pesquisadores passaram a entender que o “exótico” também pode ser encontrado em contextos de proximidade à realidade vivenciada por eles.

Este ajuste de foco – graças ao qual não se necessita ir muito longe para encontrar o “outro” – terminou revelando uma realidade que aparentemente nada fica a dever ao exotismo que tanto espantava os europeus em contato com os povos “primitivos”: basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e logo entra-se em contato com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças, valores. (MAGNANI, 1996, p. 3).

O sujeito urbano passa então a ser visto como dotado de diversidade cultural, e que por isso mesmo, merecia a atenção da Antropologia. Park já afirmava em 1916 que “o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo.” (PARK, 1973,

p. 28). Pensando nesse sujeito, a cidade tornou-se o lócus das pesquisas antropológicas dedicadas aos grupos urbanos, que concentra e multiplica toda a complexidade existente nas sociedades modernas. Desenvolve-se, a partir disso, uma nova área dentro da Antropologia, que ficou conhecida como Antropologia Urbana, e que teve como grande influência teórica e metodológica a Escola de Chicago, da qual Park fez parte, e a Escola Antropológica de Manchester.

A Escola de Chicago se constitui como a principal influência para os estudos na área da Antropologia Urbana, e representa um grupo de pesquisadores e professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago entre o final do século XIX e princípio do século XX. Fundamentalmente, os pesquisadores de Chicago tinham a preocupação de conhecer a realidade urbana na sua essência, e fizeram da observação participante um requisito essencial para um bom trabalho sociológico/antropológico. Nas palavras de Edgar Mendoza (2000, p. 121),

Considero que o aspecto mais rico da Escola de Chicago foram as pesquisas etnográficas urbanas feitas com um modelo de pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa, com trabalho de campo, observação participante, métodos de história de vida, documentos pessoais, surveys, mapas e estatísticas.

Juntamente com Columbia, Harvard e Berkeley, Chicago se tornou um dos principais centros de ensino de pós-graduação em Antropologia, e isso se deve, em grande medida, à chegada de antropólogos de renome para compor a grade docente da Universidade, como Redfield em 1924, Sapir em 1925, Radcliffe-Brown em 1931, entre outros, utilizando-se de métodos característicos da Antropologia, como observação participante, estudos de caso, entrevistas etc.

Para os pesquisadores da Escola de Chicago, o espaço físico da cidade era fundamental para o entendimento da sociedade. De acordo com eles, a configuração do território urbano é espelho da estrutura social, reproduzindo desigualdades existentes entre as populações ao relacioná-las com a distância espacial entre elas. “Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes.” (PARK, 1973, p. 30). O modelo dos círculos concêntricos, por exemplo, desenvolvido por Homer Hoytt sob a influência dos

pesquisadores da Universidade de Chicago, consiste na tentativa de diagramação das relações estabelecidas entre estrutura social e distribuição espacial na sociedade norte-americana: a divisão da cidade em uma sucessão de zonas espaciais, uma ao redor da outra, em que quanto mais longe do centro se encontra, maior seria a posição e o prestígio social daqueles que a ocupam.

O conceito de Ecologia Humana também se tornou uma das teorias fundamentais desta Escola, onde “inspirando-se na ecologia animal e vegetal ela se interroga sobre as condições e consequências da coabitação de populações tão diferentes em um mesmo território.” (JOSEPH, 2005, p. 103). Trata-se de estudar a relação entre populações heterogêneas em um mesmo local, ou seja, como eles se relacionam com o espaço e competem entre si para conquistá-lo. Os estudos sob o prisma ecológico, nos termos de Park, procuravam compreender a realidade da cidade de Chicago da época – final do século XIX – que estava passando por grandes transformações, tornando-se densamente habitada, devido em grande parte à vinda de imigrantes dos mais variados locais. Na visão desses pesquisadores, a integração e a cooperação dos grupos poderia ser captada através do uso do espaço, dotando-o de significado, por isso a importância de estudá-los de forma sensível, para a compreensão do sentido e pertinência do modo como os cidadãos vão usá-lo.

Dentre o grande número de pesquisadores que fizeram parte da Escola de Chicago, Robert Park merece destaque ainda maior pela influência que teve sob quase todos os outros membros e por ter sido um dos primeiros a pensar a cidade como um campo de investigação rico e importante para as Ciências Sociais. Ele acreditava ser fundamental dar atenção a esse objeto de pesquisa, pois “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (PARK apud BECKER, 1996, p. 180). Park ainda chama os antropólogos para esse campo e defende que os mesmos métodos de observação utilizados no estudo da vida e dos costumes dos índios deveriam ser empregados na investigação dos costumes, crenças e práticas sociais em grupos urbanos. Mendoza (2000, p.26) sustenta que “de certa forma, enquanto Malinowski estava estudando os Trobriandeses, Park estava estudando Chicago: são contemporâneos”. Vale destacar a simultaneidade do trabalho destes dois pesquisadores: o texto de Park intitulado “A cidade:

sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” data de 1916, enquanto Malinowski publica “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1976) em 1922.

De acordo com Magnani (2002, p. 12), é bastante comum no discurso midiático, assim como em algumas análises acadêmicas, uma visão pessimista em relação às cidades, destacando quase sempre os problemas urbanos enfrentados por ela, como a “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência, etc.” (MAGNANI, 2002, p. 12). Nos textos de Park³ e Wirth⁴ essas perspectivas negativas sobre a cidade ficam bem claras. Park chega inclusive a afirmar que o meio urbano intensifica os efeitos de crises, entendidas neste contexto como “distúrbios de hábitos” (PARK, 1973, p. 50). A característica mais perturbadora do meio urbano, para estes autores, seria a substituição das relações primárias pelas secundárias, por afetar princípios fundamentais para se viver em sociedade. Com o enfraquecimento dos grupos primários, a ordem moral que repousava sobre os indivíduos se dissolveria gradativamente, e as instituições responsáveis por essa ordem moral “primária”(a igreja, a escola, a família e a vizinhança) perderiam seu valor de orientação social. Desta forma, a solidariedade social ficaria comprometida. Nesta perspectiva, a vida social nas grandes cidades se caracterizaria:

[...] por papéis sociais altamente fragmentados, predominância dos contatos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, afrouxamento dos laços familiares e competição individualista. (OLIVEN, 2007, p. 18 e 19).

Robert Redfield(1947) também desenvolve essa perspectiva negativa sobre a cidade a partir do conceito *continuum-folk-urbano*, que se refere à passagem de uma sociedade não-urbana para uma urbana. Para ele, as comunidades se

³ “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” (1916) in VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

⁴“O urbanismo como modo de vida” in VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

situariam em um ponto determinado do continuum, se aproximando do pólo urbano de acordo com o processo de adensamento e heterogeneidade populacional, tendo como efeitos a desorganização da cultura, a secularização e o individualismo.

As críticas à Escola de Chicago, verificadas em autores como Oliven (1980) e Valladares e Freire-Medeiros (2002), no que toca a este modo de interpretar a vida urbana, apontam para o equívoco de considerar a cidade como causa do processo social de fragmentação presente nas sociedades industriais e urbanas, uma vez que esta se apresentaria como consequência e/ou o lugar onde esse processo ocorreria. Na visão destes autores, os estudos da Escola de Chicago partiam da premissa do urbano como um fenômeno autônomo, capaz de explicar diversos processos sociais. Propõem assim, que a investigação do fenômeno urbano deve estar vinculada a questões econômicas, políticas e sociais no contexto abrangente de uma sociedade capitalista industrial.

Em outras palavras, o urbano deveria ser compreendido como espaço socialmente produzido, fenômeno que assume diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político em que está inserido. (VALLADARES; FEIRE-MEDEIROS, 2002, p. 64)

Assim como a Escola de Chicago realizou pesquisas de campo em contextos de transformações sociais aceleradas, envolvendo a presença de migrantes de diversas origens, a Escola de Manchester também o fez e tornou-se outra importante influência teórica e metodológica para a Antropologia Urbana. No entanto, as transformações sociais estudadas por ela foram outras: a emergência de novas nações na era pós-colonial. Esta escolha de objeto foi inovadora para a Antropologia, pois “as questões do dia, sobretudo a independência das antigas colônias britânicas era assunto de conversa, mas não de estudo propriamente dito.” (FRY, 2011, p. 2).

As ideias desenvolvidas pela Escola de Manchester iniciaram-se no Institute Rhodes Livingstone na antiga Rodésia do Norte (Zâmbia), onde Max Gluckman atuou como diretor entre 1941 e 1947, ocupando posteriormente cargo docente na Universidade de Manchester no departamento de Antropologia.

Não se pode facilmente separar o desenvolvimento das ideias de Gluckman e a obra que ele inspirou no Rhodes Livingstone Institute. Elas fundiram-se nas produções da “Escola de Manchester”, a qual, na década de 1950, se tornou uma reconhecível mutação do estruturalismo britânico. (KUPER, 1978, p. 182 e 183).

Dentre cientistas membros da Escola de Manchester, podemos citar Bailey, Barnes, Colson, Epstein, Mayer, Mitchell, Turner, Van Velsen, Worsley, Cunnison, Marwick e Watson. De acordo com Kuper (1978, p. 178), “a obra de todos eles é quase sempre facilmente identificável como “manchesteriana” no tema e na inspiração”, e isso se deve ao fato deles terem sido discípulos e colaboradores de Gluckman, sofrendo grande influência do pensamento e da pesquisa deste antropólogo. Apesar disso, cada pesquisador da Escola de Manchester optou por focar em um objeto particular: Turner priorizou o tema da fissão na aldeia, Mitchell o da integração política vertical, já a migração de mão-de-obra foi o tema de trabalho de Watson, enquanto Marwick abordou a questão da bruxaria (KUPER, 1978, p. 179).

Sobre a forma de apreensão da realidade social utilizada pela Escola de Manchester devemos destacar a análise situacional ou estudo de caso detalhado, que é desenvolvida de forma mais abrangente por Van Velsen em seu artigo “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado” (1987). É muito comum na Antropologia estudar as normas e valores de uma determinada sociedade para compreender o que se passa dentro dela. No entanto, para a Escola de Manchester e o método de análise situacional, esses valores são na maior parte das vezes contraditórios, e por isso esta não seria a forma adequada. Para eles, a análise deveria se focar em situações e comportamentos reais, pois a partir deles é possível esbarrar em inúmeras normas sociais, analisando o modo como os indivíduos fazem uso delas no seu cotidiano, e até mesmo o conflito existente entre normas. Para Gluckman (1987, p. 228),

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações.

O método baseia-se no registro de situações sociais, isto é, no comportamento de indivíduos em algumas ocasiões como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Isto permitiria “entender os seres humanos como infinitamente adaptáveis às múltiplas situações onde se encontrassem” (FRY, 2011, p. 5), além dos diversos pontos de vista e modos de agir existentes entre os indivíduos. A análise situacional deve ser apreendida através de trabalho de campo, analisando cada caso detalhadamente. Esses casos não devem ser utilizados como exemplos, mas como partes de um processo social onde é possível tirar conclusões importantes para a pesquisa antropológica. Sobre a análise situacional a opinião de Fry (2011, p. 11) é a de que,

O que as pessoas fazem e dizem em situações sociais que podemos observar valem, do meu ponto de vista, muito mais que entrevistas formais, que tendem a apanhar posições normativas. Observando várias situações, como pregava Gluckman, é uma maneira interessante de tentar apanhar o máximo possível do processo social e de poder se aproximar a uma análise mais fina da relação entre ação e representação.

Como já está subentendido na fala de Fry, Gluckman utilizou o método de análise situacional para compor sua pesquisa na Zululândia, pesquisa na qual resultou em sua obra intitulada “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” (1987), onde a partir das situações sociais ocorridas naquela localidade e de suas inter-relações, Gluckman pôde abstrair a estrutura social e as relações sociais existentes naquela sociedade. O livro analisa como brancos e negros conseguem conviver juntos em um mesmo local, apesar da clara divisão entre os dois grupos, divisão esta que se torna um valor dominante para os brancos. Gluckman analisa esta relação a partir de uma situação específica: a inauguração de uma ponte, onde estavam presentes tanto brancos (equipe administrativa, policiais, etc) quanto zulus (chefes locais, trabalhadores que construíram a ponte, residentes das proximidades e etc). Gluckman prioriza a análise do conflito e da oposição, acreditando que o equilíbrio social não resultaria da integração de grupos ou normas, mas do equilíbrio de oposições num processo dialético.

A cidade está presente no campo das Ciências Sociais desde sua origem, tomada como pano de fundo das reflexões de autores como Durkheim, Tonnies, Simmel e Weber, uma vez que tratavam das transformações advindas do processo de modernização da sociedade europeia. As questões referentes ao urbano e à cidade continuaram a ser analisadas através de diferentes matrizes teóricas. Teóricos franceses, de inspiração marxista, como Castells e Lefebvre, tentaram politizar a questão do urbano, trazendo à tona temas como movimentos sociais urbanos e a estruturação do território na sociedade capitalista (SANT'ANNA, 2003, p. 94). Para Castells, a Sociologia Urbana deveria superar a ótica da integração social -- como fez a Escola de Chicago, buscando entender a construção de uma sociedade a partir de comunidades díspares -- para se dedicar aos novos conflitos sociais que se desenvolvem nos tempos modernos. Não se trata mais da assimilação dessas diferentes culturas, mas do compartilhamento da cidade por esses sujeitos distintos. Castells afirma, ainda, que o espaço público é o local de comunicação na cidade e, por isso, estudá-lo é fundamental para a sua compreensão (SUSSER, 2001). Lefebvre (1999; 2001), por sua vez, destaca a importância de se considerar os processos sociais na cidade como submetidos à lógica do capital, onde a cidade é produzida e reproduzida como lugar de consumo, seja através da circulação de mercadorias, seja pelo consumo do espaço. A seu ver, as relações sociais sob a égide do sistema capitalista, que predominam no universo das cidades, são vivenciadas pelos indivíduos através do seu cotidiano, frequentemente pautado pela miséria e desigualdade social. O “direito à cidade”, para este autor, traduz a necessidade de se atentar para as desigualdades de oportunidade, que impediriam a apropriação por parte de todos habitantes de direitos fundamentais na vivência da cidade, como o direito à liberdade, o direito à habitação, o direito de apropriação etc. (LEFEBVRE, 2001).

Frente a este debate, Ulf Hannerz (1999) procura resgatar a perspectiva antropológica sobre a cidade, destacando-a como um local estratégico para se apreender a diversidade cultural. Preocupado com questões como a globalização e temáticas transnacionais, o pesquisador vê a necessidade de trabalhar a questão do urbano levando em conta a interconectividade entre diferentes locais. A mobilidade espacial, a presença da mídia e de instituições educacionais semelhantes pelo mundo afora não se adequaria à imagem usual do mundo como um mosaico de

unidades distintas. No entanto, isso não quer dizer que processos locais desenvolvidos em certo espaço urbano não sejam significativos e revelem questões importantes à pesquisa antropológica (HANNERZ, 1999).

1.1 A Antropologia no Brasil

Enquanto Park já em 1916 tinha a cidade como importante objeto de pesquisa para as Ciências Sociais, no Brasil é somente a partir da década de 40 do século passado que a questão do urbano começa a ser incentivada. Contudo, a atuação de uma linha de pesquisa que se dedique de fato a esse assunto, no caso a Antropologia Urbana, só acontecerá nos anos 60. Na história da constituição da Antropologia em nosso país observa-se a predominância da Etnologia Indígena como área de investigação e reflexão, deixando pouco espaço para as pesquisas de contexto urbano. De acordo com Mellati (1983), o percurso da Antropologia no Brasil pode ser dividido em três momentos: até os anos 30, dos anos 30 aos 60, e a partir dos anos 60.

Antes dos anos 30 ainda não havia formação acadêmica de Antropologia no Brasil, e inclusive na Europa esta se definia como um ramo novo das ciências. Ainda assim, alguns estudiosos brasileiros, de formação diversa (como médicos, juristas, engenheiros, militares etc.), contribuíram sobremaneira para as pesquisas antropológicas através de investigações etnológicas de caráter autodidata sobre a população brasileira, como índios, negros, sertanejos etc. Entre estes pesquisadores, podemos destacar Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Roquette Pinto e Nina Rodrigues. A maior parte deles utiliza-se de teorias do determinismo geográfico (onde as condições espaciais influenciariam as características pessoais) e biológico (características genéticas, como a raça, determinando a personalidade), razão pela qual são muitas vezes criticados.

O segundo período da Antropologia no Brasil, dos anos 30 aos 60, ficou marcado pelas primeiras iniciativas de profissionalização dos antropólogos no país assim como a institucionalização da Antropologia como um ramo importante das Ciências Sociais. Nesse período foram criadas importantes instituições no Brasil

como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil na USP (Universidade de São Paulo) e a Escola de Sociologia e Política, ambas na cidade de São Paulo. Outro fato importante para o desenvolvimento da Antropologia neste período foi a criação da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) em 1955, durante a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia.

A partir da década de 30, a influência da sociedade norte-americana no Brasil se faz presente em diversos aspectos, em virtude da consolidação da hegemonia política e econômica desta na América Latina. A Antropologia se vê beneficiada neste momento pela vinda de muitos antropólogos norte-americanos para o país, como Ruth Landes, Charles Wagley e Donald Pierson. A presença deles fez com que a influência teórica e metodológica norte-americana se tornasse dominante na Antropologia até meados da década de 60. Em relação aos objetos de pesquisa da época podemos dizer que a Antropologia “sempre primorou por definir-se em função de seu objeto, concretamente definido como índios, negros ou brancos, estes últimos vistos enquanto grupos étnicos minoritários ou segmentos desprivilegiados da sociedade nacional” (OLIVEIRA, 1988, p. 111). No entanto, é sabido que os assuntos indígenas predominavam a Antropologia na época, tornando-se a marca fundamental da disciplina.

Os estudos de mudança social, cultural ou aculturação também tem início nos anos 30 e se prolonga por todo este segundo período da Antropologia no Brasil, mas sofrendo modificações ao longo dos anos. Estes estudos foram os mais comuns desta época (anos 30) e “tiveram por objeto tanto a população negra, como os grupos indígenas, bem como imigrantes europeus e asiáticos e seus descendentes e ainda a população de áreas de povoamento antigo e economicamente estagnadas” (MELLATI, 1983, p. 13).

A partir dos anos 60 percebe-se que muitas das iniciativas dos anos anteriores amadureceram e a Antropologia conseguiu se firmar como uma ciência fundamental no contexto das ciências sociais, crescendo cada vez mais o número de etnólogos, devido à criação de importantes cursos de pós-graduação no Brasil. Sobre as orientações teóricas deste período, elas também se modificaram em relação ao período anterior e passaram a priorizar a perspectiva estruturalista em detrimento do funcionalismo. Além disso, certos temas de pesquisa perderam

interesse, como os estudos de comunidade, sendo substituídos por pesquisas de caráter mais regional, dedicados às temáticas envolvendo o campesinato, os assalariados rurais, as frentes de expansão e os trabalhadores urbanos (MELLATI, 1983, p. 22).

A multiplicação de temas abordados pela Antropologia ao longo dos anos, assim como a utilização de diferentes matrizes teóricas, estão relacionadas às próprias transformações da sociedade brasileira, como os processos de industrialização e urbanização. É neste contexto, de novas realidades e diferentes atores sociais, particularmente a partir da década de 60, que temas relacionados à cidade, e à Antropologia Urbana começam a ganhar espaço no Brasil.

1.1.1 A Antropologia Urbana no Brasil

As primeiras investigações realizadas no Brasil que tinham um interesse pela questão urbana ficaram conhecidas como “estudos de comunidade”, e tiveram como principal influência a Escola de Chicago. Apesar de não focarem especificamente nas sociedades urbano-industriais, essas pesquisas utilizam a cidade como pano de fundo e cenário dos fenômenos estudados. Isso ocorre através da realização de pesquisas qualitativas em pequenas cidades e comunidades espalhadas ao longo do território nacional, utilizando-se da observação direta para compor as análises apreendidas nessas localidades. O objetivo principal desses estudos era obter uma visão geral da sociedade brasileira através da composição dessas diversas investigações realizadas nas diferentes regiões do Brasil (MELLATI, 1983, p. 18). Apesar de propiciar uma abordagem bastante ampla e aprofundada sobre a cidade na qual estava se investigando, os estudos de comunidade sofreram severas críticas sobre a maneira pela qual essas pesquisas eram realizadas. As queixas principais se davam em relação à ausência da documentação histórica como recurso investigativo e também pela falta de conexão destas pequenas cidades ao contexto mais amplo, o que, para alguns pesquisadores, não traria uma gama de dados importantes para a investigação da sociedade brasileira.

A preocupação em relação às consequências do processo de urbanização e industrialização para as cidades e a população brasileira começou a ocorrer no fim da década de 50, percorrendo toda a década seguinte. A partir desse momento temas como a migração do campo para a cidade e os desdobramentos desse processo, como a marginalidade e as favelas, passam a ganhar destaque dentro das possibilidades de estudos realizados na Antropologia brasileira. Contudo, para Mendoza (2000, p. 175), esse interesse pela questão urbana que ocorreu na década de 60 foi somente o primeiro passo para a consolidação dessa temática como campo de pesquisa fundamental de investigação, que iria ganhar corpo na década de 70. É interessante notar que a Sociologia Urbana também só irá emergir como uma “ciência do urbano” na década de 60, apesar da presença de pesquisas isoladas sobre pequenas comunidades rurais e urbanas existirem desde a década de 40 (VALLADARES e FEIRE-MEDEIROS, 2002, p. 65). O contexto político, social e acadêmico da década de 70 contribuiu sobremaneira para que a Antropologia Urbana brasileira se desenvolvesse. Numa época marcada por processos conflituosos como repressão, ditadura militar, crescimento urbano, pobreza, marginalidade e o chamado “milagre econômico”, cabia aos pesquisadores analisar a realidade brasileira com o intuito de transformá-la numa sociedade melhor. Além disso, essa década se destacou pela expansão do ensino universitário e da pós-graduação, promovidos pelo próprio regime militar. Neste momento, durante a década de 70, as Ciências Sociais como um todo amadurece e se consolida por todo o território nacional. Em 1977 é criada a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), que fortifica ainda mais a consolidação dessa ciência como uma comunidade científica (VALLADARES e FEIRE-MEDEIROS, 2002, p. 68).

Toda essa conjuntura propiciou o reconhecimento da Antropologia Urbana como um ramo de investigação que traz grande contribuição para a compreensão das transformações ocorridas na sociedade brasileira e suas cidades neste período. É possível perceber isso através da multiplicação de dissertações e teses desenvolvidas na década de 80 que traziam a temática urbana como foco principal. Gilberto Velho cita os temas principais desenvolvidos:

[...] família, parentesco e organização social, movimentos sociais, habitação, bairros, memória social, vizinhança, religião, cultura popular, camadas médias, classes trabalhadoras, instituições totais, desvio, associações, trajetórias de mediadores e processos de mediação em geral, violência e criminalidade, grupos etários, como setores da juventude e da terceira idade, e assim por diante. (2002, p. 39-40).

Neste período também houve a criação de novos Programas de pós-graduação em diversas regiões do Brasil, promovendo a difusão dessa linha investigativa pra todo o território nacional. É importante ressaltar que essa multiplicação de estudos na área da Antropologia Urbana foi verificada por Sanjek (1990) como uma tendência mundial.

De qualquer forma, vale lembrar que apesar da Antropologia ter se desenvolvido em diversos países do globo, ela ganha características diversas de sociedade para sociedade. Stocking (1982) destaca a diferença existente entre o desenvolvimento da Antropologia nos países centrais e nos países periféricos. Enquanto os primeiros se caracterizam pela reflexão de suas colônias, a partir da excentricidade encontrada, os outros focalizam a análise para sua própria sociedade, com o objetivo de construir uma identidade cultural própria. Os países periféricos, apesar de terem traçado caminhos distintos de pesquisa antropológica, continuaram a ter os países centrais como influência teórica e metodológica. Contudo, o projeto de compreensão da pluralidade característica destes países, fruto da integração de diferentes tradições, encontrou no campo da investigação antropológica no contexto urbano terreno fértil. No Brasil, em particular, a reflexão antropológica nas cidades teve o mérito de iluminar a realidade da vida social em contexto de modernização, dando visibilidade aos atores deste cenário. Representou, neste sentido, um esforço de autocompreensão valioso de uma sociedade que vivenciou nos últimos 50 anos processo drástico de urbanização.

1.2 Pesquisando nas cidades: a observação participante e a etnografia

Apesar de tratar de objetos diferentes, a Antropologia Urbana também priorizou por escolher os mesmos métodos de pesquisa utilizados pelos antropólogos que estudam sociedades “simples”: a observação participante e a

etnografia. Esta metodologia torna-se fundamental para esta linha de pesquisa, visto que os aspectos cotidianos e microssociais do complexo urbano só poderão ser apreendidos a partir da relação direta com os habitantes e com os fenômenos que compõem este cenário. Como estratégia destaca-se a atenção a dois aspectos que fazem parte do objeto: de um lado, os próprios atores sociais e suas práticas e, de outro, o local em que essas práticas se desenvolvem. Para esta linha de pesquisa, a paisagem urbana é parte constitutiva da ação dos indivíduos, e por este motivo deve ser levada em conta.

Portanto, aqueles dois planos a que se fez alusão anteriormente – o da cidade em seu conjunto e o de cada prática cultural assignada a este ou àquele grupo de atores em particular – devem ser considerados como dois polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando. (MAGNANI, 2002, p. 20).

A maior parte das pesquisas que se dedicam ao tema da cidade, nas mais diversas áreas, parte frequentemente de um enfoque na questão macroestrutural, isto é, das instituições e da estrutura que compõe a cidade, deixando para segundo plano a análise do cotidiano dos indivíduos que a habitam, as atividades e os processos de interação em que se envolvem. A Antropologia, pelo contrário, priorizou por um enfoque microssocial da questão urbana, principalmente no Brasil. Os antropólogos que atuam no país definem a Antropologia que praticam como uma Antropologia *na* cidade e não *da* cidade. A Antropologia da cidade seria mais similar à Sociologia Urbana, isto é, são estudos que pensam a cidade como uma totalidade, já a Antropologia na cidade “são pesquisas em pequena escala, mostrando em termos gerais a dinâmica da vida urbana e da vida cotidiana” (MENDOZA, 2000, p.222). Nas palavras de Eunice Durham (1986, p. 19 apud MENDOZA, 2000, p. 189),

E, desde o começo, trata-se menos de uma antropologia da cidade do que uma antropologia na cidade. Isto é, não se desenvolveu no Brasil uma Antropologia Urbana propriamente, nos moldes em que foi iniciada pela Escola de Chicago, uma tentativa de compreender o fenômeno urbano em si mesmo. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da antropologia. A cidade é portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto....

No entanto, ao escolher essa visão micro, os antropólogos urbanos brasileiros não deixam de manter um vínculo de seu objeto com as dimensões da dinâmica urbana e da cidade como um todo, pois estes constituem parte da explicação e do contexto em que o objeto de pesquisa está inserido. Magnani (1996, p. 25) explica muito bem essa relação:

O que caracteriza o fazer etnográfico no contexto da cidade é o duplo movimento de mergulhar no particular para depois emergir e estabelecer comparações com outras experiências e estilos de vida – semelhantes, diferentes, complementares, conflitantes – no âmbito das instituições urbanas, marcadas por processos que transcendem os níveis local e nacional.

Assim, a Antropologia passa a focar e observar os acontecimentos corriqueiros e cotidianos, buscando entender como os indivíduos vivenciam e reelaboram esses acontecimentos, propiciando um entendimento em relação à dinâmica das sociedades complexas, onde a cidade é o lócus fundamental. O antropólogo, neste tipo de pesquisa, estará de frente para a sua própria cultura e seu local de vivência, mas isto não significa que novas questões ou determinadas atitudes “exóticas” a ele não estejam presentes, visto que a cidade é um território, como já foi dito anteriormente, de uma multiplicidade enorme, ou seja, “há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos.” (VELHO, 1980, p. 16). E caso ele se depare com um contexto familiar ao seu, será importante questionar pressupostos e valores que são considerados inquestionáveis por ele e por aqueles que partilham daquela cultura, visto que é algo naturalizado por eles. Ainda de acordo com Gilberto Velho (1980, p. 15), as noções de “distância”, “proximidade” e “familiaridade” deveriam ser relativizadas, pois “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos”.

O resultado das etnografias urbanas se apresenta como um arranjo de dados e informações sobre o objeto de pesquisa, que foram percebidos dentro do campo, mas que estavam dispersos e fragmentados, sendo necessário a interpretação e os *insights* advindos do antropólogo para que a compreensão dessa sociedade fosse

possível. O que o antropólogo faz é apreender os significados nativos e descrever a partir dos seus próprios termos. Por este motivo, podemos afirmar que a etnografia carrega, então, a marca tanto dos nativos quanto do pesquisador, partindo do primeiro ator (nativo) e concluindo no segundo (antropólogo). É fundamental perceber que o foco do antropólogo deverá ser sempre a maneira pelo qual os nativos constroem e definem a sua realidade, e não aquilo que o pesquisador considere interessante ou inusitado. Se agir de maneira contrária, o investigador poderá privilegiar dados e informações que tenham um peso significativo na visão dele, mas que para os indivíduos pesquisados sejam naturais e carreguem outro significado, o que afetaria a pesquisa como um todo (VELHO, 1980, p. 16).

No início da pesquisa o etnógrafo é apenas um "observador não-participante" (FOOTE WHITE, 2005, p. 318), com o passar do tempo os sujeitos passam a confiar e se acostumar com sua presença em campo, o que possibilita que ele participe de fato daquela realidade e passe a compreender as relações e as estruturas que ali se configuram. Para isso, a interação pesquisador/pesquisado é fundamental, afinal, "as informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado." (VALLADARES, 2007, p. 154). É também de fundamental importância o despertar da sensibilidade do pesquisador: o seu "olhar". De acordo com Laplantine (2002), ver e olhar não são as mesmas coisas, pois ver está relacionado ao imediato, àquilo que enxergamos e que não interpretamos; já o ato de olhar significa ir além da evidência, é questionar e buscar a significação por trás daquilo que está sendo visto. Em suas próprias palavras, Laplantine (2002, p. 20) define: "Olhar consiste numa reiteração daquilo que se encontra diante de nós e a visibilidade, enquanto forma primeira de conhecimento, afeta-nos ao mesmo tempo em que nos sentimos afetados por aquilo que (a) percebemos."

Após a coleta de dados do campo é fundamental que o pesquisador utilize-se dessas informações para fazer comparações com o todo, não objetivando somente o estudo daquele caso em específico. Isso possibilita que a análise não se restrinja àquilo que o pesquisador está estudando, mas que essa investigação traga novas reflexões sobre a estrutura social, contribuindo para a construção da Antropologia como um todo.

1.3 Os conceitos de espaço e território no desenvolvimento das pesquisas urbanas.

Desde então, a Antropologia vem desenvolvendo inúmeros trabalhos, sob os mais variados objetos, utilizando a cidade como pano de fundo. Hoje, metade da população mundial vive em áreas urbanas,consequênciada frequente migração campo-cidade, sendo este fenômeno uma das mais significativas transformações da era moderna. Para aqueles que migram da zona rural para a área urbana, “a cidade é encarada como um espaço de liberdade e possibilidades, na medida em que o emprego regular é visualizado como uma segurança e independência, inexistentes no campo.” (OLIVEN, 2007, p. 36).A multiplicidade decorrente do processo de crescimento, adensamento e reunião de diferentes tradições,pode se expressar nos traços pessoais, nas ocupações, na vida cultural e nas ideias dos habitantes da comunidade urbana, resultandona organização espacial dos indivíduos de acordo com essas características:

[...]pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo. (WIRTH, 1973, p. 91).

A noção de espaço, neste contexto, assume posição de destaque como uma categoria crucial na compreensão de certos processos sociais. Como afirma Gomes (2006, p. 25): “[...] o espaço constitui um elemento ativo na organização social, ou seja, ele é de forma simultânea agente e paciente nessa dinâmica”. Em outras palavras, os indivíduos e o espaço do qual fazem parte participam de uma relação contínua e dupla, em que os indivíduos ao mesmo tempo em que são influenciados pelo local no qual pertencem, acabam também por influenciar a configuração desse espaço.

Uma maneira coerente de compreender o espaço da cidade seria então enxergá-lo como uma forma-conteúdo, isto é, “como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou” conforme propõe Santos (1999: 21). Assim, compreender o espaço

da cidade implica não só no estudo conjunto das duas dimensões – material e imaterial - que o completam, mas também na observação dos processos que transformam a matéria em energia, ou seja, os processos que transformam uma simples forma em forma-conteúdo. (CUNHA, 2008, p. 25)

De acordo com Limonad (1999), durante muitos anos as análises sobre espaço e relações sociais não se deram como duas categorias que se complementam. Enquanto a Geografia priorizava o primeiro conceito, as Ciências Sociais se debruçava sobre o segundo. Contudo, para a Antropologia Urbana, como já foi dito anteriormente, as inter-relações e os agentes são tão importantes para a constituição da cidade quanto sua configuração física, por isso a necessidade de se fazer pesquisa levando em conta essas relações entre indivíduos e espaço físico. O espaço é uma categoria pela qual se pode fazer uma leitura da sociedade, visto que ele é produto do trabalho humano, ou seja, carrega consigo um conteúdo histórico e social (CARLOS, 2007, p. 27). Entretanto, é fundamental ressaltar que:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em si mesmo, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço. (LEFEBVRE, 1974 apud LIMONAD, 1999, p. 72 e 73)

Relacionada à categoria espaço está também a de território. A diferenciação entre esses dois conceitos pode ser colocada da seguinte maneira: o espaço seria aquela localidade dada somente como algo físico e geográfico, sem nenhum caráter subjetivo, enquanto o território significa que esse espaço foi apropriado por um indivíduo ou grupo e passa a ter alguma significação para esses agentes (BARREIRA E MATTOS, 2013, p. 7 e 8). O espaço é apropriado pelos moradores através do corpo, dos sentidos, dos seus passos, construindo relações com esses locais. A partir do momento que os indivíduos passam a ver determinado espaço físico como um local no qual pertence, esse território pode ser utilizado como uma forma de exercer um poder sobre o outro, já que ele passa a ser vinculado a um grupo ou indivíduo em específico. Desta forma, criado esse controle sobre determinado território, “é possível a imposição das regras de acesso, de circulação e

a normatização de usos, de atitudes e comportamentos sobre este espaço” (GOMES, 2006, p. 12).

O conceito desenvolvido por Park de regiões morais se relaciona com a ideia acima descrita. As *regiões morais*, de acordo com o autor, referem-se a uma área onde grupos de pessoas se encontram com determinada regularidade devido ao fato de compartilharem gostos e temperamentos comuns. Assim, desenvolve-se uma apropriação por parte desse grupo autossegregado para com este local de encontro, que de acordo com Park “não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião.” (PARK, 1973, p. 64). De certa forma, passa a prevalecer ali um código moral específico de comportamento e pensamento que é de fato compartilhado por todos os membros. Em contraposição à ideia de um local apreendido por um indivíduo ou um grupo está a noção de *não-lugares* desenvolvida por Marc Augé (1994), que seriam aqueles espaços de passagem pelo qual os habitantes da cidade estão a percorrer. Por se definirem como local de trânsito, estes indivíduos não criariam vínculos e identidades com o espaço em questão. Dessa forma, não há pertencimento, e conseqüentemente fronteiras entre eu e o outro nos *não-lugares*. É importante destacar, que Augé desenvolve sua teoria a partir da análise das grandes cidades contemporâneas. Para ele, estamos vivenciando um período de aceleração da modernidade, aceleração esta verificável, por exemplo, nas categorias de tempo, espaço e indivíduo. O autor não utiliza o termo pós-modernidade, como se costuma denominar o período posterior à modernidade, pois acredita que o período de tempo vivido atualmente não se dá por uma ruptura à modernidade, mas sim de uma continuidade, e por isso, o termo *supermodernidade* se encaixaria de maneira mais adequada.

Os homens atribuem ao espaço um conteúdo que é passível de variação no tempo, por isso a cidade está sempre em transformação, tendo em vista a multiplicidade de relações, trocas e organizações sociais existentes ao longo da história. Nas palavras de Lefebvre, “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2001, 52). Em outras palavras, o espaço e/ou a cidade mudam quando a sociedade no seu conjunto também se modifica. Além disso, os conflitos e intervenções políticas realizadas pelos atores nas mais

diferentes interações contribuem para a construção dos diferentes usos dos espaços urbanos (BARREIRA, 2007, p. 166).

Como o espaço não é para o vivido um simples quadro e como o sujeito vive através de um modo de apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos. (CARLOS, 2007, p. 45)

É sabido que a constituição do urbano provocou profundas transformações na realidade social como um todo, tanto positivas quanto negativas. De acordo com Lefebvre (2001, p. 11), o motor de todas essas transformações sociais foi, sem dúvida, o processo de industrialização pelo qual o mundo todo foi submetido, sendo a sociedade moderna caracterizada fundamentalmente por esse processo. A cidade preexiste à industrialização, no entanto, a sociedade de mercado, industrial, apoderou-se da cidade de uma determinada maneira que a transformou no lócus fundamental de seu desenvolvimento. A industrialização foi capaz de remodelar a cidade à sua maneira, inserindo no contexto urbano novas constituições tais como as aglomerações, as cidades operárias, os subúrbios etc. Rapidamente a vida urbana passa a penetrar também no campo, transformando-o sobremaneira e levando diversos elementos característicos da cidade também para essa outra realidade.

Assim, a cidade, por ser tão importante na modernidade, tornou-se um interessante objeto de estudo das Ciências Sociais como um todo, por carregar dentro de si inúmeros fenômenos sociais que podem ser abordados por diferentes vertentes. A popularização das pesquisas realizadas em contexto urbano é fundamental para compor a reflexão que devemos ter sobre nossa forma de vida, e tantas outras que podemos encontrar dentro de um mesmo espaço. O presente trabalho visa continuar essa reflexão, contribuindo para a compreensão de nossa própria cidade e sociedade, a partir do conjunto habitacional Nova Germânia (Figura 1).



Figura 1 - Parte das casas que compõem o conjunto habitacional Nova Germânia. Fonte: site da Prefeitura de Juiz de Fora.

O desafio proposto é compreender os sujeitos sociais a partir de sua inserção no território, ou seja, entender o cotidiano dos moradores do condomínio Nova Germânia e sua relação com o espaço que agora fazem parte. Apesar das diversas maneiras possíveis de se analisar o fato social que estamos nos referindo, focamos nosso estudo na questão habitacional, problematizando tanto uma vertentemacrossocial do objeto, como as políticas públicas, quantoamicrossocial, a análise da relação dos moradores com a residência e o bairro em si.

Situado na Região Oeste de Juiz de Fora (Figura 2), próximo a bairros como Monte Castelo, Borboleta e Caiçaras (Figura 3), o conjunto habitacional Nova Germânia se encontra em uma posição periférica territorialmente e socialmente, visto que o acesso à infraestrutura e serviços é defasado. Por isso, reflexões acerca de temáticas que estiveram em destaque nas análises da Antropologia Urbana, como o caso das favelas e da segregação espacial, serão imprescindíveis. Desta forma, o capítulo seguinte fará importantes reflexões sobre esses fenômenos sociais, destacando a segregação espacial como um processo latente na modernidade, e que repercute nas diferentes formas de habitação. Os programas habitacionais, dentre os quais o Nova Germânia é fruto, também serão brevemente analisados, para compor a análise desse objeto específico pelo qual estamos nos debruçando.

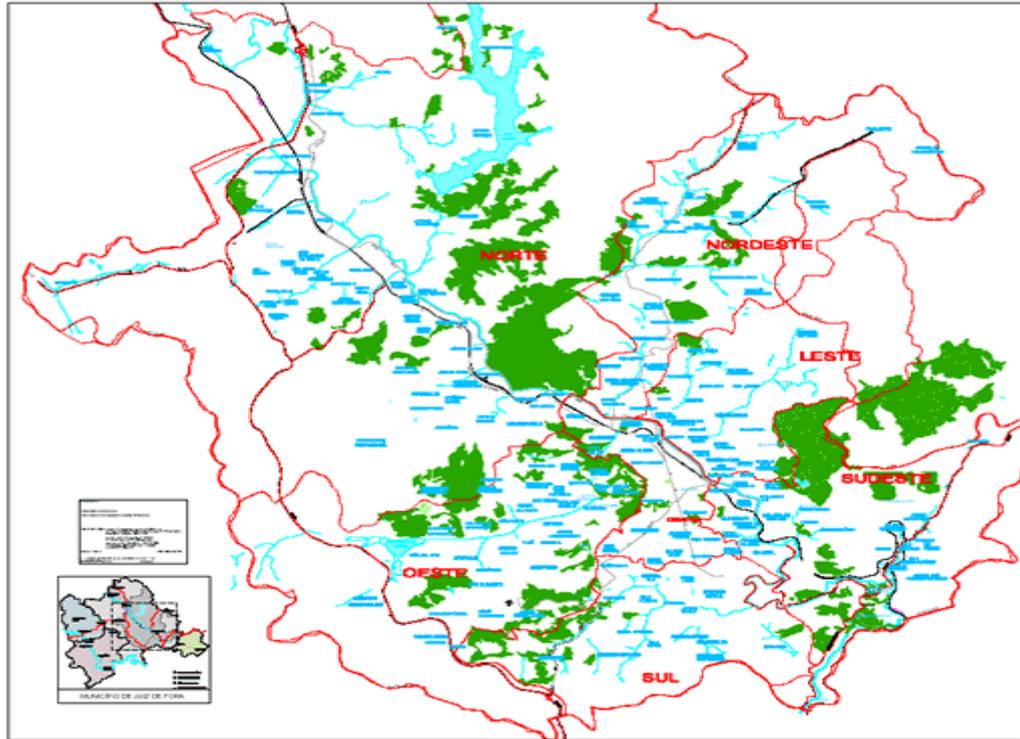


Figura 2 – Mapa de Juiz de Fora. Fonte: site da Prefeitura de Juiz de Fora.



Figura 3 – Foto via satélite do conjunto habitacional Nova Germânia (área destacada).

Fonte: Google Earth.

CAPÍTULO 2 - SEGREGAÇÃO ESPACIAL: UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS HABITACIONAIS

As transformações advindas fundamentalmente da Revolução Industrial e do advento do capitalismo alteraram significativamente não só o processo produtivo - que passaria de uma base agrária e artesanal para uma produção mecânica – como também as esferas econômicas, políticas e sociais de países do mundo todo. Essa mudança drástica de cenário trouxe consequências positivas para setores da sociedade, como por exemplo, a geração de renda, que levou ao aumento do consumo e, por conseguinte, ao impulso da economia. Em contrapartida, a expansão do mercado de trabalho e os salários mais atrativos gerados pelas indústrias impulsionaram um grande aumento no êxodo rural, criando uma alta concentração populacional nas grandes cidades. Esse aumento demográfico substancial gerou diversos problemas sociais, como falta de moradia, aumento da violência, marginalidade etc., fruto da incapacidade das cidades na época de conseguirem absorver esses novos habitantes. Tendo em vista que o mercado de trabalho não é capaz de incorporar essa enorme massa de trabalhadores que vivem nas áreas urbanas, muitos desses indivíduos que migram do campo e passam a viver nas grandes cidades terão acesso a remunerações insuficientes e instáveis, o que consequentemente os exclui do mercado consumidor. Esta incapacidade de consumo também afeta a questão da moradia, pois a especulação imobiliária os expulsa para as áreas periféricas das cidades (MEYER, 1979, p. 154)

A densidade e a quantidade dos bairros pobres que pontuam a mancha urbana metropolitana, formados por uma grande parcela da população de baixo poder aquisitivo como marcha da deterioração das formas de vida na metrópole – revela o fato de que as formas de uso, mediadas pela propriedade privada da terra, restringem o acesso de parcela significativa da sociedade à metrópole. (CARLOS, 2007, p. 44)

No que se refere à questão habitacional, foco do presente trabalho, observa-se que ela reproduz o estado de exclusão social no qual as populações pobres se encontram. Destacamos a seguir algumas alternativas acessíveis a esta população. As vilas operárias, comuns nos anos 40 e 50 e difundida nas diferentes regiões do país, eram construídas pelo empresário industrial ao lado das fábricas para alojar

seus empregados. Este tipo de moradia assegurava certa tranquilidade aos trabalhadores, porém, os enraizava à fábrica, pois perder o emprego significava também perder a casa, o que impossibilitava uma possível mobilidade social por parte desses indivíduos. Outra estratégia utilizada é a aquisição da casa própria através de um mercado imobiliário particular, por meio do pagamento de prestações sobre o terreno e o imóvel, além da possibilidade da autoconstrução. Como era de se esperar, a autoconstrução surge como a alternativa que melhor se adaptava às condições financeiras daqueles indivíduos que se encontravam à margem da sociedade, disseminando por todo o território nacional as habitações improvisadas, que ficaram comumente conhecidas no Brasil como favelas. Para Richard Morse (1971), a nomenclatura mais adequada para esse tipo de agrupamento humano seria a de “bairro marginal”, visto que essas localidades sofrem com diversos tipos de marginalidade, como a geográfica, a funcional (que se refere à privação de serviços públicos), sociológica, econômica e até mesmo psicológica (TASCHNER, 1979, p. 128-129).

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”. (LEFEBVRE, 2001, p. 24)

As favelas surgem no cenário urbano no final do século XIX, mas é a partir de 1930 que elas passam a marcar e ganhar força nas cidades brasileiras (VALLADARES, 1980, p. 22). Para Valladares, a peculiaridade das favelas não permite submetê-las a uma conceituação geral, pois cada uma delas se caracteriza por certas particularidades. A definição utilizada pelo Censo, por exemplo, se resume a “aglomerados humanos localizados em áreas não urbanizadas, constituídas por habitações rústicas ou improvisadas, desprovidas de melhoramentos públicos, construídas em terra de terceiros: do Governo, de particulares ou de domínio não definido” (VALLADARES, 1980, p. 30). Para a autora, o único elemento comum a todas as favelas utilizada nessa definição é a ocupação irregular do solo. Aliás, é exatamente este fato, por serem áreas invadidas, que as favelas não possuem nenhum respaldo jurídico, ficando à margem das ações do Estado. Além disso, a população moradora dessas áreas é

classificada por estigmas que são repercutidos tanto pela população em geral como pela mídia. O favelado é

[...] qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis. Enfatiza-se a favela enquanto aglomerado que “atrapalha” o dia-a-dia da classe média cuja permanência é incompatível com o desenvolvimento imobiliário da cidade e cujo espaço caberia “por direito” aos estratos médios. (VALLADARES, 1980, p. 33)

A apropriação do espaço urbano para fins de moradia, contudo, não se dá de forma homogênea e/ou igualitária, na medida em que as diferenças de classe definem sumariamente a maneira com que os indivíduos terão acesso à estrutura disponibilizada pela cidade. Como dito no capítulo anterior, o espaço não é uma forma autônoma, mas sim um produto das relações humanas e por isso mesmo está relacionado com os processos sociais mais amplos. As relações sociais de produção projetam-se no espaço, e com isso os grupos vão se inserindo na cidade de acordo com seu papel dentro do sistema social, político e econômico no qual estamos todos submetidos (CARLOS, 2007, p. 24).

É possível afirmar que existe hoje nas cidades uma hierarquia dos lugares, onde determinadas áreas são mais valorizadas do que outras. De acordo com Carlos (2007, p. 32), essa diferenciação entre os lugares é produto da divisão espacial e social do trabalho, cada classe social participando de modo diferenciado da reprodução do sistema. Dessa forma, as favelas e os guetos são resultado direto da atuação da estrutura e da hierarquia social sobre a forma de vida dos grupos na cidade. Se há uma diferenciação entre pessoas e espaços, podemos afirmar então que esse fenômeno se enquadra no que denominamos como segregação espacial, isto é, a exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da cidade.

Essa ideia de um apartheid social difundiu-se rapidamente no pensamento sociológico brasileiro, apoiado no argumento da dualidade e da polarização: apesar do retorno ao regime democrático, o afastamento entre ricos e pobres não deixou de aumentar, o esforço dos ricos para preservar seus privilégios passou a ser cada vez mais vigoroso e o abandono social pelo Estado mais manifesto. As categorias populares, abandonadas à sua sorte e excluídas de qualquer projeto de transformação social, assistiram ao espaço urbano ser privatizado e à segregação atingir uma intensidade até então desconhecida. (VALLADARES, 2005, p. 143)

Contudo, é importante ressaltar que podemos compreender o fenômeno da segregação espacial sob outro enfoque, destacando-a como resultado de escolhas individuais, onde grupos de pessoas se agrupariam voluntariamente de acordo com determinadas afinidades, sejam elas raciais, econômicas etc. (RIBEIRO, 2003, p. 40). Lefebvre (2001, p. 97), porém, chama a atenção para o fato de que se por um lado, esta segregação pode ocorrer de forma espontânea (derivada de padrões de renda e de ideologias) ou mesmo voluntária, por outro, não podemos desconsiderar a sua forma programada, resultado das intervenções públicas nos processos de segmentação das populações no território sob a ótica (ou pretexto) do planejamento urbano.

Independente do enfoque dado por diferentes pesquisadores sobre o fenômeno da segregação espacial, e de sua consequência imediata - a periferização - é inegável que estudá-lo se tornou uma questão urgente para aqueles que pensam e procuram compreender os processos que envolvem a cidade, pois além de ter uma ocorrência frequente nos grandes centros urbanos, implica no uso diferenciado do solo pelos diferentes moradores da cidade. No Brasil, as favelas são o símbolo mais visível dessa segregação espacial, chamando a atenção de estudiosos, da mídia, do poder público e da sociedade em geral, que demonstram preocupação e anseio de encontrar formas de sua superação, apesar de se multiplicarem nas cidades brasileiras.

No início dos anos 60, popularizaram-se dentro das Ciências Sociais teorias sobre os pobres urbanos que postulavam que essa camada da sociedade teria desenvolvido uma cultura exclusiva, ou seja, que eles seriam culturalmente diferentes do restante da população. Dentre elas se destaca a perspectiva de Oscar Lewis, que considerava essa cultura específica, desenvolvida pelos pobres urbanos como resultado do processo de adaptação às condições de vida que lhe foram impostas na sociedade capitalista. De acordo com Lewis estes mecanismos de sobrevivência e defesa desenvolvidos por essa classe social seriam transmitidos entre gerações através da socialização, fazendo com que essa "cultura", isto é, seus valores e comportamentos, fossem conservados, dificultando assim a mobilidade social. Esta "cultura da pobreza"

[...] se caracterizaria pelo mínimo de organização acima da família e pela falta de integração às instituições da sociedade mais ampla. Isto se manifestaria numa propensão à apatia, à falta de interesse na política, à ausência de cultura de classe, e se explicaria por uma pobreza cultural devido ao desconhecimento do estoque simbólico da sociedade abrangente. Implícita nesta postura está a impossibilidade de que produzam um estoque simbólico próprio. (ZALUAR, 1985, p. 41)

A crítica central que se faz à perspectiva de Lewis se deve ao fato de que essa “cultura da pobreza” é vista por ele como fator determinante da situação econômica no qual os pobres se encontram, esquecendo-se de questões macroestruturais como a exclusão social. Além disso, cria-se uma ideia de que todos os pobres urbanos estariam inseridos num mesmo modo de vida, esquecendo-se que esse é um grupo densamente heterogêneo, com conflitos e tensões internas próprias. A pesquisa de Zaluar (1985) ao retratar a importância do associativismo no cotidiano do conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro -através de instituições como escolas de samba, times de futebol, Associação de Moradores- é um dos trabalhos que procuram superar a perspectiva da “cultura da pobreza”. Além deste, Diogo (1992/1993) chama atenção de outros autores que irão produzir pesquisas que buscam refutar a teoria da “cultura da pobreza”, como Ruweu Ogien⁵, Anthony Leeds⁶, Charles Valentine⁷, Dean Harper⁸, entre outros.

No Brasil, o processo de urbanização teve início no século XX, tendo como principal fator que promoveu essa transferência da população rural para uma área urbana o processo de industrialização inaugurado no período Vargas. Associado até então a uma economia agrária exportadora, o Brasil foi se transformando, com o passar do tempo, em um país urbano-industrial, com sua população cada vez mais se instalando nas grandes cidades. A dificuldade encontrada por determinadas regiões do país para se inserirem nessa nova economia nacional, propiciou uma urbanização que se difere de região para região, sendo a região Sudeste aquela que atraiu o maior número de pessoas, pois possuía uma melhor infraestrutura e um

⁵ OGIEN, Ruweu. Culture de la pauvreté: Oscar Lewis ET sa critique. In: **Cahiers International de Sociologie**, v. LXV, 1978.

⁶ LEEDS, Anthony. The concept of the culture of Poverty: conceptual logical and empirical problems with perspectives from Brazil and Peru. In: LEACOCK, E. B (Ed.). **The culture of poverty: a critique**. New York: Simon & Shuster, 1971.

⁷ VALENTINE, Charles. Culture and Poverty: Critique and Counter-Proposal. Chicago e London: University of Chicago Press, 1970/1972.

⁸ HARPER, Dean. Culture de la pauvreté: concept utile ou inutile? In: **Cahiers International de Sociologie**, v. LIIV, 1972.

número maior de indústrias. Contudo, a urbanização brasileira não ocorreu de forma ordenada, contribuindo para a ocorrência de diversos problemas nas cidades do país devido à falta de planejamento. Um dos problemas decorrentes desse rápido e desequilibrado processo de urbanização foi a formação das favelas. De acordo com Valladares (2005, p. 94)

O desenvolvimento do mercado de trabalho e suas capacidades limitadas de absorção da mão-de-obra, as variações do custo de vida e dos salários, os preços elevados do mercado habitacional são estudados como fatores que, reunidos, contribuíram para o desenvolvimento das favelas.

Logo que a favela começa a se expandir por todo o território nacional, aproximadamente a partir da década de 30, e se tornar a habitação popular de mais fácil acesso à enorme massa de camponeses que viam agora na cidade a chance de uma nova vida, ela foi tratada pela sociedade e principalmente pelo poder público como um problema a ser resolvido. Médicos, higienistas, engenheiros, jornalistas, arquitetos e tantos outros profissionais faziam análises bastante pessimistas sobre o futuro das cidades e sua população caso esse tipo de habitação continuasse a se difundir. De acordo com esses profissionais, as favelas eram construções habitacionais que se opunham às regras e às técnicas de construção da cidade, pois não levavam em conta questões importantes, tais como a infraestrutura, saneamento, dano ambiental, entre outros elementos, por isso sua destruição era algo tão fundamental e natural para a ordenação do espaço urbano.

Com o objetivo de ultrapassar essa visão técnica da favela, feita pelos profissionais anteriormente citados, um novo tipo de conhecimento sobre essa forma de habitar começa a ser produzido no início da década de 40, a partir do trabalho de assistentes sociais. Através do contato aprofundado com esse universo, mantendo visitas às comunidades e às famílias residentes, foi possível traçar com mais precisão as condições de moradia vivenciadas por esses indivíduos, o que garantiria maior eficácia no controle e reparação dos problemas enfrentados pelos moradores dessas habitações irregulares. No final da década de 40, esta iniciativa passa a contar com o apoio de dados quantitativos sobre a população favelada, como profissão, origem e características demográficas, de forma a mapear as condições

de vida e distribuição deste grupo no território urbano. (VALLADARES, 2005, p. 55-71).

Ao final dos anos 60 as favelas, principalmente as localizadas no Rio de Janeiro, tornam-se objeto de interesse da imprensa, do poder público e da própria reflexão acadêmica. Como problema social frequente nas cidades brasileiras, alvo de intervenções públicas e de lutas e conflitos políticos, cientistas sociais procuravam fornecer arcabouço teórico e técnico sobre a efetividade dessas ações estatais, além de contribuir para a formação das representações sociais desses espaços urbanos e de seus habitantes (VALLADARES, 2005, p. 117). As linhas de investigação se ampliam a partir da inclusão da favela como objeto de pesquisa, envolvendo temas como pobreza urbana, violência, exclusão social, marginalidade, e mais recentemente, associativismo, educação, comportamento político, esporte, religião etc. Percebe-se, portanto, que assim como ocorreu com os estudos das cidades, a favela deixou de ser tratada somente como objeto de pesquisa em si, tornando-se muito mais o lócus de investigação de diferentes fenômenos sociais.

Valladares (2005, p. 149-153) observa que existem algumas características básicas referentes às favelas que são comuns entre a maioria das pesquisas, e que podem ser tratadas como “dogmas”, visto que são constatações compartilhadas pela academia, mas que não são discutidas de forma efetiva, sendo muitas vezes tratadas como constatações a priori. Os três dogmas principais relatados por Valladares são: a) considerar a favela como um espaço específico e singular, o que corroboraria para a existência de uma “cultura da favela”, teorias estas já discutidas aqui anteriormente e que são frequentemente criticadas; b) a favela seria simbolizada como o território da pobreza; e c) enxergam as favelas como uma unidade, quando na verdade estamos diante de uma realidade múltipla, onde cada aglomeração possui características próprias. A autora ainda faz uma interessante observação para a presente pesquisa quando relata que esse último dogma citado, o de tratar as favelas como algo homogêneo, interessa aos responsáveis pelas políticas públicas referentes a esses aglomerados. Tratar as favelas como uma realidade única simplifica a forma de atuação destas políticas, visto que a diversidade de características de um espaço para outro deve ser considerado, caso este que ocorre com bastante frequência quando tratamos das políticas de habitação social, que iremos discutir no próximo capítulo.

2.1 As políticas habitacionais no Brasil

A habitação se constitui como um problema crônico no Brasil, principalmente no que se refere à falta ou à precarização de moradias entre as populações de baixa renda. De acordo com o último estudo realizado pela Fundação João Pinheiro no ano de 2010, o déficit habitacional brasileiro é de 6,490 milhões de unidades residenciais, o que corresponde a 12.1% dos domicílios do país⁹. Apesar dos dados preocupantes em relação à habitação, as políticas habitacionais nem sempre foram uma prioridade e uma iniciativa do governo brasileiro. A política habitacional brasileira começa a dar os primeiros passos somente a partir do governo de Getúlio Vargas (BONDUKI, 1994, p. 711). Até então, a questão habitacional estava nas mãos do livre mercado e da produção privada, linha de ação característica do liberalismo que predominava durante o período da República Velha. Neste período, não havia qualquer programa de financiamento público, seja federal ou municipal, para a aquisição da casa própria, o que gerou um rentável negócio de casas de aluguel. As iniciativas do Estado na época

restringiam-se à repressão às situações mais graves de insalubridade, via legislação sanitária e ação policial, e à concessão de isenções fiscais, que beneficiavam basicamente os proprietários de casas de locação, ampliando sua rentabilidade. (ROLNIK, 1981 apud BONDUKI, 1994, p. 712).

Desde o início do século XX, havia a disseminação por todo o Brasil de uma ideologia modernizadora, que incentivava o desenvolvimento econômico e social do país. A política econômica de Getúlio Vargas contribuiu para a transformação do país, através de uma atuação nacionalista, que transformava a economia agrário-exportadora de antes em incentivos para a industrialização. Com esses incentivos, e com a criação de algumas companhias – como a Vale do Rio Doce, a Siderúrgica Nacional e a Petrobrás – a migração do campo para as grandes cidades aumentou expressivamente, tornando o problema da habitação ainda mais urgente. É neste cenário que as primeiras políticas habitacionais brasileiras nascem. Durante o Governo Vargas, as medidas mais importantes em relação à habitação foram a Lei

⁹Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional municipal no Brasil – Belo Horizonte, 2013.

do Inquilinato de 1942, que instituía o congelamento do valor dos aluguéis com o intuito de proteger os inquilinos dos valores abusivos cobrados pelo aluguel de uma residência. Também durante o período Vargas, mais especificamente entre os anos de 1941 a 1944, foram criados os parques proletários, uma maneira encontrada pelo governo da época de remover as populações que viviam em favelas. As moradias dos parques proletários eram provisórias, até que os seus habitantes conseguissem uma inserção na vida urbana através de uma moradia “digna”. Além do provimento de moradias, essa medida tinha como objetivo

[...] dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas praticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. [...] Esses parques também compreendiam dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches e um posto de polícia. As assistentes sociais foram mobilizadas para conhecer a população a ser realojada, acompanhando o processo e participando de sua adaptação às novas condições de vida, sob seu estrito controle. (VALLADARES, 2005, p. 62)

Como se sabe, o período de atuação de Getúlio Vargas como Presidente da República rendeu a ele o apelido de “pai dos pobres”, pois sua atuação frente às classes populares era bastante ampla, institucionalizando medidas importantes para essa população, como as leis trabalhistas. Dessa forma, seu regime tem um caráter altamente populista, pois buscou apoio popular através de sua imagem de líder carismático, estabelecendo uma relação direta com as massas. Assim, a iniciativa do Governo Vargas em formalizar uma política habitacional no Brasil é totalmente compatível com essa intenção de atingir a população de baixa renda e ampliar a imagem de protecionista para com as classes trabalhadoras. A questão habitacional se torna uma importante política pública nesse sentido, pois repercute diretamente na vida do trabalhador pobre, desonerando seu pequeno orçamento familiar. Além disso, a construção de conjuntos habitacionais tem grande visibilidade pública perante a sociedade como um todo, contribuindo ainda mais para a construção dessa imagem populista pelo qual Getúlio Vargas ficou conhecido. Assim, apesar do passo inicial dado por ele para reverter o quadro habitacional do país, não podemos deixar de esquecer os objetivos políticos e econômicos que também orientavam essas iniciativas públicas, como o apoio popular e o desenvolvimento da economia a partir da construção civil.

2.1.1 A Fundação da Casa Popular (FCP) e o Banco Nacional da Habitação (BNH)

O ano de 1946 marcou a história brasileira como um ano de profundas transformações políticas, advindas fundamentalmente do fim de um longo período de mandato de Getúlio Vargas, figura marcante no imaginário da população, e da posse de um novo Presidente eleito democraticamente, Eurico Gaspar Dutra. Além disso, é também o ano de criação da nova Constituição brasileira e de recuperação da Segunda Guerra Mundial. Devido a um período de transição, é natural que a população se sentisse receosa sobre os rumos do país, atribuindo ao novo governo um sentimento de pressão social sobre suas ações. Desta forma, a questão habitacional foi utilizada pelo Estado como uma demonstração do comprometimento e do empenho dessa nova gestão com o equilíbrio social do país. Vale lembrar que o Brasil também estava passando por uma intensificação da industrialização no país, fruto das condições criadas no Governo Vargas, que intensificaram a necessidade de uma política habitacional eficiente para a nova realidade demográfica das grandes cidades, políticas estas que já haviam sido iniciadas pelo governo anterior.

Assim, o reconhecimento sobre a importância da política habitacional por parte do Governo Vargas contribuiu para a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, o primeiro órgão nacional destinado exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda. A seleção das cidades que se beneficiariam dos conjuntos habitacionais levava em conta as necessidades locais, o apoio da prefeitura e a ordem das licitações. As construções das residências aconteciam, na maior parte das vezes, através de empreitadas, com licitação, sendo os projetos arquitetônicos sempre desenvolvidos pela FCP, o que acarretou na padronização dos conjuntos habitacionais. A FCP reconhecia o fato de que não era possível enfrentar a questão habitacional sem considerar as condições de infraestrutura dos locais onde essas residências seriam construídas, cabendo aos municípios não somente a doação dos terrenos como também a preparação das condições necessárias para a construção das residências. Os anos de funcionamento da FCP, contudo, foram permeados por motivações políticas, que tiveram peso decisivo na escolha dos municípios contemplados, o que se pode comprovar pela total ausência de municípios da Região Norte beneficiados pelo

projeto, apesar da grande necessidade daquela região. Assim, muitos especialistas fazem críticas à efetividade da FCP enquanto política habitacional, conforme explicitado por Andrade e Azevedo (2011, p. 12 e 13),

Acoçada por pressões políticas, de difícil superação, e sem dispor de fonte estável de recursos, que lhe permitisse fazer frente a conjunturas desfavoráveis, a Fundação da Casa Popular não foi capaz de alcançar maturidade institucional traduzida em paradigmas universalistas, em firmeza de objetivos e em prestígio organizacional. A imagem que dela ficou era a de um órgão à deriva, despersonalizado, que vagava ao sabor das injunções e das características transitórias de seus chefes.

Em 1964 a FCP é extinta e cria-se, a partir da Lei n.º 4.380, o Banco Nacional da Habitação (BNH), dando início a uma nova política habitacional no Brasil. O BNH surge como um órgão central para tratar das questões referentes à habitação, promovendo a aquisição e a construção de casas próprias, principalmente para as classes populares. A normatização e os recursos destinados à política de habitação do BNH ficavam a cargo do Governo Federal, enquanto a execução dos projetos era de responsabilidade das Companhias Estaduais de Habitação (Cohabs). De acordo com Azevedo (1988, p. 111), cabia às Cohabs a atividade de “coordenar e supervisionar o trabalho das diferentes agências públicas e privadas que participam da edificação das casas populares, reduzindo o preço das unidades produzidas.”

Sobre a atuação do BNH, podemos destacar que seus investimentos foram bastante expressivos nos primeiros anos de sua gestão, principalmente para a população de baixa renda, foco principal dessa política. No entanto, com o passar dos anos, o que se viu foi a transferência de investimentos para outras classes sociais, devido principalmente à inadimplência recorrente por parte das classes populares, mas também aos melhores rendimentos aos bancos, propiciados pelo investimento nas classes médias, devido à elevada taxa de juros. É importante ressaltar que os objetivos do BNH não se restringiam somente à área social, mas também buscava atender o crescimento econômico do país através da construção civil, promovendo o desenvolvimento de outras áreas e a geração de empregos.

Apesar da produção habitacional significativa, o BNH esteve muito aquém das necessidades reais do país. Contudo, a despeito de todas as críticas, é inegável que durante sua atuação o Brasil teve de fato uma política nacional de habitação, que

não se tinha até então. Suas atividades foram encerradas em 1986, e o que se viu nos anos seguintes foi um longo período de relativo abandono por parte do Estado na implementação de políticas habitacionais.

Na segunda metade dos anos 80, a crise do Sistema Financeiro de Habitação e a extinção do BNH criaram um vácuo com relação às políticas habitacionais, através de um processo de desarticulação progressiva da instância federal, com fragmentação institucional, perda de capacidade decisória e redução significativa dos recursos disponibilizados para investimento na área. Assim é que, entre 1986 (data da extinção do BNH) e 1995 (quando tem início uma reestruturação mais consistente do setor), a política habitacional foi regida por vários órgãos que se sucederam ao longo período, sem que se conseguisse resultados efetivos. (CARDOSO, s.d., p.3)

Com o fim do BNH, a política habitacional do Brasil passou a ser de responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF). Assim, há uma perda qualitativa nesta área, visto que as ações habitacionais se tornariam uma das ações da CEF e não seu foco principal. Em resumo, o Estado brasileiro não dá continuidade às poucas políticas habitacionais implementadas, o que contribui para seu relativo fracasso. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso recomeça-se a pensar a questão habitacional com maior atenção, mas é durante o mandato de Lula que isso se torna de fato mais efetivo, principalmente com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009. O Programa surgiu como uma resposta do governo brasileiro frente à crise financeira internacional desencadeada em 2008 nos Estados Unidos, que ficou conhecida como a “crise do *subprime*”¹⁰. A escolha pela área da construção civil como forma de alavancar a economia já havia sido feita em outros momentos, e resulta da criação da demanda por produtos como cimento, areia, ferro etc., além de eletrodomésticos e móveis para as residências, gerando, conseqüentemente, um maior número de empregos.

2.1.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

¹⁰ A crise tem origem na falência de instituições de crédito do país, que concediam empréstimos hipotecários de grande risco (“subprime”) aos cidadãos, impactando a bolsa de valores americana e, conseqüentemente, o mundo todo.

As atividades do BNH foram encerradas em 1986 e incorporadas à Caixa Econômica Federal, fazendo desta o maior agente de financiamento da casa própria no país. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal, lançado em março de 2009, conta com a participação de várias instituições, entre elas a CEF. O Programa consiste na construção ou requalificação de imóveis para compor condomínios ou loteamentos - de casas ou apartamentos - que serão destinados a famílias que possuem renda bruta de até cinco mil reais. O PMCMV divide as famílias que pretendem se beneficiar do Programa em três faixas de renda: as que recebem até R\$ 1,6 mil (Faixa 1), entre R\$ 1,6 mil e R\$ 3,275 mil (Faixa 2) e de R\$ 3.275,01 mil a R\$ 5 mil mensais (Faixa 3). A cada uma dessas faixas há um tipo de subsídio e um número determinado de casas construídas ao longo do Programa. Para a primeira faixa de renda há o subsídio integral garantido pela CEF, cabendo aos municípios o papel de definir os critérios para selecionar as famílias. As administrações municipais devem cadastrar os interessados em participar do Programa, além de facilitar a produção das residências, através de desoneração tributária e, em alguns casos, da concessão de terrenos. Cabe à CEF o papel de analisar os projetos, contratar a construtora e fiscalizar as obras. Já a Faixa 2 e a Faixa 3 recebem subsídio parcial pela Caixa Econômica Federal, e compram as unidades diretamente das construtoras e incorporadoras pagando o restante do valor do imóvel com financiamento pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O Programa ainda foi dividido em duas fases: a primeira, denominada MCMV 1, teve início em 2009 e se encerrou em 2010; a segunda (MCMV 2) começou em 2011 e continua até os dias atuais. Entre essas duas fases, houve algumas alterações bastante pontuais no que diz respeito às regras do Programa.

No caso da Faixa 1 - que é o foco do presente trabalho, visto que o conjunto habitacional Nova Germânia se enquadra nesta faixa de renda - os interessados em financiar uma casa no PMCMV não podem ter sido beneficiados anteriormente em outros programas de habitação social do governo, não devem possuir casa própria, estar enquadrado no critério de renda, destinar até 5% da renda familiar durante dez anos para o pagamento das prestações – sendo a prestação mínima de R\$25,00 - e

estar inscrito no Cadastro Único¹¹. Vale lembrar que famílias com portadores de deficiência ou idosos têm prioridade, além da facilitação por parte do Programa para o financiamento de imóvel que for registrado no nome da mulher. Depois de contemplados, os beneficiários não podem vender, alugar ou emprestar o imóvel adquirido através do PMCMV.

O PMCMV prevê, ainda, a realização do Trabalho Técnico Social (TTS), que é de responsabilidade dos municípios. As diretrizes deste Trabalho, de acordo com o site da CEF¹², são: divulgar as informações do programa para os agentes envolvidos bem como seus direitos e deveres, ressaltando a importância da moradia que eles conquistaram e orientando-os para o seu uso correto e sua manutenção; incentivar a participação das famílias na manutenção dos serviços gerados pelo programa com o intuito de desenvolvimento da própria comunidade. O incentivo a esses moradores ao cuidado com o novo local de moradia não visa somente a manutenção do espaço, mas também busca criar nessas pessoas vínculos, pertencimento, integração com os novos moradores, adaptação etc. Em Juiz de Fora, esse trabalho é de responsabilidade da Emcasa - Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora –, órgão municipal responsável pela execução de ações voltadas para inibir o déficit habitacional do município, e também responsável pelo PMCMV..

A equipe responsável por este trabalho, no caso do condomínio Nova Germânia, é composta por assistentes sociais, psicólogos, professores de dança, música e educação física. Os membros dessa equipe estipularam eixos de atuação com temas específicos a serem trabalhados com os moradores, foram eles: Organização Comunitária, Educação Patrimonial, Educação Ambiental, Educação Financeira e Geração de Trabalho e Renda. Por não terem tempo hábil de trabalhar todos os eixos propostos no prazo estabelecido inicialmente, de 6 meses, foi concedido à equipe a prorrogação do trabalho para mais seis meses¹³.

¹¹ O Cadastro Único é um instrumento criado pelo Governo Federal, com apoio dos municípios, para mapear e identificar as famílias de baixa renda. O objetivo é conhecer as principais necessidades dessas camadas sociais. Cabe à Prefeitura fazer a coleta e a atualização dos dados desse Cadastro.

¹² Fonte:

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/habitacao_de_interesse_social/apoio_const_habit_familias_baixa_renda/pre_contratual/social.asp

¹³ Informações obtidas através de visitas à Emcasa e acesso a documentos, com autorização da Sra. Waldéia Dornelas Couto Pinheiro, coordenadora de Projetos da Emcasa.

De fato, o PMCMV representa em termos numéricos um avanço bastante representativo para a habitação social do país. Ele atua em todo o território nacional, e, de acordo com o Governo Federal, se consolidou como a maior política pública habitacional da história do Brasil, contratando nos seus cinco anos de existência um total de 3,4 milhões de unidades residenciais¹⁴. Em comparação às iniciativas anteriores, os números são expressivos, visto que a FCP produziu aproximadamente 17 mil casas populares durante sua atuação e o BNH, nos seus 17 anos de existência, pouco mais de um milhão de unidades habitacionais (ANDRADE, AZEVEDO, 2011, p. 97). Contudo, algumas análises já produzidas sobre o Programa (CARDOSO; JAENISCH, 2014; ROMAGNOLI, 2012) ressaltam o fato dele ainda repetir alguns erros cometidos pelas políticas habitacionais anteriores, principalmente no que se refere às populações de baixa renda. Assim como o BNH, o PMCMV foi criado com o intuito de impulsionar a economia nacional, juntamente com o objetivo de equacionar os problemas referentes à habitação. A produção de moradias do PMCMV tinha como prioridade, em seu lançamento em 2009, minimizar o impacto da crise internacional sobre a taxa de emprego no Brasil, como já explicitado anteriormente (CARDOSO; JAENISCH, 2014, p. 7). Porém, muitos especialistas consideram a vinculação entre política habitacional e medidas de fomento ao desenvolvimento da indústria como algo negativo para a implementação do programa, pois a dimensão social da moradia, bem como a qualidade das residências, fica subordinada a questões econômicas que acabam prejudicando a eficácia do Programa, principalmente entre as classes mais necessitadas.

A implementação de uma política habitacional regida por uma lógica empresarial trouxe reflexos diferenciados para a construção do espaço urbano, assim como para a eficácia da política de habitação como mecanismo de redução das desigualdades socioespaciais. (CARDOSO, ARAGÃO, ARAUJO, 2011, p. 5)

Com esse viés também voltado para o desenvolvimento econômico, o Programa definiu que a promoção dos empreendimentos imobiliários ficaria a cargo da iniciativa privada. Visto que essas empresas de habitação, assim como outras quaisquer, têm como fundamento a lucratividade, as unidades habitacionais muitas

¹⁴ Os dados referem-se até 30/04/2014. Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/minha-casa-minha-vida-completa-cinco-anos-com-34-milhoes-de-unidades-contratadas/>.

vezes não atendem de forma satisfatória às necessidades da população e à questão habitacional, construindo residências com péssima qualidade e trazendo diversos prejuízos ao cotidiano desses moradores¹⁵. O valor máximo das residências está predeterminado pelo Programa, o que faz com que as empresas procurem reduzir os custos da construção das unidades habitacionais e/ou do terreno onde estas serão construídas. Resulta-se assim, com estas medidas, a má qualidade das casas e a instalação destas residências em locais afastados da cidade, onde o acesso a serviços fundamentais ainda são escassos (MARQUES; RODRIGUES, 2013). Além disso, é bastante comum entre as empresas responsáveis pela construção dessas residências a prática de dividir os lotes de terra em vários empreendimentos, o que causa uma contiguidade entre eles e que na prática acabam se tornando um empreendimento só, apesar de terem sido contratados separadamente junto à CEF. A citação a seguir explica de forma bastante adequada o motivo dessa prática:

Para a redução do custo ou do tempo de produção torna-se necessário ampliar o tamanho dos empreendimentos, buscando concomitantemente maior padronização. Neste sentido, buscar a ampliação da escala dos empreendimentos, o que tem como consequência a necessidade de trabalhar com terrenos de maiores dimensões, reforça o processo de periferização, já que é mais difícil encontrar áreas de tamanho adequado nas regiões centrais. (CARDOSO, ARAGÃO, ARAUJO, 2011, p. 6)

Outra crítica feita ao PMCMV e que se aplica à história das políticas habitacionais no Brasil se deve ao fato de que elas não levam em conta as singularidades e características próprias de cada beneficiado, como as diferenças regionais, o tamanho da família, os aspectos culturais etc. Valladares (2005, p. 158) chama a atenção para o fato de que essa homogeneidade vista pelo poder público em relação aos pobres urbanos se inicia já na política de remoção dessa população das favelas¹⁶. Para esta autora, as diferentes favelas existentes no Brasil ou mesmo em uma mesma cidade não podem ser vistas e analisadas da mesma maneira. Cada realidade merece uma análise especial e uma política de reparação de danos que consiga equacionar os problemas referentes àquela região em específico. Deve-

¹⁵As ocorrências de alagamentos nas residências do Nova Germânia no período chuvoso são muito frequentes. Alguns moradores, inclusive, já entraram com ações judiciais contra a construtora responsável pelas obras no conjunto habitacional, pedindo o ressarcimento dos danos causados pela chuva, como móveis e eletrodomésticos perdidos, além de reparos que os próprios moradores precisaram fazer nos forros desses imóveis.

¹⁶ A análise da política de remoção de favelas será aprofundada ainda neste capítulo, mais adiante.

se adequar as unidades habitacionais às famílias necessitadas e não o contrário, como geralmente acontece. A questão habitacional deve priorizar uma abordagem que verifique “[...] os diferentes modos de vida, tipos de família, e fases do ciclo de vida, que vão exigindo face ao habitat também uma grande diversidade de necessidades” (MENEZES, 2013, p. 2).

De acordo com Guimarães (2007, p. 4), a eficácia dos programas habitacionais pode ser alcançada através de três diretrizes: de uma maior liberdade de planejamento e execução por parte das administrações municipais, que poderiam fazer adequações de projetos nacionais a partir de sua realidade local; de uma participação efetiva da população beneficiada sobre os rumos do projeto, participação esta que sempre foi negada aos beneficiados, tanto no período Vargas, durante a ditadura militar e também no PMCMV; e por fim, a adequação do projeto às necessidades das famílias envolvidas no programa em cada caso, que conseqüentemente seria resolvida caso a segunda diretriz fosse cumprida. Essa segunda diretriz tratada por Guimarães apresenta-se como ponto de consenso entre os analistas do PMCMV, isto é, a necessidade de se fazer presente os beneficiados para que eles próprios participem desde o início da construção do projeto. Além de adequar diretamente as residências e o espaço como um todo às suas necessidades, essa medida também contribui para a construção de pertencimento no novo local de moradia. A solução encontrada por Ribeiro e Santos Junior (2011, p. 15) é

[...] a criação de esferas públicas efetivamente democráticas de gestão das políticas públicas (tais como os conselhos das cidades) que ultrapassem os limites das instituições da democracia representativa liberal e possibilitem a visibilização, interação, conflito e negociação entre os diferentes agentes sociais e entre esses e o poder público, de forma que a tomada de decisões seja resultado desse conflito e negociação.

Muito diferente dessas sugestões propostas por esses autores, o que se vê na atuação do PMCMV é que o processo todo parece ser resumido a uma relação de compra, como outra qualquer. É sabido que a moradia e o solo urbano são mercadorias, isto é, podem ser vendidas e compradas, e por isso mesmo possuem valor de uso e valor de troca. Mas cada agente possui interesses diferenciados em relação à residência: para os beneficiados pelo PMCMV a casa possui um valor de

uso, já para aqueles que a produzem, isto é, as construtoras, ela têm um valor de troca. É interessante perceber que o valor de uso de uma moradia também varia de grupo para grupo de acordo com sua forma de vida, suas necessidades, sua cultura etc, por isso muitos especialistas afirmam que as residências deveriam atender cada realidade separadamente (SANTOS JUNIOR, 2011, p. 67-71).

Por fim, outra apreciação frequente entre os estudiosos (MARQUES; RODRIGUES, 2013; MARICATO, 2009) no que se refere à eficácia do Programa é o desajuste na distribuição da produção das residências por faixa de renda em relação ao déficit habitacional. A prioridade do PMCMV é de fato a população de baixa renda, principalmente aquela que se encontra na primeira faixa de renda. Esta população representa cerca de 90% do déficit habitacional do país, no entanto, são beneficiados com 40% do total de unidades construídas pelo Programa. O resultado disso é um impacto bastante restrito no cálculo do déficit habitacional, de apenas 6%, enquanto os outros grupos sofrem uma alteração significativa nesta taxa, de 93 a 95% (ROMAGNOLI, 2012).

Contudo, apesar de todas as críticas, é notória a atuação do PMCMV por todo o país, auxiliando de fato na aquisição da casa própria para um número significativo de famílias que não teriam essa possibilidade. Para Romagnoli (2012), um dos principais destaques do Programa é a utilização dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para a sua implementação. De acordo com este autor, essa iniciativa ajuda a fortalecer a visão de que, de acordo com os atores mais diretamente envolvidos na questão habitacional - movimentos sociais, centrais sindicais, presidentes de Cohabs, secretários de habitação e empresários do setor da construção civil - a questão habitacional deve ser enfrentada através de políticas de longo prazo e não políticas de governo. Dessa forma, a novidade do Programa em inovar na utilização desses recursos contribui para a ideia de que uma parte das receitas da União e dos Estados, Distrito Federal e municípios, devem ser vinculados para a reparação do déficit habitacional brasileiro.

Além disso, estudos recentes identificaram que parte significativa das famílias que conseguiram acessar voluntariamente o programa está satisfeita com a nova condição de moradia, apesar de reconhecer a baixa qualidade construtiva dos empreendimentos e uma série de dificuldades inerentes à mudança para o novo endereço. (CARDOSO, JAENISCH, 2014, p. 8)

Desta forma, podemos concluir que apesar de ser uma política habitacional ainda incipiente, o PMCMV tem ganhado destaque e vem se consolidando em todo o país. Em Juiz de Fora, são inúmeros os beneficiados pelo Programa, e que, apesar das críticas realizadas, tem contribuído sobremaneira para amenizar o problema habitacional do Brasil. A seguir, faremos uma análise da atuação desta política habitacional na cidade de Juiz de Fora, focalizando nas características expressas pelo condomínio Nova Germânia, objeto do presente trabalho.

2.1.2.1 O Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, cerca de 16 mil pessoas se inscreveram para obter uma casa própria financiada pelo PMCMV, com o apoio da Prefeitura. Em Janeiro de 2011 ocorreu o sorteio das 2532 unidades habitacionais que seriam construídas para as famílias que se enquadram na primeira faixa de renda. À época do sorteio, as casas e apartamentos ainda estavam em construção, e foram divididas em nove diferentes empreendimentos da cidade, sendo dois deles loteamentos constituídos de casas e o restante em residenciais ocupados por apartamentos. Os empreendimentos são:

Empreendimento	Localização	Número de imóveis
Loteamento Parque das Águas	Bairro Monte Castelo (antiga Fazenda Santa Clara)	565 casas
Loteamento Nova Germânia	Divisa dos bairros São Pedro e Borboleta (antiga Fazenda Santa Clara)	329 casas
Residencial das Araucárias	Bairro Sagrado Coração	380 apartamentos
Residencial Miguel Marinho	Bairro Benfica	344 apartamentos
Residencial Belo Vale I	Bairro Barbosa Lage	240 apartamentos

Residencial Belo Vale II	Bairro Barbosa Lage	200 apartamentos
Residencial Bela Vista	Bairro Nova Era	206 apartamentos
Condomínio Vivendas Belo Vale	Bairro São Geraldo	128 apartamentos
Residencial Paraíso	Bairro Nova Califórnia	240 apartamentos

Quadro 1 – Empreendimentos lançados em 2011 em Juiz de Fora pelo PMCM para as famílias da Faixa I. Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora.

As 2632 unidades habitacionais foram divididas da seguinte maneira: 80 unidades destinadas para idosos, 80 para pessoas com deficiência, 281 para famílias ocupantes de áreas de riscos ou desabrigadas, 1.568 destinadas às famílias que se enquadram em quatro ou cinco dos critérios estabelecidos¹⁷, 523 pessoas que atingiram até três critérios e, ainda, 527 nomes para formar o grupo de reserva (que seriam convocadas caso houvesse desistência ou inveracidade de informações por parte dos escolhidos). As 100 unidades habitacionais restantes estão destinadas à ocupação de acordo com a Defesa Civil, ou seja, não foram submetidas a sorteio.

O condomínio Nova Germânia é composto por 329 unidades residenciais, divididas em 13 quadras. As casas são de alvenaria, compostas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, totalizando 38,70 m² de área construída dentro de um terreno de 128 m². As residências possuem também equipamento de aquecimento solar¹⁸. O conjunto habitacional possui ainda área reservada para construção de equipamentos comunitários, que atualmente se restringem a um parquinho e um campinho de futebol. Os moradores do Nova Germânia se enquadram na primeira faixa de renda estipulada pelo PMCMV e são oriundos de diferentes bairros de Juiz de Fora.

As avaliações do PMCMV entre estudiosos encontram eco na opinião dos moradores do conjunto habitacional Nova Germânia, insatisfeitos com a qualidade das casas nas quais eles agora são residentes. As unidades residenciais do Nova Germânia, assim como de outros conjuntos habitacionais construídos em Juiz de Fora, tem sido alvo de reclamações frequentes dos moradores perante à Caixa

¹⁷ Os critérios são: 1) famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres; 2) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; 3) residir em Juiz de Fora há mais de dois anos; 4) família com mais de um filho com idade inferior a 16 anos; 5) família em situação de risco social.

¹⁸ Informações obtidas através de visitas à Emcasa e acesso a documentos, com autorização da Sra. Waldéia Dornelas Couto Pinheiro, coordenadora de Projetos da Emcasa.

Econômica Federal e a mídia local¹⁹. São problemas no telhado, no piso, rachaduras e mofo nas paredes, ausência de muros e cercas entre e na frente das casas etc. Levando em conta a grande recorrência de problemas estruturais nas unidades residenciais construídas neste loteamento, a construtora responsável, a pedido contundente da população à Caixa Econômica Federal, começou neste ano a fazer reparos nas estruturas que tinham necessidade. A atuação da construtora no conjunto habitacional é controversa, enquanto alguns reconhecem a efetividade dos reparos, outros afirmam que esse trabalho continua sendo insatisfatório.

Logo após a ocupação dos beneficiados pelo PMCMV no conjunto habitacional Nova Germânia, a equipe do Trabalho Técnico Social aplicou um questionário com esses moradores com o intuito de compor um diagnóstico social dessas famílias, para levantar um perfil dos moradores e também verificar avaliações dos mesmos sobre alguns aspectos da moradia e seu entorno. Foram aplicados 168 questionários, o que corresponde a uma amostragem de 51% das famílias do loteamento, envolvendo ao todo 708 moradores entrevistados (401 do sexo feminino e 307 do sexo masculino), cujo processamento trouxe os seguintes resultados: no que se refere à satisfação dos moradores com a nova residência, as famílias entrevistadas dividiram suas opiniões em satisfeitas (49,40%), insatisfeitas (30,95%), satisfeitas, mas relatam algum tipo de descontentamento com a moradia e/ou entorno (10,71%), e as que não responderam a questão (8,93%). Entre as pessoas satisfeitas, 57,83% delas não expressaram as razões de suas satisfações, já os outros 42,17% afirmaram que sua satisfação se deve ao financiamento da casa própria. Ainda vale destacar que dentre os entrevistados que se demonstraram insatisfeitos ou que disseram estar satisfeitos parcialmente, 57,14% apontaram a principal motivação de suas insatisfações os problemas construtivos das casas, tais como goteiras, infiltrações, mofos e problemas com o telhado. O restante apontou insatisfações com a localização do bairro, ressaltando a inexistência de comércio próximo ao loteamento e a falta de equipamentos e serviços, tais como escola, creche, posto de saúde, posto policial e igrejas, e a falta de segurança no bairro,

¹⁹ Fontes: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2013/11/casas-precarias-fazem-juiz-foranos-temerem-chuvas.html>>, <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/01/chuva-inunda-casas-e-moradores-protestam-em-juiz-de-fora.html>>, <<http://www.tribunademinas.com.br/chuva-causa-estragos-e-pontos-de-alagamentos-em-juiz-de-fora/>>. Acesso em: 03/06/2015.

apontando a falta de policiamento, o alto índice de roubos e de consumo de drogas no local.

É possível perceber, então, que as críticas feitas às políticas habitacionais brasileiras, em geral, são também percebidas pela própria população, como ficou claro nos dados anteriormente descritos. A falta de serviços essenciais nas proximidades dos conjuntos habitacionais e a própria estrutura das casas construídas são problemas que se repetem em diferentes municípios beneficiados pelo PMCMV e por outras políticas habitacionais, e por este motivo merecem uma análise mais aprofundada, que será feita na seção que segue.

2.2A política de remoção de favelas e a construção de conjuntos habitacionais: uma análise crítica

A partir do momento que as favelas passam a ser cada vez mais frequentes e a modificar substancialmente a forma com que as camadas populares acessavam o espaço urbano, o poder público a tomou como um problema social grave e, que por este motivo, deveria ser urgentemente resolvido. As medidas tomadas pelo Estado giravam em torno de duas alternativas: a eliminação das favelas por meio da transferência da população residentes nestas áreas irregulares para outras localidades, através de moradias que seriam construídas e regularizadas pelo próprio poder público, ou a recuperação das favelas, com o fornecimento de medidas assistencialistas para esses moradores (VALLADARES, 1980, p. 22). De acordo com Valladares(1980, p. 25), no Rio de Janeiro, não havia um consenso por parte do Estado sobre qual medida tomar, e durante algum tempo elas foram implementadas de forma conjunta, como explicita a autora na citação a seguir:

Enquanto a COHAB, organismo estadual, desenvolvia sua ação no sentido da remoção das favelas, a Administração Negrão de Lima criava, em 1968, a CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidade, a partir de uma alternativa oposta à remoção: urbanização. [...] A existência simultânea desses dois organismos, sob uma mesma Administração, com objetivos tão diametralmente opostos com relação a uma questão única – a favela – é exemplo evidente da enorme contradição que até então sempre se verificava na prática de uma política de favela.

Ambas as políticas recebem críticas positivas e negativas quanto à sua adequação como medida habitacional, apesar da urbanização de favelas ser conhecida mais pelas suas virtudes. A principal delas se refere ao reconhecimento por parte do poder público do lugar da favela na cidade, ao propiciar aos residentes destes locais serviços e infraestruturas que garantam o bem-estar e a qualidade de vida que é direito de todos os cidadãos. A inserção da favela na cidade a partir da dimensão física propicia, conseqüentemente, a inserção dela no âmbito social. Mesmo assim, os principais projetos de urbanização de favelas no Brasil só irão se consolidar a partir da década de 90 (ANDRADE, 2010, p. 5).

Durante muitos anos a política de remoção de favelas se tornou o meio mais utilizado e mais eficaz, na visão do Estado, para resolver essa questão. O poder público entende que há uma necessidade em destruir esse tipo de habitação, considerados ilegais, pois veem esse meio como responsável pelos males econômicos e sociais pelo qual as populações residentes enfrentam. Assim, o problema das favelas tem sido tratado pelo poder público como exclusivamente habitacional, sem considerar as condições de vida desta população como reflexo da sua condição econômica e social enquanto população pobre. De acordo com o Estado, “bastaria remover a população favelada para moradias adequadas de baixo custo que o problema da sua “incorporação” à sociedade moderna estaria resolvido.” (ZALUAR, 1985, p. 64). Assim, a solução encontrada para esse problema tem se limitado à transferência desses moradores para novos locais de moradia, tornando a política dos grandes conjuntos habitacionais predominante no país, inclusive nos dias atuais.

Verifica-se, contudo, que esta forma de condução da precarização das moradias por parte do poder público encontra sérios limites. A passagem da população favelada para residências populares trouxe melhorias significativas no que se refere à qualidade das habitações, que antes eram construídas pelos próprios moradores de maneira precária e com materiais diversos, muitos deles impróprios para uma habitação. Entretanto, a lista de efeitos negativos dessa transferência também é significativa, e explorada de forma bastante contundente na literatura que se debruça sobre o assunto. Podemos citar entre as críticas feitas a essa política de remoção de favelas: a diminuição da renda familiar, devido à distância entre os locais onde foram construídos os conjuntos habitacionais e o

centro urbano, onde a maior parte desses indivíduos trabalha; a destruição das redes de sociabilidade constituídas por esses moradores na favela, pois a remoção não deslocou os moradores de acordo com sua origem; além da transformação, por parte de alguns moradores, do conjunto habitacional em local de “passagem”, pois muitos voltam a viver nas favelas. (ZALUAR, 1985, p. 70 e 71).

A favela continuou a existir e ser uma opção de morada para uma grande parte da população porque a política de remoção não trata o problema na sua raiz: nenhuma medida foi tomada para controlar a migração, a especulação imobiliária, nem houve aumento da renda dessa população. Além disso, a favela não representa somente uma alternativa habitacional,

por sua localização, facilita o acesso aos mercados de trabalho e reduz os gastos com transporte; por sua natureza (área de invasão construída com recursos precários), permite que os gastos com a habitação sejam reduzidos. Constitui, assim, para muitos, uma verdadeira “solução orçamentária”, cujo papel é fundamental na luta diária pela sobrevivência na cidade. (VALLADARES, 1980, p. 45)

Apesar disso, Zaluar (1985, p. 82) ressalta que essa volta à favela não aparece como uma opção pela qual os moradores ficavam satisfeitos, “isto porque, para eles, a favela é um lugar estigmatizado, sem coleta de lixo, sem esgotos, sem ruas iluminadas, etc., comodidades às quais se acostumaram.”. Essa saída dos conjuntos habitacionais também não se deu somente de forma voluntária, isto é, além dos casos em que o morador cedia seus direitos à outra pessoa, muitos outros foram despejados em razão da inadimplência perante a prestação das residências.

Com a evasão de vários moradores que inicialmente foram alocados nos conjuntos habitacionais, estes se transformaram, adquiriram características bastante distintas daquelas em que foram iniciadas, tanto no que se refere à própria realidade do conjunto quanto ao tipo de morador que agora vivia nesses empreendimentos. De acordo com Valladares (1980, p. 84), as principais mudanças foram: esses locais se tornaram muito mais um local de passagem, como citado anteriormente, do que uma área de fixação, ou seja, muitos dos moradores não permaneciam no conjunto; o que era antes uma área de ocupação compulsória, onde os moradores foram obrigados a se transferirem para esse novo local de moradia, hoje ganhava ares de

ocupação voluntária, isto é, muitas pessoas se interessavam em morar nesses conjuntos, em grande medida devido ao seu baixo custo; e exatamente por serem atraentes financeiramente para uma parte da população, os conjuntos ganharam uma fisionomia bastante heterogênea, sendo ocupados inclusive pela classe média.

A mudança desse cenário só foi possível porque grande parte da população burlava o sistema, emprestando a casa para parentes e amigos, alugando-a, vendendo-a etc. Assim, a heterogeneidade dos conjuntos habitacionais passa a ser uma consequência natural, e se dá tanto pelo modo como os moradores tinham acesso à habitação, como pela sua origem, renda ou atividade econômica.

Por isso mesmo, o relativo fracasso do programa de habitação popular, indicado tanto pelo abandono do conjunto quanto pela resistência à legalização jurídica das habitações obtidas e os atrasos constantes nas prestações, deve ser avaliado pelo efeito combinado das técnicas repressivas de remoção e da política salarial que comprimiu e comprime os salários dos trabalhadores, em especial os de pouca qualificação, enquanto o país crescia a altas taxas anuais. (ZALUAR, 1985, p. 83)

Muitas críticas feitas a essa política de transferência dos moradores das favelas para novas residências, principalmente no que se refere à sua efetiva melhora na qualidade de vida dos beneficiados, também se aplica ao Programa Minha Casa Minha Vida, apesar dele não se caracterizar como uma política de remoção de favelas. Gera-se um ciclo vicioso, já apontado no princípio de século por pesquisadores da Escola de Chicago (PARK, 1973, p. 30): o espaço físico como reflexo da estrutura social acarreta em divisões espaciais e valorativas da cidade onde o pertencimento de um grupo a uma determinada zona espacial é representativo da posição e do prestígio social dos mesmos. Neste sentido, a periferização pelo qual os moradores dos conjuntos habitacionais estão submetidos reforça o próprio processo de marginalização social deste grupo, dificultando a sua superação. O conjunto habitacional Nova Germânia, a exemplo de muitos outros conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV e espalhados por todo o território nacional, não escapa a esta realidade, de que a transferência residencial nem sempre acarreta em mudanças na qualidade de vida dos moradores, seja pela qualidade das moradias seja pela periferização dos conjuntos habitacionais

Consideradas as variações inerentes às particularidades locais, tem sido uma constante nos grandes centros urbanos a periferização da produção voltada para o programa (na qual quanto menor a faixa de renda, maior a distância em relação às áreas mais dinâmicas da cidade) e a concentração de empreendimentos para as faixas de menor renda em áreas da cidade de urbanização rarefeita ou incipiente. Elemento que evidencia uma persistência na hierarquização dos espaços na cidade e de diferenças significativas nas possibilidades de acesso àquilo que a cidade pode oferecer, além de problematizações em torno da mobilidade urbana, do acesso adequado a serviços públicos ou provisão de infraestrutura básica. (CARDOSO; JAENISCH, 2014, p. 6)

O que se tem visto no PMCMV, em geral, é a construção de conjuntos habitacionais que seguem o padrão do BNH: grandes conjuntos habitacionais, homogeneizados e ineficientes na qualidade da habitação e da localização das moradias para essa população de baixa renda. Habitar não se restringe apenas à habitação, é necessário criar infraestrutura e serviços que assegurem a estes grupos atendidos por programas habitacionais uma vida digna. Nas palavras de Meyer (1979, p. 164), “a função morar implica em outras funções complementares: trabalhar, recrear. Cada uma destas funções tem sua ação no conjunto e contribui para o estabelecimento da vida urbana”. Em resumo, é fundamental que haja uma integração entre diversas políticas públicas, para que, mais do que um acesso à habitação, as camadas mais necessitadas tenham também acesso à cidade como um todo, isto é, transporte, saneamento, sistema educacional e de saúde etc. É o que Lefebvre (2001) chama de “direito à cidade”:

[...] o direito de todos e de todas ao acesso à habitação e a todos os serviços relacionados à vida urbana e necessários ao bem-estar coletivo, conforme os valores e as categorias de representação da sociedade. (SANTOS JUNIOR, 2011, p. 74).

Como consequência das deficiências encontradas nas medidas relacionadas à habitação vale ressaltar a não integração dos indivíduos beneficiados por essas políticas à cidade como um todo, que acabam ficando à margem da sociedade urbana, apesar de sua mudança residencial e territorial. Desta forma, o PMCMV continua promovendo a hierarquização do espaço urbano, deixando a desejar quando nos referimos à inserção dessa população mais carente às áreas mais dinâmicas da cidade, o que proporcionaria seu desenvolvimento socioeconômico (CARDOSO; JAENISCH, 2014, p. 17). Assim, a continuação de sistemas de

segregação e exclusão destas populações faz com que elas estejam sujeitas ainda a estigmas negativos por parte da sociedade como um todo, estando sempre associados ao crime e à violento tratamento das populações urbanas marginalizadas, dificultando sua integração com o novo território e com as populações vizinhas. De acordo com Pereira (2001, p. 20 apud MENEZES, 2013, p. 17),

[...] o que se tem revelado preocupante é que a mudança espacial, integrada em programas de realojamento, nem sempre tem sido eficaz na quebra de ciclos de pobreza e exclusão social. São mudanças vividas pelas populações como uma promoção residencial, a qual, na prática nem sempre se transforma numa plataforma essencial de integração social.

É interessante notar que essa ineficiência das políticas habitacionais não é exclusiva do Brasil. Lefebvre (2001, p. 25) relata o caso de Paris, que na metade do século XIX, impulsionada pelo crescimento demográfico decorrente da migração da população do interior para a capital, juntamente com o advento da industrialização, vê-se inserida numa verdadeira crise habitacional. Inicia-se então, por parte do poder público, a construção de habitações para atender essa nova demanda populacional. Da mesma forma como ocorreu no Brasil, a medida adotada pelo Estado francês foi o modelo dos conjuntos habitacionais, que de acordo com o autor, não foi mediado por um pensamento e uma lógica urbanística, mas sim pela escolha de se construir moradias o mais rápido possível pelo menor custo, resultando nos problemas tão conhecidos e semelhantes aos anteriormente apontados. Menezes (2013) também questiona a atuação da política habitacional portuguesa entre os anos de 1960 e 2006 em relação às classes populares, destacando como principal falha das medidas adotadas por este país o fato de que não houve uma relação entre acesso à habitação e acesso à cidade. É fundamental que integrada à política habitacional, haja também políticas que assegurem e garantam a permanência desses moradores nos novos locais de morada com dignidade e qualidade de vida, como política de transporte, lazer, saneamento, entre outras. A citação a seguir demonstra claramente como as críticas feitas pela autora à política portuguesa se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro:

No que respeita ao acesso à habitação [...], persiste um questionamento (essencialmente visível nas produções académicas) sobre o modelo de habitação social que abunda nas metrópoles portuguesas, que pelo menos até há pouco tempo não deram a devida atenção à qualificação do espaço público, privilegiando soluções habitacionais em grandes conjuntos com fortes carências ao nível dos equipamentos coletivos e sociais. Neste sentido, é consequente o fato de que a mudança para uma nova casa se manifestou no agravamento dos problemas econômicos e sociais dessas populações. Também é frequente as famílias serem realojadas para locais distantes da sua anterior habitação, sugerindo uma ruptura nas redes de solidariedade e de ajuda mútua, baseadas em relações de vizinhança. (MENEZES, 2013, p. 18)

2.2.1 As deficiências do Programa Minha Casa Minha Vida aplicadas ao conjunto habitacional Nova Germânia

Ao descrever o entorno do conjunto habitacional Nova Germânia, a equipe do Trabalho Técnico Social destaca os serviços pelos quais a área é atendida: Escolas Municipais, Unidade Básica de Saúde (UBS), Farmácias, Mercearias, Bares, Padarias, entre outras coisas. No entanto, nenhum desses serviços se encontra de fato no bairro, mas sim nas proximidades, especificamente no bairro vizinho: Borboleta. Sobre isso, os membros do TTS chegaram à seguinte conclusão:

Outra questão que fica nítida neste diagnóstico é a grande dificuldade que os moradores vêm tendo em relação ao transporte coletivo público e a falta de equipamentos e serviços próximos ao loteamento, tais como creche, escola, CRAS, posto de saúde e comércio. Esta questão aparece como uma grande demanda da população e a equipe técnica social deve sempre buscar formas de intervenção com a Associação de Bairros e com os moradores auxiliando na criação de canais de diálogo com a Prefeitura de Juiz de Fora e as suas Secretarias – de Transporte, de Educação, de Saúde, entre outras – a fim de refletir na criação de novos caminhos para que estas demandas sejam sanadas. (JUIZ DE FORA, 2014)

Ao avaliar o serviço prestado pela Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAP) do Bairro Borboleta, que atende o condomínio Nova Germânia, 18,37% dos moradores consideraram o atendimento como regular e outros 19,39% avaliaram como ruim. De forma geral, apareceram como motivações de avaliações negativas a localização da UAP, o atendimento insuficiente e a dificuldade de acesso às vagas. De acordo com o diagnóstico dos funcionários da Emcasa, conforme relatos dos moradores, o posto já recebia uma grande demanda vinda do próprio bairro onde

se localiza, comprometendo ainda mais a qualidade do atendimento com a adstrição dos moradores do Loteamento Nova Germânia. O isolamento deste condomínio é destacado por seus moradores também em relação a outros serviços públicos, como o Centro de Referência de Assistência (CRAS), que se encontra localizado em bairro vizinho (São Pedro), ou mesmo no que se refere ao número de linhas de transporte coletivo urbano, somente uma, que serve ao condomínio. No que se refere à questão do transporte público as queixas são diversas, como o número limitado de carros e o conseqüente tempo de espera, a frequente lotação, o não cumprimento dos horários estipulados, a localização dos pontos dentro do bairro e o próprio trajeto definido para a linha.

Outro dado que chama bastante atenção no diagnóstico das famílias é o grande número de crianças entre 0 e 5 anos que não frequentam creches ou escolas: das 108 crianças que vivem no loteamento, 63 não frequentam nenhum desses equipamentos, o que corresponde a 58,33%. É interessante perceber que a construção de uma creche e uma escola dentro do loteamento é a principal reivindicação da Associação de Moradores do Nova Germânia à administração municipal. Durante meses a Associação tentou o contato direto com os gestores municipais para firmarem um acordo em relação à creche, o que só foi conseguido através da mediação uma deputada federal atuante na cidade de Juiz de Fora. De acordo com os representantes da administração municipal, a prefeitura ainda aguarda o repasse pela Caixa Econômica Federal de 6% do valor total dos empreendimentos construídos na cidade para o fornecimento de serviços fundamentais às comunidades atendidas. A justificativa para a espera dessa verba é o fato da gestão municipal não ter condições de manter uma creche em funcionamento no Nova Germânia, devido aos gastos gerados. A este impasse a Prefeitura traz como solução a ampliação da escola em um bairro da vizinhança (Caiçaras) juntamente com a distribuição de vales-transportes para que as crianças do Nova Germânia acessem esse estabelecimento. Esta proposta, contudo, tem gerado grande insatisfação entre os moradores do condomínio.

Além da escola do Bairro Caiçaras, os moradores do Nova Germânia têm como referência de atendimento outras escolas de bairros vizinhos, sem contudo terem meios de locomoção viáveis: para a escola do Bairro Borboleta não existe transporte público direto, sendo o bairro Nova Germânia é ligado àquele bairro por

meio de uma trilha, sendo considerada pelos moradores como um caminho perigoso para as crianças e adolescentes atravessarem. Por outro lado, se o acesso para as outras escolas pode ser feito por transporte coletivo, os moradores reclamam de superlotação destes nos horários escolares. A região conta também com uma escola municipal inaugurada em outubro de 2014 no Parque das Águas, outro loteamento fruto do PMCMV e que se encontra bem próximo ao Nova Germânia. Contudo, a recusa por parte dos moradores do Nova Germânia em matricular seus filhos nesta escola é muito grande, e o motivo está relacionado, de acordo com os moradores, com os casos de violência vivenciados naquela localidade. Os conflitos entre moradores do Nova Germânia e do Parque das Águas será fruto de uma análise posterior do presente trabalho.

CAPÍTULO 3 - NOVA GERMÂNIA: UMA ETNOGRAFIA DO COTIDIANO DOS HABITANTES DO CONJUNTO HABITACIONAL

Apesar da visão estigmatizadora existente entre o senso comum sobre os bairros de periferia, relacionando-os principalmente como um local perigoso e ocupado por pessoas violentas, o cotidiano do conjunto habitacional Nova Germânia demonstrou-se, a partir de minha estadia no campo, um local muito tranquilo. O que se observa no dia a dia do bairro são pessoas com seus afazeres diários, tais como quaisquer outros grupos sociais, indo ao trabalho, cuidando de suas casas, conversando com os vizinhos nas ruas etc. A escolha da observação participante como metodologia permitiu uma análise da vida social desses moradores, compreendendo melhor suas relações, suas trajetórias e o modo de vida dessa população. Além da visão estigmatizadora, a rotina do bairro Nova Germânia também contradiz com a imagem dos pobres desenvolvida por Oscar Lewis e a teoria da “cultura da pobreza”, que os vê como uma população apática, fatalista e impotente, com alto grau de desorganização social e ausência de participação popular nas instituições. Em contrapartida, estes moradores, apesar da recente construção e instalação do bairro, já demonstram formas de associativismo, como a existência de uma Associação de Moradores.

A Associação de Moradores do bairro Nova Germânia, além de ter sido a porta de entrada para o desenvolvimento do trabalho de campo neste conjunto habitacional, se tornou uma das principais fontes de informação sobre a dinâmica do bairro. Como porta-voz da comunidade no qual representa, essa instituição me permitiu identificar as principais demandas e necessidades daqueles moradores, além de verificar as relações existentes no bairro, tanto entre os moradores, quanto deles em relação à CEF, à Emcasa etc. Por este motivo, o caso escolhido para servir como norteador das análises pretendidas sobre o nosso objeto de pesquisa será um evento realizado pela Associação de Moradores em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora. Por utilizarmos a análise situacional como inspiração na organização e sistematização dos dados coletados através do trabalho de campo, a descrição do evento será feita de forma detalhada. De acordo com Van Velsen (1987, p. 360), o relato minucioso dos dados do caderno de campo permite ao leitor entender e avaliar de forma mais aprofundada a maneira pelo qual o pesquisador chegou a determinadas conclusões. A partir da apresentação do evento realizado no

conjunto habitacional Nova Germânia aprofundaremos as questões que se demonstraram mais latentes no cotidiano dessa localidade. Pretendemos com essa escolha de apresentação dos dados de campo, organizá-las de maneira que o leitor possa conhecer melhor esta realidade. Sabemos que a realidade do objeto possibilita uma infinidade de metodologias e temáticas a serem abordadas, mas esperamos que nossa escolha seja eficaz para o objetivo que nos propusemos aqui.

Em março de 2014 compareci ao conjunto habitacional Nova Germânia para uma conversa com um dos membros da Associação de moradores do bairro, que aqui será nomeado como Augusto²⁰. Consegui o contato do mesmo através de uma assistente social que trabalha no bairro como funcionária da Emcasa, depois de muitas idas e vindas à sede deste órgão da administração municipal com o intuito de conversar com algum funcionário. Augusto me recebeu em sua casa e demonstrou-se bastante interessado em me ajudar com a pesquisa, relatando principalmente assuntos referentes à Associação. Além disso, Augusto me convidou para retornar ao loteamento na semana seguinte, pois haveria um evento no bairro organizado pela própria Associação. O intuito deste evento, de acordo com ele, era reunir os moradores e proporcionar alguns serviços a eles, como corte de cabelo, assistência médica etc. Os membros da Associação requisitaram à Prefeitura auxílio para a realização do evento, e esta contribuiria com a estrutura do mesmo, disponibilizando algumas tendas. A festa seria realizada no local destinado a um pequeno parque para as crianças do loteamento. Este local mostrou-se, ao longo do trabalho de campo, o local de referência para todos os eventos comuns dos moradores.

No dia do evento, cheguei ao Nova Germânia alguns minutos antes do horário marcado para o seu início e me surpreendi com a estrutura montada para a sua realização. Primeiramente, porque havia uma predominância de cartazes, espalhados pelas duas tendas montadas no local, com o logo da Prefeitura e nenhuma referência à Associação de Moradores, inclusive, Augusto e os outros membros não haviam chegado ao evento. Segundo, pelo número bastante representativo de serviços que estavam sendo prestados à população local, entre eles: atualizações cadastrais no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), encaminhamentos para o Centro de Referência de

²⁰ Os nomes citados no presente trabalho são fictícios, com o objetivo de preservar a identidade dos informantes nativos.

Assistência Social (CRAS), informações e orientações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do programa Bolsa Família. Além disso, havia também atendimentos na área da saúde - como vacinações, aferições de pressão etc. - e cortes de cabelo disponibilizadas por um curso profissionalizante na área.



Figura 4 e 5 – Evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (figura 4) e site da Prefeitura de Juiz de Fora (figura 5)

Algum tempo depois, Augusto chegou ao evento acompanhado de outra moradora do bairro, Janaína, que também participa como membro ativa da Associação. Os dois se organizaram em torno de uma mesa improvisada, ao lado do palanque construído no local, mas bastante afastados dos moradores e com pouca visibilidade. Fui ao encontro deles para parabenizá-los, mas Augusto demonstrou certa insatisfação com a festa. Disse que não era essa a intenção da Associação, e que a Prefeitura havia se aproveitado “da ideia deles” de realizar esse evento para os moradores do bairro, com o intuito de se promover. O evento foi nomeado pela Prefeitura como “Espaço Cidadão JF” e ocorreu não somente no Nova Germânia como também em outros bairros, apesar do evento no loteamento ter sido o primeiro.



Figura 6 – Evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Aproveitando o grande número de moradores que frequentavam o local naquele dia, Augusto e Janaína estavam recolhendo assinaturas em um abaixo-assinado para a construção de uma lombada²¹ em determinada rua do bairro, que de acordo com eles, era muito perigosa em razão dos frequentes casos de carros em alta velocidade percorrendo-a. Para eles, essa lombada seria essencial para a segurança dos moradores, principalmente das crianças do bairro, visto que muitas delas utilizam-se das ruas como espaço de lazer. Passei algumas horas ali acompanhando os membros da Associação²² no recolhimento das assinaturas. Augusto era o mais atuante neste processo, explicando aos moradores o motivo do abaixo-assinado e pedindo que eles o assinassem. No entanto, havia uma moradora insatisfeita com a localização requerida pela Associação para a implementação dessa lombada, pois de acordo com ela, este dispositivo para redução de velocidade deveria ser implementada na rua onde ela morava, pois a considerava mais perigosa. Augusto argumentou que a rua que eles desejavam construir a lombada era mais adequada por ser a rua que dá acesso ao bairro Borboleta, onde muitos carros cortavam caminho pelo Nova Germânia para acessar esse outro bairro, e que faziam isso em alta velocidade. Apesar de demonstrar descontentamento, a moradora assinou o abaixo-assinado. Depois disso, Augusto demonstrou aborrecimento com o questionamento desta moradora, pois para ele ela estava insinuando que a Associação não estaria fazendo um bom trabalho como representante do bairro.

A insatisfação de alguns moradores em relação à Associação também foi verificada em outro momento durante a realização do evento, quando abordei a moradora Helena. Helena estava gostando muito do evento, principalmente pelo fato de serem raros no bairro. Estava satisfeita com a possibilidade de poder cortar seu cabelo e de verificar se sua situação referente à Bolsa Família estava regularizada. Demonstrou-se surpresa ao saber que a Associação de Moradores estava envolvida na realização do evento, já que não considera que eles realizem um bom trabalho no bairro. De acordo com ela, há muitos problemas no bairro, como a estrutura das casas, o transporte coletivo etc., e que nada havia sido resolvido apesar dos dois

²¹ Lombada, também chamada de quebra-molas ou ondulação transversal, é uma rampa usada em ruas e rodovias para a redução da velocidade dos veículos, formada por asfalto ou concreto.

²² De acordo com Augusto, na época em que o entrevistei (março de 2014), havia somente cinco membros ativos na Associação de Moradores do bairro Nova Germânia.

anos de existênciado conjunto habitacional. A moradora também relatou que já participou de algumas reuniões da Associação, mas que resolveu não se envolver por questões particulares, deixando a entender que teria algum desentendimento com algum dos membros da Associação.

Foi Helena também que me esclareceu um fato bastante curioso ocorrido naquele dia. Reparei que em uma das casas do loteamento, bem próximo de onde estava sendo realizado o evento, havia um grupo de pessoas retirando móveis da residência e fazendo uma limpeza na mesma. Fiquei intrigada com isso, pois parecia que os moradores estavam fazendo uma mudança, deixando a residência. Perguntei a Helena se ela sabia o que estava ocorrendo, e me surpreendi com o fato de que na verdade aquela faxina estava ocorrendo, pois na noite anterior havia tido um “acerto de contas”. Um homem havia invadido essa residência e atirado em um de seus moradores, deixando um rastro de sangue pela casa, de acordo com Helena. Para ela, o motivo desse ato estaria relacionado à venda de drogas, e o rapaz baleado estava no hospital em estado grave.

Em certo momento da festa, chega ao evento o Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora, Flávio Cheker. Acompanhado por uma funcionária da Emcasa, WaldéiaDornelas Couto Pinheiro, Cheker conversou com alguns moradores e observou o trabalho realizado pelos envolvidos no evento. Eu estava juntamente com os membros da Associação de Moradores quando uma moradora disse a eles que iria chamar o Flávio Cheker para que eles pudessem pedir a ele algumas reivindicações que há muito eles desejavam, e que ainda não tinham sido atendidos. Todos os membros da Associação demonstraram desconforto com a possibilidade de falar diretamente com ele, mas a moradora insistiu e disse que seria uma ótima oportunidade. Eles concordaram. Cheker foi apresentado aos membros da Associação através dessa moradora, e apesar do constrangimento inicial por parte dos membros da Associação no início da conversa, logo eles apresentaram para Flávio Cheker as demandas que eles julgam mais urgentes em relação ao bairro. Entre elas, pediram que ele intermediasse com a Prefeitura a possibilidade de uma sede para a Associação de Moradores. Disseram ao Secretário que a Prefeitura alega não haver espaço para a instalação da mesma, no entanto, os moradores mostraram a Cheker a existência de comércios irregulares no bairro, que poderiam perfeitamente ser substituídos pela sede da Associação.

Achei interessante o fato de que essa irregularidade - a existência de comércios no bairro - o que é proibido de acordo com as regras do PMCMV, ser um fato do conhecimento da Prefeitura, principalmente da Emcasa, visto que seus representantes estavam presentes, e mesmo assim nenhuma providência é tomada em relação a isso. Além da sede da Associação, os moradores pediram a Cheker que providenciasse a lombada e um telefone público. De acordo com os moradores, quando fazem esse pedido às empresas responsáveis por telefonia na cidade, recebem sempre uma negativa com a justificativa de que não há moradores suficientes para a implementação do telefone público na região. Cheker demonstrou interesse em ajudá-los naquele momento, no entanto, nenhuma realização efetiva dessas demandas foi sanada até o fim desta pesquisa.



Figura 7 – Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora Flávio Cheker no dia do evento realizado no conjunto habitacional Nova Germânia pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Associação de Moradores. Fonte: Blog do Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora Flávio Cheker²³.

3.1 Associação de moradores: mediação e arena política

A Associação de Moradores do Loteamento Nova Germânia foi aberta oficialmente em setembro de 2013, e sua criação foi incentivada pela equipe do Trabalho Técnico Social como parte das ações realizadas no conjunto habitacional. Como um dos requisitos do Programa, o Trabalho Técnico Social tem como um de seus principais objetivos o incentivo à participação dos moradores na própria

²³ Disponível em: <<http://www.flaviocheker.com.br/espaco-cidadao-desenvolvimento-social-registrou-475-atendimentos-a-moradores-do-bairro-nova-germania>>

manutenção do condomínio²⁴, além de incentivar a convivência comunitária, a cidadania etc. Assim como ocorreu no Nova Germânia, e em outros condomínios do PMCMV em Juiz de Fora, as associações de moradores das favelas em geral, também foram incentivadas pelo próprio Estado com o intuito de transformá-las em colaboradoras dos projetos desenvolvidos pelos órgãos oficiais (ZALUAR, 1985, p. 180; MACHADO DA SILVA, 2011, p. 709). É inegável que estas organizações populares, assim como os times de futebol, as escolas de samba etc, têm um papel fundamental na integração dos moradores, bem como dão a oportunidade a esses indivíduos de se expressarem e agirem de acordo com seus próprios interesses. Assim, analisaremos a seguir o papel dessas associações nos conjuntos habitacionais e nas favelas, discutindo como ela pode se tornar um importante meio das classes subalternas atuarem e se organizarem para ter voz frente à sociedade mais ampla.

Como relatado no capítulo 2 do presente trabalho, Oscar Lewis retrata a pobreza como uma cultura particular, colocando os pobres como responsáveis pela situação em que se encontram e pela ausência de mudanças que signifique de fato uma melhora na qualidade de vida dessa classe. Uma das razões para essa estagnação em que os pobres são submetidos, de acordo com essa teoria, seria sua ausência de consciência política e econômica. Machado da Silva (2011, p. 702) é um dos pesquisadores que compartilha dessa ideia, pois para ele a população favelada, que ocupa os estratos mais baixos, não tem nenhuma consciência política, seja em relação à sua posição no sistema de estratificação social, isto é, não possuem uma consciência de classe, ou mesmo em relação aos problemas internos que ocorrem dentro das favelas onde eles residem. Para Alba Zaluar (1985, p. 35), essa é uma visão etnocêntrica, pois tende a rotular essa categoria.

E a conclusão, salvo variações menores, tem sido a de que sua pobreza coloca obstáculos grandes à sua ação coletiva e autônoma, enquanto grupo social organizado, e à sua visão crítica da sociedade, cujos grupos dominantes empreendem em relação a eles inúmeras estratégias de dominação. (ZALUAR, 1985, p. 35)

²⁴ Para maiores informações, recorrer novamente ao capítulo 2.

Valladares (2005, p. 104-110) ressalta que essa ideia de que existe, por parte das classes populares, não somente uma consciência política, mas também a noção de comunidade, é compartilhada por instituições que atuaram nas favelas do Rio de Janeiro, como o *Peace Corps*. O *Peace Corps* foi uma organização americana, criada na década de 60, que mobilizava jovens voluntários a ajudar populações carentes de países subdesenvolvidos. No Brasil, esses jovens atuaram entre as décadas de 60 e 80, e encontraram nas favelas do Rio de Janeiro o local ideal para colocarem em prática o assistencialismo que pregavam. O objetivo principal traçado por eles no Brasil, era auxiliar os pobres a se organizarem enquanto comunidade, pois possuíam uma visão equivocada de que a favela vivia em uma situação de anomia, isto é, uma ausência de ação coletiva por parte dos moradores. Na verdade, o que eles encontraram foi um cenário totalmente diferente daquilo que imaginavam: uma grande participação e engajamento coletivo dessa população favelada. As Associações de Moradores, comuns em bairros populares e favelas, podem ser consideradas uma demonstração desse envolvimento comunitário, pois “através delas o povo se organiza e aprende a fazer política com alguma autonomia, fora do jogo político da nação do qual é excluído.” (ZALUAR, 1985, p. 174).

Muitos trabalhos ressaltam a favela como uma arena política (VALLADARES, 1979; MACHADO DA SILVA, 2011; ZALUAR, 1985), onde há uma estreita relação dos políticos com a população local, analisando de que maneira estes últimos enxergam e atuam nesse sistema. Podemos caracterizar esse vínculo entre moradores e políticos como um indício da presença do clientelismo nessas localidades, sendo a favela um palco de disputa por parte desses homens públicos em torno de apoio popular. Em troca do voto, os moradores das favelas negociam tanto a questão dos serviços que deveriam ser prestados à comunidade, quanto favores pessoais. O recurso à relação político-cliente utilizado pelas classes populares é resultado da falta de assistência estatal em seus interesses particulares e coletivos. Assim, sentindo-se abandonados e esquecidos pelo governo, os trabalhadores pobres recorrem a esses políticos, que estão sempre presentes e dispostos a ajudarem, mesmo que exista nessa transação uma contrapartida fundamental: o voto. Não se pode concluir, no entanto, que a existência do clientelismo em diversas localidades onde se encontra a população de baixa renda seja um indício ou uma prova do desinteresse e/ou da falta de consciência política

por parte desses indivíduos. Primeiro, porque essas pesquisas que tratam do tema da política nas favelas demonstram que as classes populares entram nesse “jogo” político com total entendimento do que está ocorrendo e, segundo, porque o fenômeno do clientelismo não é exclusivo das classes desfavorecidas ou pouco educadas. Além disso, a troca realizada entre os trabalhadores pobres e os políticos não pode ser interpretada como uma intolerância por parte dessa população em relação à lei ou à política, mas como a forma que eles encontraram de minimizar as injustiças e as explorações no qual são submetidos.

Contudo, a relação clientelista dos moradores com a política ganha um novo ator na passagem das favelas para os conjuntos habitacionais: os funcionários do governo envolvidos na instalação dos moradores nesses novos locais de moradia, seja pelo programa de remoção de favelas ou pelas políticas habitacionais, como o PMCMV. Esses integrantes de órgãos governamentais serão agora o foco principal dos moradores e dos membros das Associações de Moradores nesse processo de cobrar e exigir seus direitos. No caso do Nova Germânia, os funcionários da Emcasa - instituição responsável pela intermediação entre os moradores e a Prefeitura - são constantemente cobrados ou por aquilo que é de direito dos moradores ou então por aquilo que eles consideram como tal.

Os moradores locais, seja das favelas, seja dos conjuntos, voltam-se agora para estes intermediários (do mesmo modo que se voltavam antes para os políticos e cabos eleitorais), a fim de obterem vantagens e favores pessoais, pois estes são os que têm hoje alguma coisa a oferecer. Da mesma forma que antes, esta população tenta extrair vantagens do sistema em vigor muito embora os agentes, os favores a ser obtidos e os elementos que possam ser manipulados sejam outros. (VALLADARES, 1979, p. 115)

Em geral, a política e os políticos, são representados pela sociedade através de uma visão bastante negativa, o que não é diferente para as classes populares. Muitas vezes, o governo pode ser visto por essa população como um oponente do povo, e o principal responsável pelas situações precárias nas quais se encontram. Dessa forma, estão sempre cobrando do Estado uma maior assistência, e entendem que ele é o principal meio de conseguir mudanças significativas para suas vidas.

Querer mais assistência do Estado é um atestado de sua maturidade política e da sua percepção adequada da condição de proletário: sem protetor, sem propriedade, sem especialização que lhe garanta o emprego, só contam com o Estado para melhorar de vida. (ZALUAR, 1985, p. 234)

Nessa função de exigir do Estado e dos políticos melhorias para a qualidade de vida dos moradores residentes em determinado bairro, a associação de moradores exerce esse papel como instituição fundamental, representando as demandas do todo e servindo como intermediadora.

Como dito anteriormente, a criação da Associação de Moradores do Nova Germânia - assim como as outras associações representantes de conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - foi incentivada pela própria Emcasa. De acordo com Augusto, apesar do projeto de criação de uma associação do condomínio já estar presente desde a primeira reunião que os moradores beneficiados pelo MCMV tiveram com a instituição em 2011, somente em 2013 ela foi de fato implementada. Em 2014, quando iniciei meu trabalho de campo, a Associação de Moradores do Nova Germânia contava somente com cinco membros ativos, e, de acordo com o relato de seus membros, nenhuma participação da comunidade em geral, pelo contrário, havia muita desconfiança em relação ao trabalho desenvolvido por esse grupo, como foi percebido por mim no evento descrito anteriormente. De acordo com Augusto, os moradores cobram muito da Associação, e dele, particularmente, por melhorias no condomínio e em suas residências, no entanto, não participam de nenhuma reunião realizada para debater esses problemas e as possíveis soluções para saná-las. Para ele, essa falta de união entre os moradores e sua não participação na Associação é um problema grave para a reivindicação de projetos e necessidades do bairro, que na maioria das vezes não são atendidas.

Atualmente, a Associação conta com seis membros ativos, e somente três pessoas da primeira formação continuaram fazendo parte da mesma. No mês de junho, deste ano, foi aberto processo eleitoral para uma nova diretoria e conselho fiscal da Associação. Apenas uma chapa se inscreveu, e é composta pelos mesmos membros que já estavam envolvidos na organização da mesma. Contudo, houve uma troca de posições dos principais cargos da Associação, como Presidente e

Vice-Presidente. Na nova chapa, Bruna²⁵ assumirá a presidência e Janaína a vice-presidência. Augusto deixou a Associação de Moradores, o que causou muita insatisfação por parte dos outros membros, visto que era uma pessoa muito atuante e engajada nas demandas do bairro e nas ações da Associação.

Fazer parte de uma Associação de Moradores, principalmente ocupar os cargos mais elevados na hierarquia da instituição, ou seja, mediar, não é uma tarefa fácil. A mediação política está relacionada também com mediação cultural, pois implica necessariamente uma negociação entre as diferentes pessoas que compõem o bairro, isto é, interesses diversos (BARRETO, 2011, p. 178-179). O papel desses mediadores é justamente conjugar esses interesses em um só, julgando aquilo que é de fato necessário e urgente para a comunidade como um todo. Além disso, deve saber lidar com diferentes instâncias, como os próprios moradores e também o poder público.

As reivindicações podem ser diferentes, mas há nesse sentido a necessidade de imprimir um caráter de universalidade para o discurso da Associação que deve, portanto, apoiar-se em algo que seja não só comum a essa coletividade como também necessário. (BARRETO, 2011, p. 179-180)

A Associação de Moradores do Nova Germânia possui diversas demandas, algumas mais urgentes, como a construção de uma creche e de uma escola no bairro, já discutido no capítulo anterior. Eles também requisitam uma sede para a Associação, no qual pretendem oferecer cursos e atividades de lazer para a comunidade, seja através da doação de um terreno por parte da Prefeitura, ou pela autorização, por parte da Caixa Econômica Federal, do uso de uma residência que não esteja sendo ocupada. A Associação também se empenha em resolver questões de infraestrutura do bairro reivindicadas pelos moradores - bocas de lobo entupidas, asfalto esburacado, necessidade de capina no entorno da praça do bairro, transporte público defasado etc.-, problemas estes que persistem apesar das inúmeras reclamações na prefeitura. A estrutura física das casas também é tema frequente de pauta nas reuniões da Associação, pois muitas residências sofrem com problemas diversos, como infiltração, alagamento em períodos de chuva, goteiras

²⁵ Algumas informações sobre Bruna serão dadas posteriormente.

etc. As constantes reclamações encaminhadas à Emcasa, seja por parte da Associação, seja pelos próprios moradores, resultaram em vistorias e reparos por parte da Construtora Cherem Ltda, empresa responsável pela construção das residências no Nova Germânia. De acordo com a Associação de Moradores, as reuniões com a CEF visando uma solução em relação às residências nunca resultavam em mudanças de fato. Somente com a intervenção de uma deputada federal, que atua na região, que compareceu às reuniões com a CEF representando os moradores, que as modificações começaram a ser realizadas.

É interessante analisar a forma com que a Construtora decidiu realizar esse trabalho de inspeção nas residências do conjunto habitacional, pois contratou residentes do próprio condomínio para ficarem responsáveis por selecionar os imóveis para vistoria. Aliás, esse fato gerou debates entre os membros da Associação de Moradores. A principal responsável por organizar a reparação dos danos nos imóveis no condomínio, Ana, é esposa de um dos membros da Associação, o que causou desconforto entre os colegas, por acreditarem que o nome da Associação poderia ficar vinculado à construtora. Considerada como a maior responsável pelos problemas na comunidade, a Associação temia esta proximidade, com a empresa, assim como estava presente em sua retórica a necessidade de se manter “independente”, em relação aos políticos e seus partidos. O fato da Cherem contratar os próprios moradores para fazer esse serviço, e principalmente colocar como funcionária principal a esposa do Presidente da Associação de Moradores, demonstra a sua necessidade de se relacionar com os moradores e principalmente com essa organização, ou seja, eles reconhecem a influência e o trabalho realizado por ela. De acordo com Bruna, Ana foi demitida da Cherem e não mais realiza esse papel de intermediadora na reparação dos danos dos imóveis. Bruna acredita que ela será convidada pela Cherem para substituir Ana no trabalho em que estava realizando, mas que não aceitará. Se essa demissão de Ana como funcionária da Construtora se deve ao fato de que o marido de Ana não está mais engajado com a Associação de Moradores do bairro, como afirma Bruna, isso demonstra ainda mais claramente de que maneira a Cherem estava tentando se aproveitar da influência da organização para tentar coibir o alto número de indenizações reivindicadas e construir a aproximação entre a empresa e a comunidade.

Apesar da retórica de uma Associação independente, eles envolvem constantemente políticos em suas demandas, principalmente quando outros meios se esgotam. Além do caso relatado acima sobre os problemas estruturais das residências do bairro, a participação de políticos nas tomadas de decisões da Associação de Moradores também foi verificada na realização da Festa de Natal organizada por eles no ano passado. Nela, dois vereadores disputaram a atenção dos moradores através da doação de diversos mantimentos para produção dos presentes que eles estavam montando para distribuir às crianças do bairro.

Conforme apontado por Leeds e Leeds (1970 apud VALLADARES, 1979, p. 112) e Zaluar (1985), essa população de estratos mais baixos têm consciência do jogo político no qual estão envolvidos e na relação de troca de favores estabelecida entre eles e essas figuras públicas. Por este motivo, a doação e a ajuda por parte dos políticos às classes populares não garante votos a esse candidato, pois sabem do real interesse por trás dessas ações assistencialistas. Aos moradores do Nova Germânia, quando perguntados se irão votar em um dos políticos que fizeram doações à festa do bairro, somente uma delas respondeu que irá votar pois, de acordo com ela, sempre que precisou deste candidato ele esteve presente e a ajudou. Perguntados também sobre o fato de dois vereadores estarem contribuindo, Alba Zaluar (1985, p. 235) já havia relatado que “[...] na existência de vários intermediários oferecendo seus préstimos para amealhar clientes, [...], os clientes manipulam os políticos e esperam o que fizer a maior aposta.”. De fato foi o que estava ocorrendo no conjunto habitacional Nova Germânia, pois a frase de uma das envolvidas na organização da festa sobre a contribuição desses dois políticos da região foi a de que “*eles podem brigar à vontade, desde que continuem doando pra gente*”. Outro fato interessante sobre a relação dos moradores do Nova Germânia, mais especificamente a Associação de Moradores, com os políticos que os auxiliam em alguns projetos foi que eles não consideram como favor o fato de algum candidato conseguir material ou serviço vindo do próprio governo do estado, mas dão bastante valor àqueles que vêm das próprias mãos desses políticos. A mesma deputada que os auxiliou na intermediação deles com a CEF se recusou a doar um bolo para a Festa de Natal, e foi vista com maus olhos por alguns de seus membros. No mesmo instante, o feito anterior perdeu valor e sentido, passando a ser vista como alguém que não contribui, que não colabora. Para Zaluar (1985, p. 248 e 249),

o fato das doações e contribuições realizadas com orçamento do governo não serem tão reconhecidas por essa população demonstra a consciência política de que isso na verdade seria um direito deles, que deveria ter sido assegurado enquanto cidadãos.

Assim, o que se percebe neste conjunto habitacional não é uma novidade na relação das classes populares com a classe política. De fato, há uma relação clientelista marcante nessa comunidade, assim como em outros conjuntos habitacionais e favelas do Brasil. No caso do Nova Germânia o que diferencia essa relação é que, por ser uma área nova, ocupada pelos moradores em 2011, ainda não há no bairro líderes políticos de expressão, isto é, pessoas que representem aquela localidade frente às suas demandas. Dessa forma, ela se encontra como uma área ainda descoberta para as relações políticas, que estão a ser construídas e feitas pouco a pouco. O objetivo desses políticos, muito mais do que os votos, é a tentativa de criar laços com essa comunidade que sejam duradouros, pois assim conseguirão de fato apoio político legítimo.

Estas Associações acabaram por transformar-se em componente da infraestrutura eleitoral dos políticos, representando uma possibilidade de formalização de lideranças locais. Por outro lado, se os políticos se utilizavam das Associações, os membros de suas diretorias sabiam o quanto podiam tirar dos políticos. Não havendo nas favelas propriamente uma política interna independente, dependiam as Associações de recursos de fora, seu poder local decorrendo de respaldo externo. (VALLADARES, 1980, p. 27 e 28)

3.2 Classe perigosa: a violência como produtora de estigmas

A violência, tanto simbólica quanto física, é um fenômeno intrínseco à vida social, podendo se manifestar em diferentes tempos e espaços, bem como de diferentes maneiras. Ela pode estar relacionada à: violência como comportamento indisciplinado, como uma violação da dignidade, como conduta fervorosa, como o uso da força física, como ameaça, entre outros (RAPPORT; OVERING, 2000, p. 380). Desta forma, se a violência pode se caracterizar e se manifestar de diferentes formas, conseqüentemente, as explicações para esse fenômeno são também diversas. Nas Ciências Sociais podemos encontrar diferentes teorias a respeito, desde os autores clássicos até os contemporâneos. Para os adeptos da teoria

durkheimiana, a violência faz parte do instinto natural, individual e amoral do indivíduo, mas que é repreendido pela sociedade através do processo de socialização²⁶. Já o legado marxista traz uma abordagem voltada para o conceito de “luta de classes”, afirmando que a sociedade sempre estará propensa à violência devido às tensões sócio-estruturais baseadas nas desigualdades de classe (RAPPORT; OVERING, 2000, p. 381). Teresa Caldeira (2000, p. 126) resume as explicações oferecidas pelas Ciências Sociais em três vertentes: a primeira relaciona a questão da criminalidade com outros fenômenos sociais, tais como urbanização, migração, pobreza, entre outros; a segunda está associada ao desempenho e efetividade de instituições responsáveis pela ordem social, como a polícia, tribunais, prisões etc.; e por fim, há também explicações de cunho psicológico, que empenham seus estudos na personalidade de criminosos.

A relação entre violência e pobreza é bastante comum tanto nas discussões acadêmicas quanto nos discursos de senso comum, transformando erroneamente os pobres e seu local de morada como o lócus fundamental da criminalidade. Assim, favelas, cortiços e conjuntos habitacionais para populações de baixa renda são vistos como os principais espaços do crime, e que por este motivo, devem ser evitados, assim como seus moradores, categoricamente identificados como marginais.

A associação de pobreza e crime é sempre a primeira que vem à mente das pessoas quando se fala de violência. Além disso, todos os dados indicam que o crime violento está distribuído desigualmente e afeta especialmente os pobres. No entanto, desigualdade e pobreza sempre caracterizaram a sociedade brasileira e é difícil argumentar que apenas ela explica o recente aumento da criminalidade violenta. Na verdade, se a desigualdade é um fator explicativo importante, não é pelo fato de a pobreza estar correlacionada diretamente com a criminalidade, mas sim porque ela reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça. (CALDEIRA, 2000, p. 134)

Dessa forma, fazer pesquisa no loteamento Nova Germânia sempre foi visto por pessoas ao meu redor como um ato de muita coragem, ousadia e irresponsabilidade, exatamente por sempre associarem essa população e essa localidade como um espaço altamente perigoso. Essa representação dos habitantes

²⁶A socialização se caracteriza pela aprendizagem dos valores, das normas, e do modo de vida da sociedade no qual o indivíduo se insere. As instituições responsáveis por esse processo são variadas, podendo citar como algumas das mais influentes a família e a escola.

da cidade- expressa por comentários em conversas informais -, em relação aos conjuntos habitacionais populares do PMCMV, é corroborada constantemente pela mídia local, através da divulgação de notícias sobre atos violentos ocorridos nestes locais, e em particular no condomínio Nova Germânia. De fato, o número de homicídios e ocorrências policiais em Juiz de Fora tem aumentado nos últimos anos, e de acordo com dados da Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS) e das Polícias Civil e Militar, tais ocorrências têm se concentrado nas áreas referentes aos loteamentos do PMCMV (RODRIGUES, 2015, p. 63).

Apesar dos dados, os moradores insistem em afirmar que não há violência no condomínio Nova Germânia. No entanto, se contradizem ao relatarem a mim, em conversas informais, não somente casos de tentativa de homicídio e brigas, como também as medidas usuais que tomam para se proteger da violência. Sandro, por exemplo, morador do condomínio, expressa esta contradição; durante uma caminhada que realizamos juntos pelo bairro, afirmava não haver ali espaço para “bandagem”, “malandro”, e ao mesmo tempo expressava surpresa com as residências que não possuíam muros e portões por se tornarem inseguras. Relatou então o caso de sua vizinha, Fabiana²⁷, que sofreu uma tentativa de assalto em sua residência, que só não foi bem sucedida, devido à participação dos próprios moradores que “espantaram” o invasor. Aliás, esse não foi o único caso relatado por Sandro de como a própria comunidade intervém em casos de violência dentro do loteamento, vigiando uns aos outros e tentando manter a ordem.

A violência, para os moradores do Nova Germânia, tem como motivo principal o uso de drogas. Foi o que ouvi de Augusto – ao demonstrar sua preocupação com os jovens usuários de drogas -, de Fabiana – que prefere que os filhos fiquem dentro de casa do que brincando nas ruas do condomínio, onde circulam crianças com “maldade de adulto”, isto é, envolvidas em drogas²⁸ - e também de Sandro, que identificou para mim os locais de venda e consumo de drogas no bairro.

De fato, o cotidiano do condomínio Nova Germânia se mostrou, durante todo o trabalho de campo desenvolvido, bastante tranquilo e diferente de todas as concepções gerais que se têm daquele local. Em nenhum momento presenciei atos de violência e muito menos me senti ameaçada, pelo contrário, cada vez que me

²⁷ Fabiana foi uma das minhas principais informantes. Foi em sua residência que permaneci os quinze dias no Nova Germânia de exaustivo trabalho de campo.

²⁸ Essa também foi a razão pelo qual Fabiana me relatou o motivo de seus três filhos não estudarem em escolas próximas ao bairro, e sim no Centro da cidade.

aproximava mais dos moradores me sentia protegida e acolhida. Contudo, ser morador do bairro Nova Germânia em Juiz de Fora carrega consigo uma marca própria, relacionada principalmente à pobreza e a violência. A imagem negativa do bairro, construída externamente pela população que não reside ali, contribui para a demarcação dos seus moradores, criando estigmas que acabam segregando essa população, tanto fisicamente quanto simbolicamente. Essa percepção que a população de Juiz de Fora tem em relação a esses moradores tem implicação direta nas suas relações durante sua vida cotidiana. A Escola Estadual que fica localizada no bairro São Pedro, no qual sou professora²⁹, atende um grande número de alunos residentes no conjunto habitacional Nova Germânia. Presenciei, durante esses anos de trabalho, diversas manifestações discriminatórias em relação aos moradores desse bairro entre os próprios alunos, todas elas proferidas através de comentários e “brincadeiras” que demonstram a percepção que eles têm sobre o local como uma região perigosa e violenta. Por parte dos alunos que moram no bairro Nova Germânia, há sempre uma necessidade de desmistificar essa visão. Essa é também a visão de muitos moradores que residem próximo a esses loteamentos, principalmente no Bairro Monte Castelo, como é o caso do relato do diretor da Escola Estadual Deputado Olavo Costa, no Monte Castelo, que afirma que:

Não é uma questão de preconceito, mas a chegada destes condomínios, com moradores vindos de todos os lugares da cidade, impactou muito nossa região. Dentro de sala de aula, muitas vezes os professores não conseguem passar o conteúdo das disciplinas porque assumem papel de mediadores de conflitos. Temos dificuldades em atrair as famílias para dentro da escola e já recebemos telefone anônimo dizendo que iam matar todos os alunos do quinto período.³⁰

Os assuntos referentes ao crime e ao medo do crime tornaram-se cada vez mais frequentes na sociedade em geral, e eles contribuem para a formação de opiniões e percepções sobre os locais que consideram perigosos e sua população residente, como é o caso do conjunto habitacional Nova Germânia.

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como

²⁹ Leciono a disciplina de Sociologia na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães, localizada no bairro São Pedro, desde 2013.

³⁰ Disponível em: <<http://www.camarajf.mg.gov.br/noticias.php?cod=7566>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

criminosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. (CALDEIRA, 2000, p. 10)

Os espaços são elaborações sociais desenvolvidas local e externamente na relação dos moradores entre si e com os outros. Dessa forma, a diversidade de pessoas que compõem as cidades contribui para a coexistência de discursos e universos simbólicos diferenciados na construção identitária de uma mesma localidade. No caso do Nova Germânia, a identidade construída pelos próprios moradores se diferencia, e muito, daquela criada pela população em geral. É o que ocorre também em Alfama, bairro histórico e popular de Lisboa (CORDEIRO; COSTA, 1999). De acordo com os autores, o que se vê no bairro de Alfama, especificamente, é uma inversão da construção identitária, onde os habitantes são colocados como observadores alheios de uma marca que está sendo atribuída a eles por pessoas vindas de fora. Tal qual em Alfama, no Nova Germânia verifica-se que as produções identitárias produzidas pelos próprios moradores são ignoradas ou então desqualificadas. Assim, a imagem de criminosos e marginais produzidas pela sociedade em geral em relação aos moradores do Nova Germânia, se sobrepõe a todas as outras construções possíveis para esses indivíduos, isto é, trabalhadores, pais de família etc.

Erving Goffman (1980) trata da questão do estigma como um atributo profundamente depreciativo no qual determinado indivíduo ou grupo possui, seja físico ou social, que o caracteriza como inabilitado para a aceitação plena diante da sociedade. As classes populares, assim como minorias sociais, são grupos profundamente estigmatizados, principalmente por estarem relacionados à criminalidade, como já foi discutido anteriormente. Assim, na vivência em sociedade, esses indivíduos verão sua identidade social - isto é, categorias que imputamos aos outros com base em nossas definições - se vincularem primordialmente a esses atributos negativos. Conseqüentemente, esse traço depreciativo, tal como o de pobre e/ou criminoso "pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus." (GOFFMAN, 1980, p. 14). Por resultar em preconceitos e prejudicar as relações e o cotidiano em sociedade, o indivíduo que possui determinado estigma que não é imediatamente

perceptível³¹, como é o caso dos moradores do Nova Germânia, pode em seus contatos cotidianos, manipular as informações sobre essa característica vista como negativa, pois

A descoberta (de um defeito secreto) prejudica não só a situação social corrente, mas ainda as relações sociais estabelecidas; não apenas a imagem corrente que as outras pessoas têm dele, mas também a que terão no futuro; não só as aparências, mas ainda a reputação. (GOFFMAN, 1980, p. 76)

Os moradores deste condomínio frequentemente manipulam as informações sobre seu local de residência, de acordo com as circunstâncias. Para mim, apresentam a recusa ao papel de “vítimas” da sociedade, ou do sentimento de pena e muito menos a imagem de um bairro violento. Contudo, para os funcionários da administração municipal, esse discurso se altera, frisando sua situação de desamparo e marginalização social. Assim, há momentos em que o estigma deve ser publicizado e outros não, e os moradores entendem muito bem esse jogo, de forma a se beneficiar quando necessário, ou então desmistificar essas características que são constantemente atribuídas a eles.

Uma das maneiras encontradas pelos moradores do Nova Germânia para se desvencilharem da categoria de violentos, é transferir esse estigma para os residentes de outro conjunto habitacional do PMCMV na cidade: o Parque das Águas. De acordo com eles, por serem loteamentos vizinhos, são geralmente confundidos, e que o problema da alta criminalidade deve ser vinculado ao Parque das Águas. Assim, os moradores do Nova Germânia continuam a utilizar os mesmos estereótipos e preconceitos que são imputados a eles ao loteamento vizinho, como uma forma de reafirmar suas diferenças, pois “[...] os estereótipos têm que ser direcionados a um outro lugar pior, mesmo se esse outro lugar é o outro lado da rua.” (CALDEIRA, 2000, p. 85).

O aspecto paradoxal da tentativa dos pobres trabalhadores de separarem-se do estereótipo do criminoso é que isso é feito usando-se contra o vizinho as mesmas estratégias que são usadas contra a própria pessoa. Como

³¹ Há dois tipos de estigmatizados: o desacreditado e o desacreditável. O primeiro refere-se àquele que possui a característica distintiva que já é conhecida ou imediatamente evidente, enquanto o segundo refere-se àquela que não é conhecida nem imediatamente perceptível, mas que posteriormente passa a ser. (GOFFMAN, 1980, p. 14)

consequência, a categoria do criminoso e seu repertório de preconceitos e depreciações raramente são contestados. Ao contrário, a categoria é continuamente legitimada e os preconceitos e estereótipos contra os pobres (favelados, nordestinos, moradores de cortiços) são reencenados diariamente. (CALDEIRA, 2000, p. 89)

Essa ideia de “classe perigosa” acaba por retificar e justificar a periferização espacial pelo qual esses indivíduos são quase sempre submetidos. Assim, quanto mais distantes territorialmente estiverem dos centros urbanos e do restante da população, mais segura estará a cidade e seus moradores. Vale ressaltar que esta produção de estigmas para com as classes populares em Juiz de Fora não é um fenômeno recente, pelo contrário, esse processo se inicia logo que as favelas começam a surgir na cidade, por volta da década de 60 (RODRIGUES, 2015, p. 53).

Além de todos os problemas atinentes ao acesso aos direitos básicos, o principal drama que vai circunscrever esses núcleos pauperizados que se avolumaram nas regiões de periferia de Juiz de Fora se relaciona à percepção social por parte do restante da cidade em relação aos indivíduos moradores desses locais, os quais passaram a ser associados à marginalidade. À sombra dos discursos perigosistas que rondaram o município nas primeiras décadas no século XX, atualiza-se a imagem dos moradores de periferia a partir de um estado permanente de suspeição, com um estigma de inferioridade perante os outros moradores da cidade. No período, os indicadores de criminalidade no município eram baixos se comparados aos grandes centros urbanos do país, no entanto – a despeito dos reduzidos índices de violência – as medidas de vigilância e repressão estavam presentes, direcionadas quase que prioritariamente às periferias e às ruas do centro. (RODRIGUES, 2015, p. 57 e 58)

Com a instalação dos conjuntos habitacionais do PMCMV na cidade, o medo e a sensação de insegurança são retomados em Juiz de Fora, corroborados principalmente pelas manchetes e notícias da mídia local, tanto televisiva quanto impressa. Juliana Toledo (et al., 2013), ao discutir a influência da mídia juiz-forana no processo de estigmatização de determinados indivíduos e lugares da cidade³², percebeu que apesar dos casos de violência ocorrerem em várias regiões de Juiz de Fora, as notícias se concentram em determinados bairros, principalmente aqueles que se encontram em áreas periféricas da cidade e que são ocupados pelas classes populares. A disseminação da sensação de perigo que é viver em uma grande cidade aparece presente nos mais diferentes locais do país, e se tornou um discurso

³² “A metodologia do trabalho baseou-se em revisão bibliográfica e no levantamento de notícias e leitura no jornal impresso de maior circulação da cidade – Tribuna de Minas, no período de 2005 a 2011.” (TOLEDO et.al., 2013, p. 3)

bastante utilizado pelo senso comum para manterem as classes populares, e conseqüentemente, perigosas, o mais distante possível das classes média e alta. Os condomínios fechados são o resultado, de acordo com Caldeira (2000), de uma alternativa encontrada por esse grupo mais abastado para se afastar da violência. Hoje, viver nesses enclaves fortificados, como denomina a autora, confere a seus indivíduos status e prestígio, além de ser um meio eficaz de elaborar diferenças e desigualdades sociais entre os grupos no território urbano. A estigmatização das classes populares como classes perigosas acaba por reforçar estereótipos e estigmas a esse grupo de indivíduos, contribuindo para a intensificação das distâncias, tanto física quanto sociais, deles em relação ao restante da cidade.

3.3 As novas estruturas residenciais e seus significados

Ao analisar a transferência das populações faveladas para os conjuntos habitacionais, Valladares (1980) chama a atenção para o fato das habitações nesses conjuntos estarem completamente reformadas, contrastando com as habitações-padrão construídas inicialmente. Essa característica também se verifica no caso do condomínio Nova Germânia, desde simples alterações - como muros e portões – até a construção de churrasqueiras ou de um segundo andar na residência. Aos finais de semana, é comum vermos famílias dedicando seu tempo livre para as reformas das casas, reformas estas que são muito desejadas pelos moradores, além de serem consideradas necessárias, como veremos adiante.

Sandro associa a frequência das reformas e alterações nas residências ao fato de muitos moradores trabalharem na área da construção civil. Merece aqui ser destacado o caso de Augusto, que tem dedicado seu tempo livre à realização de reparos e alterações em diversas residências do condomínio, como a de Bruna, que possui uma área ampla de lazer aos fundos de seu imóvel, com churrasqueira, fogão a lenha, e até uma piscina. Essa área aos fundos é utilizada pela família como a cozinha da casa, e onde foi instalada inicialmente a cozinha serve hoje como o quarto de um dos filhos.

Dentre os reparos e reformas existem algumas que são vistas pelos moradores como prioritárias, como é o caso da instalação de muros e portões, construções estas que de acordo com a população local deveria ter sido feita pela Construtora responsável, por fazer parte das especificações do PMCMV, e não através de seus próprios recursos. A Cartilha da Caixa, que têm todas as especificações do Programa³³, de fato cita que deve haver o fechamento de divisas com o intuito de preservar a segurança, isto é, a existência de um muro ou alambrado com altura mínima de 1,80m. Contudo, não há uma especificação clara de que essa contenção deva ser construída entre as residências do conjunto habitacional, bem como nenhuma citação acerca de portões. A necessidade dessas estruturas nas casas é vista pelos moradores como algo essencial. O caso de Fabiana é bastante ilustrativo dessa necessidade, pois, apesar de possuir pouquíssimos móveis em sua residência³⁴, ela já iniciou a reforma da mesma, colocando um portão na frente da casa, construiu muros entre vizinhos e cobriu a área da frente, além de ter trocado os pisos³⁵. Para os moradores, muros e portões se tornam imprescindíveis devido à violência, e também por uma questão de privacidade. Durante o trabalho de campo foi possível perceber que os moradores do Nova Germânia acabam tendo suas vidas expostas para quase toda a comunidade, e muito se deve à proximidade existente entre as residências. As “fofocas” são frequentes nas rodas de conversa, e por isso, sempre que possível, evitam serem alvo dessas histórias se protegendo. A preocupação com os muros também indica que as interações entre os vizinhos, como observei e foi relatado pelos moradores, são muito raras, desconstruindo-se a imagem do bairro como uma comunidade de laços primários e afetivos. Augusto considera os moradores de seu bairro “muito individualistas”, e identifica a origem deste comportamento com a

³³ Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2015

³⁴ Os únicos dormitórios que possuem um maior número de móveis na casa de Fabiana são os dois quartos. Mesmo assim, ela e a filha dividem uma cama de solteiro. A sala não possui nenhum móvel, somente uma mesa improvisada, onde os filhos se alimentam e fazem as tarefas da escola. Na cozinha, verificamos apenas o mínimo necessário, no caso, uma geladeira e um fogão. E o banheiro se encontra da maneira como ele foi entregue aos moradores.

³⁵ A questão referente aos pisos das residências gerou bastante insatisfação por parte dos moradores. No projeto do PMCMV, as casas deveriam ser entregues já com os pisos colocados em todos os dormitórios, o que não ocorreu no loteamento Nova Germânia. Depois de muita cobrança dos moradores em relação a isso, a construtora voltou ao loteamento para cumprir com esse requisito do Programa. No entanto, muitos moradores, já haviam colocado os pisos por conta própria. Alguns deles, inclusive, desejaram e entraram na justiça para que a Cherm restituísse-os por terem desembolsado algo que deveriam ser direito deles.

própria natureza de constituição do condomínio. Ofato de seus moradores terem sido sorteados para compor o loteamento exige, a seu ver, a necessidade de se construir os vínculos, pois entre eles não há nenhum laço ou relação a priori. Isso fica demonstrado nas formas de lazer mais comuns no condomínio, como festas e churrascos dentro de suas próprias residências em detrimento de celebrações no espaço público. Sandro demonstrou-se insatisfeito com essa forma de sociabilidade do bairro e lembrou o tempo em que morava no Grajaú e se encontrava com os vizinhos para fazerem churrascos, “bater papo” etc. Em contrapartida, no conjunto habitacional Nova Germânia “os vizinhos ficam chupando dedo”, isto é, ficam somente no desejo de estarem nesses eventos realizados por seus vizinhos, mas que na maior parte das vezes não são convidados. De acordo com Caldeira, os muros e portões:

Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos. (CALDEIRA, 2000, p. 9)

A necessidade de cercar e fechar a residência afeta todas as classes sociais e está relacionada, além da questão da segurança e da segregação, com uma questão de estética e de prestígio. Em outras palavras, “quanto mais ostensivamente segura e cercada é a propriedade, maior seu status.” (CALDEIRA, 2000, p. 297). Um imóvel com esses artefatos certamente não pode ser considerado um cortiço ou uma favela, isto é, eles ajudam a marcar e diferenciar aquela residência.

Todos os elementos associados à segurança tornaram-se parte de um novo código para a expressão da distinção, um código que chamo de “estética da segurança”. Esse é um código que incorpora a segurança num discurso sobre gosto, transformando-a em símbolo de status. [...] São investimentos na aparência pública e devem permitir a comparação entre vizinhos, para mostrar tanto quem está se saindo melhor socialmente quanto quem tem o gosto mais sofisticado. (CALDEIRA, 2000, p. 294)

Outra questão que interfere na constituição do prestígio e do status social destes moradores é a homogeneidade de projetos residenciais. Em geral, as

políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda tendem a construir casas homogêneas, e essa prática é desvalorizada tanto pela população de fora, quanto por seus moradores, que aceitam viver nelas, mas que procuram se esforçar para transformar aquele imóvel da forma como desejam e acham necessário, dando-lhes sua própria personalidade.



Figuras 8 e 9 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que sofreram alterações estruturais, realizadas pelos próprios moradores. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Valladares (1980, p. 102) chama a atenção para os conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro, onde também se verifica a constante alteração nas residências, como fruto de uma diversidade dos próprios moradores, como atividade econômica e renda familiar, que vai ser reproduzida no tipo de habitação que eles irão transformar. No caso de Cidade de Deus, objeto de estudo da autora, a Cohab – empresa responsável pelos conjuntos habitacionais – estipulava regras para essas mudanças, seguindo uma determinada planta e um padrão. No entanto, os moradores não deixaram de fazer suas alterações, mesmo que improvisadas, o que remetia muitas vezes às favelas, de onde muitos desses moradores vieram.

Quem não pode construir muros revestidos, de tijolos, improvisa cercas com os mais variados elementos (tabuas, folhas de zinco, cabos de vassoura, molas de colchão, etc); quem não tem condições de aumentar a área construída com material de alvenaria, puxa um cômodo de madeira no estilo do barraco da favela. (VALLADARES, 1980, p. 102)

Transformar o local de moradia com aquilo que é valorizado pelo indivíduo, baseando-se em critérios seja de necessidade ou de estética, é um hábito bastante difundido não só entre as classes populares, mas pela população em geral. No caso do condomínio Nova Germânia, por não terem sido consultados em relação à

estrutura das residências e nem por suas necessidades terem sido ouvidas pelas construtoras, essas mudanças se tornam muitas vezes fundamentais para conseguir alocar essas famílias, como é o caso de Bruna, que precisou de um novo quarto para seu filho, em processo de constituição de sua família. Além disso, a aparência e a satisfação com o lugar do qual o indivíduo faz parte é capaz de intensificar de forma inconsciente a importância do eu (JUNG, 1984, p. 83 apud BORGES, 2013, p. 34). Assim, pode-se afirmar que a identidade está intimamente relacionada com o espaço, pois os indivíduos usam os ambientes e os marcam segundo sua personalidade, “de tal maneira que “onde eu estou” torna-se sinônimo de “quem eu sou”.” (PELUSO, 2005, p. 48). De acordo com Perdigão (2003, p. 7), um planejamento que enfatize os beneficiados, levando em conta as atividades desenvolvidas pelos mesmos, corroboraria para a construção da identidade com este novo local desde o início.

A respeito da identidade de lugar, é considerada uma subestrutura da identidade pessoal construída a partir da relação do sujeito com seu entorno físico e social. A construção dessa identidade está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e a ligação desses vínculos emocionais e de pertencimentos aos entornos significativos para os moradores. (CAVALCANTE e MOURÃO, 2011 apud BORGES, 2013, p. 107)

Os moradores do conjunto habitacional Nova Germânia se sentem privilegiados por terem hoje almejado o sonho da casa própria. No entanto, essas residências deixaram muito a desejar no que se refere à estrutura e à maneira de abrigar muitas dessas famílias. As alterações efetuadas por esses moradores são parte do primeiro passo para se inserirem nesse novo local, se sentirem de fato “em casa”, trazendo para essas estruturas aquilo que prezam, seja em relação à segurança, estética, privacidade, status ou outros motivos quaisquer. Hoje, o loteamento é marcado por uma grande heterogeneidade, muito distinta de quando ele foi lançado pelo PMCMV em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora. O que vemos são atores sociais construindo relações com esse novo espaço, marcando e inserindo sua própria personalidade e sua identidade. Esse fenômeno, no entanto, não é característico somente desse loteamento, nem somente da cidade de Juiz de Fora, mas que traz importantes reflexões sobre a maneira de morar desses indivíduos e suas adaptações.

3.4 As práticas de distorção das regras do Programa Minha Casa Minha Vida

As adaptações em relação ao PMCMV realizadas pelos próprios moradores do conjunto habitacional Nova Germânia não se limitam às alterações estruturais em suas próprias residências. Visando atender às suas necessidades, eles frequentemente burlam algumas regras referentes ao Programa. Dentre elas, podemos destacar as transações realizadas para a aquisição da residência – como a compra, venda, troca, aluguel etc. - e a transformação de alguns imóveis em pontos comerciais, ambas situações proibidas pelo PMCMV. A prática de distorção do sistema, de acordo com Valladares (1980, p. 112) é a resposta encontrada pelos moradores para se adaptarem ao Programa e à sua nova forma de vida. Pelo fato de Lícia Valladares (1980) tratar de conjuntos habitacionais na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70, retratando a atuação do BNH na política de remoção de favelas e instalação dessa população em novas moradias populares, e que se assemelha em muito com o caso do objeto de estudo que estudamos aqui neste trabalho, podemos inferir que essa é uma prática que não se restringe ao Nova Germânia, e que demonstra a ineficiência desses programas habitacionais em manter a vigilância sobre esses casos.

Conservar os laços, consanguíneos ou afetivos, que possuíam em seu antigo local de moradia, parece ser algo importante para os moradores deste conjunto habitacional. Além das visitas regulares aos bairros de origem, muitos produzem esta proximidade de forma física, ou seja, trazendo-os para perto, através desses mecanismos ilegais. A ocorrência de parentes residindo no condomínio é frequente como é o caso de Helena, em que a filha comprou uma casa em frente à sua; e também o de Sílvia, outra pessoa envolvida na Associação de Moradores, que tem seu irmão morando também na localidade através do aluguel de uma residência, entre outros casos. Fabiana também relatou que houve um desejo por parte dela e de sua irmã, que mora no Parque das Águas, para que trocassem de residência com uma moradora de lá. De acordo com ela, a transação não deu certo, e hoje ela agradece por isso. Para ela, o conjunto habitacional Nova Germânia é um local melhor de se viver devido à sua localização e por ser mais tranquilo. A necessidade de manter-se próximo a familiares resulta em transgressões do sistema operacional do PMCMV, e que são relatados pelos moradores sem o menor pudor, por se tratar

de algo comum entre eles. Os casos mais comuns são de troca de residências entre beneficiados do Programa de loteamentos diferentes, apesar da Emcasa oferecer opções de escolha no momento em que são sorteados. O caso de Bruna, uma de minhas informantes, representa claramente as diversas maneiras encontradas por eles de conseguirem se beneficiar das regras do Programa. O sogro de Bruna reside ao lado dela, e a residência dele é fruto de um acordo realizado entre ela e o marido, e uma moradora de outro conjunto habitacional fruto do PMCMV em Juiz de Fora. Bruna e o marido realizaram, cada um deles, uma inscrição no Programa e ambos foram beneficiados. Para conseguir que o sogro vivesse junto com eles, o que de acordo com ela é fundamental, visto que ele é alcoólatra, eles fizeram uma troca com a proprietária da casa. Assim, essa senhora mudou-se para o outro conjunto habitacional em que foram contemplados, e seu sogro pode se mudar para o condomínio Nova Germânia. O sogro de Bruna não poderia se inscrever no PMCMV, na mesma categoria dela, pois sua renda é superior a três salários mínimos. Ele é aposentado, e trabalhou na Secretaria do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, de onde é natural. Esse e outros casos corroboram com o conceito de família entre as classes populares desenvolvido por Cláudia Fonseca (2004), que chama a atenção, primeiro, para o fato de que a rede familiar nesses grupos se estende para além dos membros consanguíneos, inserindo-se nesse contexto os parentes por casamento e até mesmo amigos mais próximos. Essa extensa família, inclusive, cria uma rede de ajuda mútua, partilhando os recursos com aqueles que em determinado momento necessitam de auxílio. Esse compartilhamento se estende também para a questão espacial, com pessoas dividindo um mesmo terreno, como é o caso dos pais que criam um “puxadinho” para o filho recém-casado. Dessa forma, não é incomum encontrar residências – e de fato, encontrei esses casos no Nova Germânia – que abrigam além dos filhos, também noras e genros, sobrinhos, netos etc. Assim, de maneira geral, a concepção de família para as classes populares está ligada com uma questão de corporativismo, e por isso a necessidade de se manterem próximos, tanto na questão espacial quanto relacional, características essas que não são levadas em conta na elaboração e implementação do PMCMV, o que explicaria os diversos casos de infrações a essas e outras políticas públicas.

Dessa forma, ouvi durante meu trabalho de campo no condomínio Nova Germânia, diversos casos envolvendo compra de residência, aluguel, troca,

invasões etc. Valladares (1980) relata que no caso do Rio de Janeiro a cessão de direitos, isto é, “passar a casa” para outra pessoa interessada, foi uma prática usual devido às altas taxas de inadimplência em relação às prestações do imóvel, prática comum principalmente entre aqueles que recebiam até três salários mínimos. Para a autora, essa dificuldade na quitação da casa, verificada no período de atuação do BNH, por parte das classes populares, se deve a três fatores principais:

[...] a) o preço da habitação, nem sempre acessível, se se considerar o teto utilizado pela COHAB (de até três salários mínimo de renda familiar mensal), compromisso difícil de ser cumprido sem colocar em risco a sobrevivência de famílias de tão baixa renda; b) as despesas adicionais e obrigatórias, representadas por taxas diversas (condomínio, imposto predial, taxas de lixo, água, luz e esgoto), que correspondiam aproximadamente a 50% do valor da prestação; c) o custo do transporte, geralmente elevado, devido à distância dos conjuntos habitacionais em relação aos locais de trabalho; d) ainda, o tamanho e a qualidade das habitações oferecidas, que implicavam, quase sempre, ampliações e reformas nem sempre passíveis de serem assumidas pelos residentes. (VALLADARES, 1980, p. 87)

No conjunto habitacional Nova Germânia, não estive ciente de nenhum caso como esse, embora a taxa de inadimplência verificada para a Faixa 1 do PMCMV seja bastante superior às demais faixas de renda. De acordo com a CEF³⁶, os atrasos referentes à primeira faixa de renda são de 19,9%, enquanto às das segunda e terceira são, respectivamente, de 1,74% e 3,09%. A CEF ainda destaca que, apesar desses números, o Programa atua de diferentes formas para contê-lo, mesmo antes da entrega das moradias, como é o caso das ações educativas realizadas pelo Trabalho Técnico Social. Nos casos de inadimplência, os beneficiados são notificados e cobrados em relação à sua dívida, e a CEF procura sempre uma forma de renegociação do valor em atraso, parcelando-o pelo prazo que ainda resta do contrato.

Constatai também que alguns dos moradores do conjunto habitacional Nova Germânia são proprietários de outras residências, ou seja, não viviam de aluguel antes de se mudarem para o loteamento. Na verdade, moravam em casas próprias que estão no nome de outra pessoa, o que não inviabilizou a possibilidade de inscreverem no PMCMV. Esse fato é visto por muitos moradores como algo

³⁶ Fonte: <<http://mcmv.caixa.gov.br/caixa-esclarece-faixa-1-do-mcmv-e-transferencia-de-subsidio-e-nao-financiamento-imobiliario/>>. Acesso em: 01/06/2015.

depreciativo, pois sabem da existência de muitas pessoas necessitadas que não conseguiram ser sorteadas para o Programa. Relatam também pessoas que possuem uma residência no condomínio, mas que na verdade moram em outro imóvel, “alguns em verdadeiras mansões”, de acordo com Sandro. Por muitos deles trabalharem no mercado informal, sua renda não é contabilizada, o que propicia a possibilidade de se beneficiarem pelo Programa. Alguns moradores têm, de fato, um padrão de vida bem acima do esperado para a faixa de renda no qual eles se enquadram.

Os casos de invasão às residências também são bastante comuns no loteamento, isto é, pessoas que passam a morar em algum imóvel por este estar abandonado. As opiniões dos moradores regulares em relação a essa prática são divergentes, pois enquanto alguns dizem que é uma injustiça com quem de fato foi beneficiado pelo PMCMV, outros demonstram solidariedade em relação a essas famílias. Em setembro de 2014 ocorreu nos conjuntos habitacionais Parque das Águas e Nova Germânia o cumprimento de mandados de reintegração de posse por Oficiais de Justiça. Alguns moradores fizeram protestos em relação à retirada dessas famílias, o que demonstra essa dualidade existente entre aqueles que querem que a justiça seja feita e aqueles que entendem os invasores como pessoas que necessitam se utilizar de tais artifícios³⁷. Para conter esses casos de invasão, que se demonstraram comuns em diversos loteamentos do PMCMV em todo o Brasil, a CEF criou o programa "Caixa de Olho na Qualidade", onde os próprios beneficiários podem fazer denúncias em relação ao uso irregular das regras do Programa, como invasões, comércio e abandono da residência³⁸. Os meios de comunicação de massa do país têm noticiado também, com frequência, a invasão nesses loteamentos por parte de traficantes de drogas. Essa prática foi denunciada no caso do loteamento Parque das Águas, o que não foi verificado no Nova Germânia.

As invasões também são verificáveis em relação aos terrenos que são de propriedade da Prefeitura e que não são utilizados no loteamento, ou seja, espaços vazios entre as residências que os moradores utilizam, na maior parte das vezes,

³⁷ Fonte: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/09/mandados-de-reintegracao-de-posse-sao-cumpridos-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 01/06/2015

³⁸ Fonte: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/04/imovel-do-minha-casa-minha-vida-e-reintegrado-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 01/06/2015

para abrir um pequeno comércio. Apesar da proibição do uso das residências para fins comerciais, assim como da utilização do terreno que não se restrinja ao território da residência, esses estabelecimentos se multiplicam cada dia mais. No loteamento existem desde comércios bem estruturados até algo mais simples, como residências com placas anunciando a venda de algum produto ou serviço. A maioria desses pontos não se restringe ao comércio de apenas uma mercadoria. Durante as semanas que passei no condomínio, por exemplo, era possível comprar no mesmo “mercadinho” remédios, pão e cerveja. Os estabelecimentos mais frequentados são aqueles que vendem bebidas alcoólicas, mas se restringem basicamente aos homens do loteamento. Podemos verificar também dentro do conjunto habitacional, uma oficina mecânica, um salão de cabeleireiro, uma Igreja Quadrangular, e diversas residências vendendo produtos variados, como sanduíches, sorvetes, etc. No Rio de Janeiro, essa prática também se demonstrou comum:

Em muitos casos, utilizam a habitação também como ponto de comércio, seja instalando uma birosca na sala do apartamento, seja construindo uma tendinha em frente à própria casa. Há casos ainda de habitações que servem também de oficinas mecânicas (ferreiro, conserto de rádio, tevê, geladeira, etc), ou de local de trabalho manual (sapateiro, costureira, etc). [...] Alguns anos depois, igualmente, o que antes eram áreas exclusivamente residenciais configuravam-se como pequenos centros comerciais em desenvolvimento, em plena expansão, vendo-se em quase todas as quadras os mais diversos estabelecimentos, como lojas de material de umbanda, de construção, pequenos bares – mais sofisticados que as biroskas e tendinhas das favelas -, escritórios de despachante, lojas de tecidos e de utilidades, bazares, padarias, quitandas, etc. (VALLADARES, 1980, p. 102)





Figuras 10 a 13 – Residências do conjunto habitacional Nova Germânia que vendem produtos ou serviços. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

No discurso dos moradores percebemos que esses estabelecimentos, apesar de precários e com pouca variedade de produtos, oferecem ao cotidiano do condomínio praticidade, além de promover o lazer no bairro, no caso dos bares. Propiciar a esses moradores infraestrutura e serviços essenciais para uma vida com qualidade é papel da Prefeitura de Juiz de Fora, como previamente definido nos requisitos do PMCMV. No entanto, como já foi relatado, o que se vê no caso do conjunto habitacional Nova Germânia é um isolamento desses moradores, que precisam estar sempre se deslocando aos bairros vizinhos para terem acesso a serviços básicos. Dessa forma, esses estabelecimentos comerciais instaurados pelos próprios moradores são vistos com bons olhos pelos mesmos. Para Fabiana, por exemplo, apesar de ter consciência de ser uma prática proibida, ela acredita que isso deveria ser revisto, e afirma que a Prefeitura “fecha os olhos” para as coisas que deveriam levar a sério, como a ineficiência do transporte público, e “implicam” com outras que não deveriam.

Assim, como já discutimos nesta pesquisa, a simples aquisição da casa própria não pode ser vista pelo poder público e pela sociedade como algo suficiente para a qualidade de vida dos moradores de baixa renda. A inserção desses moradores à cidade e à sua estrutura em geral implica na sua possibilidade de usufruírem de serviços e infraestruturas essenciais à vida em sociedade. Os moradores, que vivenciam diretamente essas necessidades, encontram nas irregularidades do PMCMV a saída mais imediata para tratarem esses problemas. Dessa forma, enquanto não veem os órgãos responsáveis por essas políticas tomarem as medidas cabíveis para o seu bem-estar, os moradores agem de maneira informal e ilegal.

Houlston (2013) chama a atenção que a posse ilegal de terras e de residências pode, inclusive, se tornar algo permitido perante a lei. Muitos moradores de periferia aprenderam a dominar a legislação em benefício próprio, ferramenta esta utilizada até então por grupos economicamente privilegiados. Essa consciência e organização política desencadeada pelas classes populares fez surgir o que o autor denomina de “cidadania insurgente”, isto é, uma concepção que questiona os privilégios de uma classe social específica e que entende que eles próprios também são parte da cidade e que por isso deveriam ter direito de acesso a ela. Por enquanto, os moradores do conjunto habitacional Nova Germânia ainda não dominam essas práticas legais, e continuam infringindo as regras do PMCMV em benefício próprio ou da população do bairro. É necessário, por parte da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura de Juiz de Fora, o reconhecimento de que as regras do Programa muitas vezes não atendem às necessidades dos moradores, e que por isso acabam sendo infringidas. Repensá-las e modificá-las visando o bem-estar dessa população são medidas urgentes para a eficácia dessa política pública.

CONCLUSÃO

As discussões teóricas apresentadas no presente trabalho, além de cumprirem com o objetivo de conhecer o cotidiano dos moradores do conjunto habitacional Nova Germânia, visam contribuir para a compreensão da realidade social, refletindo sobre determinados fenômenos sociais e sua implicação na rotina dos residentes das grandes cidades. Essa relação entre o objeto de estudo e a estrutura social mais ampla é possível, pois o aparato físico de uma cidade - como edifícios, espaços abertos, sistemas de esgoto etc. - é reflexo ou cristalização da ordem social (LEEDS, 1978, p. 144-145). A segregação espacial traz implicações na

vida de muitos brasileiros e por isso se torna um grande desafio para o Estado, que viabiliza políticas públicas tais como o Programa Minha Casa Minha Vida para tentar reverter esse quadro. Para Leeds, o fenômeno da segregação espacial é consequência de um planejamento que vê a cidade apenas de modo parcial, isto é, em benefício da elite. Dessa forma, “qualquer planejamento urbano que não leva em conta toda a ordem social da cidade está fadado ao fracasso, como os planos urbanos que, em parte ou como um todo, fracassaram continuamente.” (LEEDS, 1978, p. 181).

Não se pode dizer que o PMCMV fracassou, visto que prioriza e atende milhares de indivíduos de classes populares. Contudo, ficou evidente que em muitos aspectos ele continua a cometer os mesmos erros de outras políticas habitacionais já implementadas no Brasil, e por este motivo vem sendo alvo de críticas severas. A inserção no conjunto habitacional Nova Germânia através do trabalho de campo trouxe a tona graves problemas enfrentados por esses moradores, resultado de uma política pública que generaliza os beneficiários e não atende de forma eficiente muitas das necessidades enfrentadas por essa população. Dentre esses problemas, creio que o mais preocupante seja a periferização no qual essa população está sendo submetida, sofrendo principalmente com a dificuldade de acesso a serviços essenciais, como hospitais, escolas, supermercados etc.

Contudo, a dicotomia centro-periferia já é uma categoria bastante questionada pela antropologia urbana brasileira, pois podemos encontrar vários centros e várias periferias dentro de uma mesma cidade, como é o caso de Juiz de Fora. Além disso, a periferia não deve ser relacionada apenas com a pobreza, estigma, violência, como faz o senso comum, mas também como um local que produz entre os moradores relações, sentimentos e identidades. É o caso de alguns grupos, por exemplo, onde a “periferia passamão apenas a ser uma categoria espacial, como também uma categoria identitária que faz referência à pertença de classe, mas que não se restringe a esse fator.” (PEREIRA, 2010, p. 158).

Penso, assim como Baptista (2001, p. 75), que a cisão existente nas Ciências Sociais entre o que o autor chamou de “profissionais-sociólogos”, aqueles que buscam a resolução dos problemas sociais, e “sociólogos-acadêmicos”, os que estão veiculados apenas à questão teórica, deva ser algo combatido, pois acredito

que o papel de um pesquisador é também contribuir para as mudanças práticas da realidade no qual ele estuda. Por este motivo, a reflexão sobre o PMCMV realizada neste trabalho, muitas vezes aparentando mais uma crítica do que uma análise, ocorre por acreditar que essas e outras indagações já realizadas por outros pesquisadores, podem contribuir para o aprimoramento dessas políticas, e conseqüentemente, ter reflexo prático no cotidiano dos moradores do conjunto habitacional Nova Germânia e de outros grupos. Desta forma, “impõe-se ao sociólogo confrontar o dito com o feito, já que são as práticas institucionais que nos permitem confrontar o domínio da racionalidade instituída com o resultado efetivo da atuação programada.” (BAPTISTA, 2001, p. 77).

É importante ressaltar que as pesquisas sobre um mesmo tema podem chegar a conclusões diferentes, pois essas reflexões são resultado de dados de campo e de relatos dos informantes, que podem manipular as informações. O nativo compreende o que o pesquisador quer ouvir, e dessa forma pode manipular seu discurso. Além disso, os nativos também se aproveitam da presença do pesquisador para retirar informações referente ao “Governo”, principalmente nas favelas e loteamentos periféricos (SANTOS, 1980, p. 51-53). No entanto, é inegável o papel que esses indivíduos têm na composição da pesquisa, propiciando ao pesquisador um entendimento aprofundado sobre aquilo que se deseja.

Neste trabalho, a inserção ao campo foi imprescindível para o seu desenvolvimento, pois o objetivo era ouvir a trajetória dos moradores sobre sua apropriação e a relação com esse novo local de moradia. Em suma, podemos concluir que a conquista da casa própria por parte dos moradores do conjunto habitacional Nova Germânia têm importância crucial na vida desse grupo. Contudo, as demandas suscitadas por eles para a melhoria do bairro de fato acarretaria em um maior bem-estar e qualidade de vida dos residentes em geral. Aos poucos, esses moradores estão se integrando ao seu novo espaço de moradia, construindo novas relações, identidades, vínculos etc. Participar da rotina desse bairro foi fundamental para quebrar paradigmas e estigmas vinculados a esses moradores, bem como para as classes populares em geral, vistas como pessoas perigosas e sem consciência social e política de sua realidade. Esperamos ter contribuído com essas e outras reflexões na composição dos estudos referentes às classes

populares, tendo a questão habitacional como pano de fundo para as indagações realizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Urbanização de favelas: inserção na cidade? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 2010. p. 1-22. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=370%3Aanais-do-encontro-sts-frs-e-mrs-&catid=51%3A34o-encontro&Itemid=350>. Acesso em: 05 jul. 2015.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de; AZEVEDO, Sérgio de. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Disponível em: <[http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=AZEVEDO_ANDRADE_Habitacao_poder.pdf](http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=AZEVEDO_ANDRADE_Habita%20cao_poder.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2015.

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e Dois Anos de Política Habitacional Popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, out.- dez. 1988.p. 107-119.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia dasupermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BAPTISTA, Luís Vicente. Cidade e Políticas Sociais de Habitação: Armadilhas Conceptuais e Metodológicas.**Cidades: Comunidades e Territórios**, n. 3, Dez. 2001. p. 71-81. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/210>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise Social**, Lisboa, ICS, v.42, n.182, 2007.p.163-180.

BARREIRA, Irllys; MATTOS, Geisa. Notas sobre uma microssociologia dos espaços urbanos: teses e dissertações da pós-graduação em Sociologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia, 2013. p. 1-28. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1152&Itemid=412>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BARRETO, Alessandra. O paraíso efêmero: trajetórias e mediação no Leblon. In: Velho, Gilberto (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011. p. 165-184.

BECKER, Howard. Conferência: A Escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out. 1996.p. 177-188.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXIX, n. 127, 1994. p. 711-732. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>.
Acesso em: 01 jul. 2015

BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14592/1/2013_JoamaraMotaBorges.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CARDOSO, Aauto Lúcio. **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Observatório IPPUR: Universidade Federal do Rio de Janeiro-FASE, s.d. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/adauto_polhab_brasil.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2015.

CARDOSO, Aauto Lúcio; JAENISCH, Samuel Thomas. Nova política, velhos desafios: problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica e-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 18, ano 5, set. 2014, p. 6-19. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=102&lang=pt> . Acesso em: 04 jul. 2015.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do XIV Encontro da Associação Nacional de Pós- 19 graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Rio de Janeiro, 2011. p. 1-20. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/adauto_cardoso.pdf> . Acesso em: 04 jul. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/12759_o-lugar-no-do-mundo.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da. **A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-7EFPDL/a_natureza_do_espaco_urbano.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2015.

DIOGO, Fernando Jorge Afonso. Cultura da pobreza: uma abordagem crítica da teoria. In: **Arquipélago**, n. 7/8, 1992/1993. p. 15-30. Disponível em: <http://www.fdiogo.uac.pt/pdf/Cultura_da_Pobreza_Uma_Abordagem_Critica_da_Teoria.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Introdução”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 7-45.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOOTE WHITE, William. Sobre a evolução de Sociedade de Esquina – Anexo A. In: _____ . **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 283-363.

FRY, Peter. Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual. **Iluminuras**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 27, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/20854/11987>> . Acesso em: 28 jun. 2015.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.p. 227-344.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3ª Ed, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUIMARÃES, Danielle Costa. A casa que eu quero ou a que me oferecem, qual a casa eu preciso? Cultura local e políticas públicas em habitação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Anais eletrônicos do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, 2007. p. 1-19. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/xiienanpur/home.php?p=papers#>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

HANNERZ, Ulf. Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abr. 1999.p. 149-155. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2015.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JOSEPH, Isaac. A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **A Escola de Chicago**: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

JUIZ DE FORA. Empresa Regional de Habitação. **Diagnóstico das famílias beneficiadas**: Loteamento Nova Germânia. Juiz de Fora, MG, 2014.

KUPER, Adam. Leach e Gluckman: para além da ortodoxia. In: _____. **Antropólogos e antropologia**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978. p. 169-196.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LEEDS, Anthony. Tipos de moradia, arranjos de vida, proletarização e estrutura social da cidade. In: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 144-185.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. Brazil and the Myth of Urban Rurality: urban experience, work and values in "squats" of Rio de Janeiro and Lima. In: FIELD, A. (Ed.). **City and Country in the Third World**. Cambridge, Massachusetts: Schenkman Publishing Company Inc., 1970. p. 229-285.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Niterói, n.1, ano I, 1999. p.71-92. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/7/6>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A política na favela. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n.4, out. a dez. 2011. p. 699-716. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-4-Art6.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole**: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.p. 1-30. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/qnd_o_campo_cidade.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. p. 11-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARICATO, Ermínia. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**, 27 maio 2009. Disponível em:

<<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

MARQUES, Eduardo; RODRIGUES, Leandro. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.15, n.2, nov. 2013. p. 159-177. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/800-Marques_Leandro_Minha_casa_minha_vida_2014_4740-9495-2-PB.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

MELLATI, Julio Cezar. A Antropologia no Brasil: um roteiro. **Série Antropologia**, n. 38. Brasília: UnB, 1983. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MENDOZA, Edgar Salvador Gutiérrez. **Sociologia da antropologia urbana no Brasil**: a década de 70. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000210228>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MENEZES, Marluci. Quando ter casa nem sempre significa alterar uma situação de periferia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia, 2013. P. 1-30. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1161&Itemid=412> . Acesso em: 05 jul. 2015.

MEYER, Regina Maria Proserpi. Segregação espacial. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **A luta pelo espaço**: textos de Sociologia Urbana. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 149-167.

MORSE, Richard. **La investigación urbana latino-americana**: tendencias y planteos. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1971.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, Gilberto (Coord.). **O Desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 23-36.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PELUSO, Marília Luzia. O indivíduo como sujeito de conflitos sociais: identidade e território. **Espaço & Geografia**. Brasília, v.8, n.1, 2005. p.23-50. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/41/4>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. A produção do espaço habitacional expressando a identidade local em Belém (PA): a experiência de reassentamento CDP. In: Encontro Nacional da Anpur, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais do X Encontro Nacional da Anpur**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/62/1/anais-do-x-ena>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, 2010. p. 143-162. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a07n79.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

RAPPORT, Nigel; OVERING, Joanna. **Social and cultural anthropology**: the key concepts. London: Routledge, 2000.

REDFIELD, Robert. The folk society. **American Journal of Sociology**, v. 52, n. 4, 1947.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. **Cidades: Comunidades e Territórios**. Lisboa, n. 6, Jun. 2003. p. 33-50. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/178>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Orgs.). **Políticas públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. P. 11-16. Disponível em: <http://observatoriodasmetroles.net/download/miolo_livro_curso_baixada.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

RODRIGUES, Ellen. A “*escalada da violência*” em Juiz de Fora: Para pensar melhor...”. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan/abr 2015. p. 40-74. Disponível em: <<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/27>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

ROMAGNOLI, Alexandre José. O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos. **Revista Temas de Administração Pública**: Edição Especial, Araraquara, v. 4, n. 7, 2012. p. 1- 29. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6181/4646>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

SANJEK, Roger. Urban Anthropology in the 1980s: a world view. **Annual Review of Anthropology**, vol. 19, 1990. p. 151-186.

SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 9, jan/abr 2003. p. 91-99. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_091.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (Coord.). **O Desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.37-58.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Orgs.). **Políticas públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. P. 11-16. Disponível em: <http://observatoriodasmetroles.net/download/miolo_livro_curso_baixada.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

STOCKING JR., George. Afterword: a view from the Center. **Etnos**, Estados Unidos da América, v.47, n. 1 e 2, 1982. p. 172 - 186.

SUSSER, Ida (Ed.). **La Sociologia Urbana de Manuel Castells**. Madri: Alianza Editorial, 2001.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas do município de São Paulo: Resultados de pesquisa. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **A luta pelo espaço**: textos de Sociologia Urbana. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 125-147.

TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino et al. A influência da mídia na estigmatização de jovens e lugares da cidade. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 13., 2013, Rio de Janeiro. **Anais do XIII Simpósio de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT14_juliana.pdf>. Acesso em: 11jul. 2015.

VALLADARES, Lícia do Prado Valladares; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do Urbandata-Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade**: história e desafio. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 60-83.

VALLADARES, Lícia do Prado. Favela, política e conjunto residencial. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **A luta pelo espaço**: textos de Sociologia Urbana. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 111-124.

_____. **Passa-se uma casa**: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. Os dez mandamentos da observação participante (Resenha de FOOTE WHYTE, William. Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, 2007. p. 153-155

_____. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAN VELSEN, J. "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado." In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 345-374.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (Coord.). **O Desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 13-22.

_____. Antropologia e cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade**: história e desafio. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 36-41.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

Sites consultados

Prefeitura de Juiz de Fora: www.pjf.mg.gov.br

Jornal Tribuna de Minas: www.tribunademinas.com.br

Google Earth: <https://earth.google.com/>

Blog do Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora Flávio Checker: <http://www.flaviochecker.com.br/>

G1 Zona da Mata-MG: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/index.html>

ANEXOS

ANEXO 1

17 de janeiro de 2014 - 21:39 – Tribuna de Minas

Moradores protestam após terem casas alagadas



Moradora do Nova Germânia teve a casa alagada durante a tempestade

No Parque das Águas e no Nova Germânia, na Zona Norte, moradores denunciam que a situação é a mesma em todo período chuvoso: a água infiltra pelos telhados e desce nas paredes internas dos imóveis. Cansados dessa situação, após o temporal desta sexta-feira (17), eles protestaram utilizando uma barreira com pneus e galhos secos, fechando a principal via de acesso que liga a Zona Norte à Cidade Alta. "Fizemos isso para chamar atenção, não aguentamos mais isso. Toda vez que chove, a gente nem dorme. Reclamamos com a Caixa várias vezes, e eles não fazem nada", desabafa a moradora do Nova Germânia, Fátima Furtado da Silva, 46. A cobradora Eneida Pereira, 35, mora no local há um ano e dois meses e já tem que mobiliar a casa pela quinta vez. "Quando chove, vou com meus filhos e minha mãe para banheiro, o único lugar seguro."

Militares das 27^a Cia e da 4^a Cia de Missões Especiais estavam no local para garantir a segurança de quem protestava. O professor de geografia Jader Lamas da Costa, 26, esperava na via, enquanto o trânsito não era liberado. "Apesar de o protesto estar desorganizado, acho válido. Eles conseguiram chamar a atenção. No Brasil, é só assim que se conseguem as coisas." Segundo a Defesa Civil, até o

fechamento desta edição, engenheiros e assistentes sociais da Prefeitura atuavam no local.

ANEXO 2

Ação aponta irregularidades em moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida

Dois empreendimentos em Juiz de Fora/MG apresentam inúmeros defeitos de projeto e de construção, expondo moradores a sofrimento e situações de risco

03/02/2015 – Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Juiz de Fora)

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública contra a Construtora CheremLtda e contra a Caixa Econômica Federal por inúmeros problemas decorrentes de erros de projeto e de construção em dois empreendimentos imobiliários situados na cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira.

Além da reparação de todos os defeitos e danos verificados nas construções, a ação pede que as rés sejam obrigadas a indenizar danos materiais e morais sofridos pelas mais de 800 famílias que adquiriram os imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A Construtora Cherem foi a responsável pela construção do Loteamento Nova Germânia, com 329 unidades habitacionais, e do Residencial Parque das Águas, com 565 unidades. A Caixa Econômica Federal, além de intermediar o fornecimento dos recursos públicos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), era a instituição responsável pela fiscalização dos projetos. O Loteamento Nova Germânia foi erguido ao custo de R\$ 13.094.200,00; o Parque das Águas custou R\$ 22.487.000,00.

Ocorre que, logo após a entrega dos imóveis aos moradores, os problemas começaram a aparecer. Nos dias 8 e 12 de dezembro de 2012, a cidade de Juiz de Fora foi colhida por fortes chuvas, que acabaram resultando em consequências desastrosas para as então recém-entregues unidades habitacionais.

O MPF relata que os imóveis sofreram graves infiltrações, chegando mesmo ao nível de alagamento, com perda e deterioração de móveis, eletrodomésticos, utensílios e objetos pessoais. Em algumas residências, os tetos de PVC chegaram a desabar.

Laudo pericial produzido pela Defesa Civil Municipal, naquela ocasião, apontou que “as obras de infraestrutura no entorno dos mesmos [dos empreendimentos] precisam ser revistas, visto que se apresentam com solapamento de solo nos taludes de corte, seja pela falta adequada de uma boa drenagem ou contenção destes mesmos cortes. Visualizou-se ainda a falta de proteção da fiação elétrica por conduítes, podendo causar deterioração deste material e, ainda, pela ação das intempéries, risco de curto-circuito”.

Nos meses seguintes, a Subsecretaria Municipal de Defesa Civil foi obrigada a realizar novas vistorias nos empreendimentos, porque, a cada chuva, ainda que de menor intensidade do que as que caíram em dezembro de 2012, os moradores viam-se em situação de risco. Foi o que aconteceu em março, setembro e dezembro de 2013, além do mês de janeiro de 2014.

Em todas as ocasiões, os técnicos chamavam a atenção para os defeitos de construção apresentados pelas unidades habitacionais, inclusive resultantes, em alguns casos, da não-observância aos respectivos projetos. É o caso, por exemplo, das redes de drenagem de águas pluviais. A construtora deixou de construir bocas-de-lobo no arruamento, o que ocasionou diversos alagamentos, com transbordo de

água para as encostas e significativo processo erosivo, como já está sendo verificado em uma das ruas do Residencial Parque das Águas.

“É importante esclarecer que os problemas verificados nas unidades habitacionais não são decorrência exclusiva de fatores climáticos, até porque a intensidade das chuvas e dos ventos havidos na região nada teve de excepcional. Pelo contrário, eles fazem parte das características climáticas da cidade, sobretudo dos locais em que se encontram os empreendimentos, situados em topos e encostas de morros, em altitudes superiores a 800 metros”, afirma o procurador da República Marcelo Borges de Mattos Medina, autor da ação.

Erros nos projetos - Aliás, é exatamente em função dessas variáveis – localização geográfica e condições climáticas – que decorrem os principais erros nos projetos.

Segundo laudo pericial elaborado em Juízo, numa ação movida por um dos moradores, a elaboração de projetos de arquitetura para a construção de edificações, por força de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), deve envolver: (i) o levantamento de dados sobre condições climáticas, inclusive no tocante à direção e sentido dos ventos predominantes, localização, utilização e topografia; (ii) e cálculos das forças devidas ao vento, efetuados separadamente para os elementos de vedação e fixação, telhados e a estrutura como um todo.

No entanto, os projetos apresentados pela Construtora Cherem e aprovados pela Caixa não observaram tais normatizações. As unidades habitacionais do Loteamento Nova Germânia, por exemplo, foram dispostas aleatoriamente no terreno, sem atenção à topografia da região, não tendo tampouco sido produzidos os indispensáveis estudos sobre a direção e o sentido dos ventos predominantes.

Em outro momento, a perícia destacou que “não foram realizados estudos/projetos individuais voltados para cada unidade. Portanto, a ação dos ventos nas diversas residências varia de acordo com a localização de cada uma. Um diagnóstico ambiental adequado auxilia quanto a um melhor posicionamento da maioria dos lotes e casas em face da ação dos ventos, minimizando possíveis erros nas etapas de planejamento e/ou execução do sistema de cobertura”.

E os erros nos projetos de engenharia não param por aí. Os laudos periciais também apontaram que as dimensões dos beirais e a existência de um vão de cerca de 12 centímetros entre a borda superior de alvenaria e o telhado estão facilitando a passagem de ventos e da água das chuvas.

Por fim, o MPF chama atenção também para falhas na própria execução dos projetos: faltam calhas para a captação e direcionamento das águas pluviais até a rede pública; a distância entre algumas ripas metálicas no telhado é maior do que a prevista, o que deve ter-se originado de erro durante a montagem da soldagem das ripas nas tesouras; e há falha na vedação dos furos realizados nas telhas para a passagem dos arames que fixam os equipamentos do sistema de aquecimento de água.

Mais graves ainda são os problemas nas instalações elétricas, que foram

executadas sem o isolamento dos condutores, embora o projeto previsse a utilização de eletrodutos em todo o teto.

Chamados a avaliar a situação, tanto o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) quanto a CEMIG afirmaram que a falta de proteção da rede elétrica por conduítes viola a norma NBR 5410/2004 em relação aos aspectos técnicos e de segurança.

Conforme assinalou um perito judicial, os fios foram estendidos sobre o forro de PVC das casas, “sem nenhum critério técnico aceitável”, estando sujeitos a desgaste e ressecamento pela ação do tempo, assim como à de animais e roedores, possibilitando “risco de incêndio, curto circuito ou choque elétrico pela energização das peças metálicas”.

Na ação, o MPF pede que a Justiça Federal condene a Construtora a corrigir todos os erros de engenharia, assim como os de execução dos projetos.

Danos materiais – Outros pedidos referem-se à necessidade de indenizar moradores e coletividade quanto aos danos materiais e morais.

O Ministério Público Federal lembra que o Loteamento Nova Germânia e o Residencial Parque das Águas “não são meras construções particulares financiadas por agente financeiro, mas sim genuínas obras públicas contratadas, no âmbito de programa social, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para posterior alinação subvencionada a famílias carentes”.

Assim, os vícios de projeto e de construção, com as consequências deles resultantes, “representam severa lesão aos valores imateriais da coletividade no que diz respeito à concretização do direito social à moradia” previsto no artigo 6º da Constituição da República e mais especificamente aos interesses e valores da população de baixa renda, a qual foram destinadas “moradias desprovidas de condições de habitabilidade e segurança quando da ocorrência de chuvas”.

Foi pedida indenização por danos morais coletivos na proporção de mil reais por unidade habitacional, somando, portanto, 894 mil reais, quantia, segundo o MPF, pequena frente ao valor total dos empreendimentos, superior a 35,5 milhões de reais.

A ação também pediu reparação dos danos materiais sofridos pelos moradores consistentes na perda ou deterioração de móveis, eletrodomésticos, utensílios e objetos pessoais em decorrência da infiltração, gotejamento ou alagamentos dos imóveis por águas de chuva, assim como dos danos morais resultantes do sofrimento e angústia por terem de suportar o desconforto e a insalubridade inerentes à situação na qual estão vivendo nos últimos dois anos, bem como o fato de conviverem dia a dia com o risco de curto-circuitos e incêndios e de deslizamento de taludes, sem que disponham “de recursos para se mudarem, justamente quando lhes parecia realizado o sonho da casa própria”.
(ACP nº 17996-98.2014.4.01.3801)

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Minas Gerais
Tel: (31) 2123.9008 / 9010
No twitter: mpf_mg

ANEXO 3

5 de novembro de 2014 - 09:55 – Tribuna de Minas

Mais uma adolescente é esfaqueada por outra

POR SANDRA ZANELLA

Mais um caso de agressão com facadas entre adolescentes do sexo feminino foi registrado em Juiz de Fora na noite desta terça-feira (4). A ocorrência no Bairro Nova Germânia, na Cidade Alta, envolveu duas vizinhas, ambas de 15 anos. A vítima contou à Polícia Militar que transitava pela Rua José de Paula Coutinho, por volta das 18h30, quando foi surpreendida pela outra adolescente, que surgiu com uma faca de cozinha e partiu para cima dela, desferindo golpes. Quando militares chegaram à via pública, uma equipe do Samu já prestava socorro à vítima. Ela foi encaminhada ao Hospital de Pronto Socorro (HPS), onde foram constatados dois cortes contusos superficiais nas costas e um terceiro ferimento no polegar esquerdo. A jovem permaneceu internada na unidade.

A agressora fugiu logo após o ato infracional, mas foi localizada pela polícia em sua residência, na mesma rua. Ela relatou que esfaqueou a vítima porque, em data anterior, havia sido ameaçada por ela e também golpeada com faca. A arma branca utilizada pela suspeita não foi encontrada. A jovem recebeu voz de apreensão em flagrante por lesão corporal e foi conduzida à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em Santa Terezinha, junto com um responsável.

Esse foi o segundo caso semelhante em menos de uma semana. Na última quinta-feira, uma adolescente de 14 anos desferiu facadas em uma colega de 15 durante briga em frente à Escola Municipal Olinda de Paula Magalhães, no Bairro Jardim Esperança, Zona Sudeste.

ANEXO 4

JUIZ DE FORA - 19/8/2013 - 17:20 – Prefeitura de Juiz de Fora

Residencial Nova Germânia compõe primeira Associação de Moradores

Os moradores do Residencial Nova Germânia, juntamente com a equipe técnica que desenvolve o Projeto Social no local, reuniram-se no último sábado, 17, na Escola

Estadual São Vicente de Paulo, no Bairro Borboleta, para eleger a primeira Associação de Moradores do condomínio, que incluiu votação para presidente, vice-presidente, secretária, conselho fiscal, tesoureiro e das leis para reger o estatuto dos condôminos. Para o presidente eleito, Michael Afonso, essa é uma grande conquista para os moradores: "Ter alguém para buscar benefícios para o bairro vai nos ajudar a construir metas e correr atrás para realizá-las. O principal, agora, é mudar o olhar de criminalidade posto sobre nós, e vamos buscar essas ferramentas com a prefeitura. Sabemos que não vai ser fácil, mas o que nós temos de sobra é vontade de melhorar nosso lar". Segundo a coordenadora de Projetos da Emcasa, Waldea Couto, esse trabalho trará mais organização para a comunidade: "É um grande passo para a organização do residencial, que terá representantes para encaminhar suas demandas aos vários órgãos do poder público, com o objetivo de estreitar e solidificar laços de cooperação dentro da comunidade".



Equipe técnica As equipes técnicas selecionadas pela Prefeitura de Juiz de Fora, através da Emcasa, são compostas por assistentes sociais, psicólogos, professores de dança, música e educação física e trabalham com a comunidade beneficiada pelo projeto do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida" ações de caráter informativo e educativo, tais como: Convivência comunitária -relação entre vizinhos, cidadania, articulações com as políticas públicas locais, monitoramento do acesso aos serviços de educação, tarifas sociais, educação ambiental, zelo do patrimônio público, geração de trabalho e renda e planejamento e gestão do orçamento familiar.

Informações com a Assessoria de Comunicação da Emcasa pelo telefone 3690-7599 EMCASA

ANEXO 5

3 de março de 2013 - 07:00 – Tribuna de Minas

Desestrutura urbana afeta milhares em Juiz de Fora

Famílias das 8 regiões onde moradias foram construídas enfrentam barreiras da falta dos serviços, como escola e transporte

POR EDUARDO VALENTE

As oito regiões de Juiz de Fora nas quais foram implantadas o programa habitacional "Minha casa, minha vida" enfrentam as consequências do adensamento sem que tenha havido a simultânea adequação dos equipamentos públicos, como escolas, transporte público e postos de saúde. As estruturas existentes tiveram pouca ou nenhuma adequação após a entrega de chaves para 2.405 famílias, distribuídas em nove empreendimentos, sendo 1.498 apartamentos e 907 casas. Desta maneira, o resultado é que crianças e adolescentes estão sem estudar por falta de vagas em instituições próximas, as filas para atendimento são cada vez maiores nas unidades de saúde, faltam áreas de lazer e as existentes já estão depredadas ou tomadas pelo tráfico de drogas. Além disso, serviços, como o recolhimento do lixo, não atendem a demanda. Antigos moradores destas regiões reclamam da queda na qualidade de vida e da desvalorização dos imóveis, principalmente devido ao aumento da criminalidade em pontos que não tinham histórico de violência.

A incapacidade do Município de oferecer serviços públicos para atender as famílias que se mudam para estes locais foi identificada no entorno de todos os condomínios entregues nos anos de 2011 e 2012. Tal situação desrespeita um dos critérios da própria Caixa Econômica Federal para a liberação dos projetos. De acordo com cartilha disponível no site do banco, cabe aos estados e municípios oferecerem contrapartida do setor público local, como por exemplo, a "existência prévia de equipamentos sociais, compatíveis com a demanda do projeto".

Um dos casos mais graves identificado pela Tribuna está no Bairro Jóquei Clube II, Zona Norte, que acolheu os conjuntos habitacionais Belo Vale I e Belo Vale II, com 440 apartamentos no total. Na Unidade de Atenção Primária à Saúde (Uaps) instalada a poucos metros da portaria do condomínio, um cartaz informava na quarta-feira que moradores desses locais não serão atendidos no posto por tempo indeterminado. "Mandam irmos para a UPA Norte. Dizem que não há médicos para o Belo Vale", reclama a balconista Leilane Alves, 32 anos, moradora do condomínio. Na sexta-feira, quando a reportagem voltou ao local, o aviso foi retirado por funcionários que perceberam a presença da imprensa fazendo o registro.

O loteamento Miguel Marinho, no Ponte Preta, também na Zona Norte, – último a ser entregue em Juiz de Fora, em 21 de dezembro de 2012 – chama atenção devido às graves falhas estruturais. As ruas não são asfaltadas, não existem calçadas, e as bocas de lobo estão quebradas, sendo possível identificar água parada com larvas de insetos. Conforme a comunidade, ratos e cobras são vistos com frequência. A área de lazer está deteriorada, não há guarita de segurança e nem rede de telefonia fixa. A linha de ônibus 753, que serve a comunidade, circula apenas a cada duas horas, e a coleta de lixo, prevista para ocorrer três vezes por semana, estaria sendo realizada uma.

Para a professora de planejamento urbano e regional e chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharia da UFJF, Luciane Tasca, o problema do programa é estrutural. "É resultado da falha do planejamento urbano do Brasil. Falta o país pensar seu desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. Culturalmente temos governos assistencialistas, e isso resulta em baixa mobilização. Lutamos pouco para revolucionar as questões sociais." Ainda conforme a especialista, a legislação do programa favorece o empreendedor porque este fica

desobrigado a executar ações complementares, como urbanização do entorno. "O problema é sério porque a responsabilidade fica a cargo do Poder Público que, por falta de verba, realiza trabalhos de forma precária."

Prefeitura reconhece falhas

Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura, problemas ocasionados pelos loteamentos são de conhecimento da nova administração e, atualmente, o Executivo estaria realizando uma avaliação dos serviços básicos nestes locais, como a condição para atendimento das escolas e postos de saúde, além de ofertas de ônibus e coleta de lixo. O objetivo é analisar o que pode ser feito a curto, médio e longo prazo para resolver os problemas. Também existe a intenção da Prefeitura em evitar outros lançamentos de grande porte. Com isso, os novos empreendimentos devem ser compostos por edificações de pequeno porte, em bairros onde já exista infraestrutura urbana adequada.

Com relação ao aviso de não atendimento aos moradores dos condomínios Belo Vale I e II na Uaps do Jóquei II, a Secretaria de Saúde informou desconhecer o cartaz. A assessoria de comunicação do órgão informou que a situação foi repassada à Subsecretaria de Atendimento em Atenção Primária. Ainda conforme a assessoria, a unidade é referência para as comunidades do entorno, inclusive para os moradores dos dois condomínios. Desde sexta-feira, segundo a Secretaria de Saúde, uma nova médica trabalha no local, em substituição ao profissional que pediu demissão em janeiro. Ao todo, a unidade conta com duas equipes completas.

Já a Caixa, por meio de nota, informou que, na primeira fase do programa, conhecido como "Minha casa, minha vida I", "a existência de equipamentos sociais foi sendo ajustada, sendo que não eram pré-requisitos obrigatórios para os empreendimentos". Fato que deve ser alterado nos novos loteamentos, pois agora a instituição criou o "grupo de análise de empreendimentos, com representantes das áreas de habitação, assistência social, educação, saúde, planejamento e transporte, responsável pela elaboração do Relatório de diagnóstico de demanda por equipamentos e serviços públicos e urbanos, conforme parâmetros estabelecidos".

Sem opção, pais têm que tirar filhos das salas de aula

Uma das principais queixas dos moradores é com relação à educação. Isso porque não houve adequação das instituições de ensino para acolher a nova demanda. A exceção é no Parque das Águas, onde uma escola está em fase de construção. Conforme a Prefeitura, a previsão é de que os trabalhos sejam concluídos em julho. Enquanto a situação não se resolve, pais de alunos tiveram que escolher entre duas opções: ou tiravam os filhos das escolas ou faziam esforços para matriculá-los em unidades educacionais de bairros distantes.

Segundo a doméstica Maria Aparecida Teixeira, 53, moradora do Nova Germânia, localizado a poucos metros do Parque das Águas, a filha de 15 anos está sem estudar. "Só consegui vaga no período da noite, no Monte Castelo, mas é muito perigoso ela vir andando para casa. Não tem condições de ser desta forma."

No Residencial Belo Vale, no Nova Era II, os dois filhos da dona de casa Fabiana Valério Lopes, 28, de 4 e 6 anos, não conseguiram vagas na Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade, que fica próximo do conjunto habitacional. "Tive que matriculá-los no Santa Lúcia. É longe. Cortamos caminhos por uma trilha, que dá acesso ao escadão do bairro. Ela está coberta de mato e sem iluminação. Ainda gastamos cerca de 30 minutos até chegar à escola. Se fossemos pela rua, levaríamos mais de uma hora."

A dona de casa Maria Rosária da Silveira, 36, que vive no Miguel Marinho, Bairro Ponte Preta, há cerca de dois meses, afirma que dois dos seus cinco filhos, de 12 e 13 anos, estão sem estudar porque não há vagas nas escolas da Barreira do Triunfo e Ponte Preta. "Consegui apenas uma vaga em Benfica, mas no horário da noite, e é longe. Não tenho condições de permitir que minha filha se arrisque desta maneira."

Para a balconista Eliana Rosa, 41, moradora do Parque das Águas, a distância percorrida prejudica o desempenho dos filhos nas aulas. Eles têm 7 e 9 anos e precisam andar cerca de 30 minutos a pé para chegar à escola. Fico com pena e, quando posso, pago a passagem de ônibus, mesmo sem ter condição."

De acordo com outra moradora do loteamento, a manicure Josilaine Filgueiras, 30, no ano passado, dos dois filhos, de 10 e 12 anos, apenas o mais novo conseguiu lugar no colégio. "O outro teve que continuar no Progresso, onde eu vivia. Esse ano, ele está matriculado, mas no Quesnel (Escola Estadual Professor Quesnel), no Fábrica. É muito longe.

Sem transporte e telefone

O número de ônibus para atender às famílias está entre as reclamações. Muitas famílias do Nova Germânia são dependentes do transporte público. Segundo elas, os horários são limitados. "Não há nada por perto. Daqui ao São Pedro, levo 40 minutos a pé", conta a doméstica Maria Aparecida Teixeira, 53. Já para a assistência de saúde, o serviço mais próximo é o do Monte Castelo que, segundo a comunidade, está sobrecarregado. A ausência de serviços básicos, como telefonia fixa, é retratada em outros conjuntos, como Parque das Águas, Nova Germânia e Miguel Marinho. Neste último, a professora Angela Pereira, 37, relata que, além de não ter telefone fixo, o sinal do celular é ruim. "Não temos sequer um orelhão."

Comunidades do entorno são afetadas

Transtornos também para aqueles que vivem fora destes condomínios. No São Geraldo, região Sul, uma moradora que reside no local há cerca de 30 anos e pediu para não ser identificada, diz ter precisado mudar a rotina após a entrega das chaves do Condomínio Vivendas Belo Vale, de 128 apartamentos. "Já tínhamos problemas antigos, que ficaram potencializados. Não temos áreas de lazer, e o comércio é praticamente inexistente." Somado a isso, agora existe toque de recolher, porque as brigas são frequentes, com tiros e garrafadas no meio da rua, sempre dos moradores do conjunto habitacional. Os ônibus 130 e 131 circulam lotados, e, na escola, há fila de espera para conseguir matricular as crianças."

A infraestrutura, conforme a juiz-forana, também deixa a desejar. Na rua de acesso ao bairro, a Clóvis Serôa da Mota, a ausência de calçadas preocupa famílias cujos filhos precisam se deslocar a pé até a escola municipal.

Uma senhora que vive há 20 anos no São Geraldo reclama que o problema é maior com relação à saúde. Além do Vivendas Belo Vale, outro empreendimento na Zona Sul, o Residencial das Araucárias, com 380 apartamentos, no Sagrado Coração de Jesus, teria contribuído para superlotar a Unidade de Atenção Primária à Saúde (Uaps) do Ipiranga. "Temos que chegar à fila de atendimento às 4h, e, mesmo assim, corremos o risco de não conseguir senha."

Segundo a presidente da Associação de Moradores do Sagrado Coração de Jesus, Maria Aparecida da Silva de Souza, que vive no bairro há 27 anos, não houve melhoria na região após a ocupação dos imóveis. "A população na região aumentou muito, e o número de médicos permanece o mesmo. A escola também não consegue atender a todos. Muitos pais tiveram que matricular os filhos no Santa Efigênia. Acho que a Prefeitura deveria ter feito uma pesquisa com a comunidade antes de trazer o condomínio."

Desrespeito

A falta de serviços privados também traz prejuízos às comunidades. As regras do programa impedem a abertura de comércio, como mercados, padarias ou farmácias, nos empreendimentos. Apesar disso, a Tribuna identificou que algumas casas do Parque das Águas se transformaram em bares ou mercadinhos. "Não temos ônibus suficiente, e o mercado mais próximo fica muito distante. Quando precisamos comprar algo, recorremos a estas casas", informa uma moradora. A reportagem encontrou pelo menos quatro pontos com estas características. Segundo a assessoria de imprensa da Caixa, o contrato prevê que, em caso de desvio de finalidade, o banco promove notificações para regularizar a situação. Conforme nota enviada à Tribuna, "a não regularização pode resultar na retomada do imóvel".

'Transtornos'

O diretor do Instituto de Ciências Sociais da UFJF, Eduardo Salomão Condé, especialista em políticas públicas e desigualdade, avalia que cabe discutir como o Poder Público trata a implantação de projetos, como o "Minha casa, minha vida". "O programa é importante porque aumenta o volume de investimentos, gera empregos e coloca pessoas de baixa renda dentro das casas. No entanto, para funcionar, precisaria ter estrutura no entorno. Como isso parece não ser feito, criam-se transtornos."

De todas as 2.405 unidades do programa concluídas, 2.024, o que representa 84% do total, foram entregues no ano passado. Desse volume, 1.444 entre junho e dezembro. Para os próximos anos, já foram sorteados imóveis para 1.678 novas unidades habitacionais, de nove novos empreendimentos, distribuídos em nove bairros.